



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

José Marcondes Alves de Santana

**O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO
OESTE BAIANO**

Goiânia

2008

José Marcondes Alves de Santana

O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO OESTE BAIANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça.

Goiânia

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFG

S232e Santana, José Marcondes Alves de.
O Estado e a organização espacial do Oeste Baiano [manuscrito]
/ José Marcondes Alves de Santana. – 2008.
114 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal
de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2008.

Bibliografia.

Inclui lista de ilustrações, siglas e tabelas.

1. Agricultura e Estado – Oeste da Bahia (Estado) 2. Moderni-
zação na agricultura 3. Políticas públicas – Oeste da Bahia (Estado)
I. Título.

CDU: 338.43:32(813.8)

José Marcondes Alves de Santana

O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO OESTE BAIANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça.

Aprovado em _____ de _____ de 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Calaça
Orientador

Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts – Examinador
IESA/UFG.

Prof. Dr. Sandro Cristiano de Melo – Examinador
Departamento de
Geografia da UFMT.

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida – Suplente
IESA/UFG

Goiânia

2008

DEDICATÓRIA

À Prof^a. Ana Célia S. de Carvalho (*in memoriam*), que tinha consciência da força e da fraqueza da Educação e sempre acreditou na juventude.

A meu pai, Vitor Carlos de Menezes Santana, que deposita em mim grande confiança e admiração. Por sua dedicação à causa coletiva e por nos provocar com grandes ideias.

À minha mãe, Maria Veralúcia Alves, por sua dedicação, confiança e apoio. A saudade que compartilhamos nos faz sentir mais vivos do que nunca.

Aos meus irmãos e irmãs, sempre companheiro (a)s.

À minha esposa, Edileuza Teixeira dos S. Santana – o equilíbrio nas horas difíceis -, por sua paciência, amor e companheirismo. Fez muitas concessões para que eu continuasse a pesquisa.

Ao meu filho, Victor Hugo Teixeira Santana, que nasceu pouco tempo depois de meu ingresso no mestrado. Perto dele tudo se minimiza, a vida tem novo significado. Já me ensinaste muito, filho.

A Márcia Cristina, amiga para todas as horas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Manoel Calaça, por acreditar no trabalho de seus orientandos, por saber conduzir com paciência e sabedoria os momentos difíceis. Pelas circunstâncias em que conduzi o mestrado, sem sua compreensão não seria possível. Sua presença foi tão importante para minha formação humana, quanto acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Durante o curso contei com a colaboração direta ou indireta de muitos. Em diferentes fases, de difersas formas estiveram presentes durante a pesquisa e quero agradecer:

Aos colegas, professores e funcionários do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, em especial do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Aos professores da banca de qualificação que contribuíram com reflexões e provocações, que não foram totalmente superadas, para a continuidade da pesquisa: Prof. Dr. Tadeu Pereira de Alencar Arrais e o Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Ao Prof. Dr. Manuel Calaça pela orientação e por me motivar em momentos cruciais.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais – NEPAT. As discussões promovidas pelo grupo foram muito importantes para a fundamentação teórica da pesquisa.

A Rosimary Rocha, colega de curso, com quem dividi algumas angústias.

A Elisabeth Mesquita pelo excelente trabalho com a cartografia digital.

Aos amigos da Bahia pela atenção e apoio durante os trabalhos de campo.

À minha família, que sempre foi e é meu apoio.

À minha esposa, Edileuza, meu filho, Victor Hugo, que de todas as formas se envolvem com o meu trabalho, com minha pesquisa e com tudo que faço.

Aos companheiros do Colégio Estadual Aécio Oliveira de Andrade, que compreenderam minha ausência para eventos e pesquisa, pois infelizmente nem todos os professores são atendidos com licença para estudar. Em especial agradeço à Prof^a. Balbina Borges, que se mantém firme nos seus ideais, e que luta com profissionalismo e radicalidade.

Aos companheiros da Escola Municipal Francisco Bibiano.

Aos funcionários da EBDA/Barreiras, do BNB, do BB, da AIBA e da CODEVASF, que me atenderam prontamente.

Aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que mantêm resistência e organização em nome da agricultura camponesa.

A todos que contribuíram para meu trabalho e que não foram mencionados por descuido ou lapso de memória.

Conheço meu Lugar

O que é que pode fazer o homem comum
 neste presente instante senão sangrar?
 Tentar inaugurar a vida comovida,
 Inteiramente livre e triunfante?

O que é que eu posso fazer com a minha
 Juventude – quando a máxima saúde hoje
 é pretendendo usar a voz?

O que é que eu posso fazer – um simples
 cantador das coisas do porão? (Deus fez
 os cães da rua pra morder vocês que sob a
 luz da lua, os tratam como gente – é
 claro! – a pontapés.)

Era uma vez um homem e seu tempo...
 (Botas de sangue nas roupas de Lorca).
 Olho de frente a cara do presente e sei
 Que vou ouvir a mesma história porca.
 Não há motivo para festa: ora esta! Eu
 Não sei rir à toa!

Fique você com a mente positiva que eu
 Quero a voz ativa (ela é que é uma boa!)
 Pois sou uma pessoa
 Esta é minha canoa: eu nela embarco.
 Eu sou pessoa!
 (A palavra “pessoa” hoje não soa bem –
 pouco me importa”)

Não! Você não me impediu de ser feliz!
 Nunca jamais bateu a porta em meu nariz
 Ninguém é gente!
 Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca
 houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
 Não sou da nação dos condenados!
 Não sou do sertão dos ofendidos!
 Você sabe bem:
 Conheço o meu lugaaaaaaaaaaaaaar!

Belchior

RESUMO

Nos últimos anos o Oeste Baiano passou por significativas mudanças. Um processo de reestruturação produtiva, de reordenamento territorial inserido no contexto da modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola. Uma modernização do tipo excludente e arrasadora dos modos de viver tradicionais. Dentre os atores da modernização está o Estado, que promoveu políticas e programas para a expansão do capital sobre novas áreas. O território em tela contextualiza-se nas políticas direcionadas ao Nordeste e aos Cerrados. O trabalho discute a formação do Estado burguês, que atua para a reprodução das relações capitalistas de produção; como foi sua atuação no Nordeste, principalmente a partir dos anos 1930 e como os Programas direcionados para esta região são capturados por grupos hegemônicos. Os investimentos direcionados à região, em sua maior parte, foram no sentido de modernizar o latifúndio. Objetiva analisar a dinâmica de (re) organização e (re) produção do território do Oeste Baiano promovida pelo processo de reestruturação produtiva da agricultura e a implicação das políticas públicas sobre esse processo. Os programas que tiveram relevante impacto sobre o Oeste Baiano são especialmente o PCI, o POLOCENTRO, o PRODECER, o POLONORDESTE; os recursos da SUDENE, assentamentos da CODEVASF, dentre outros. Os recursos e a infraestrutura promovidos pelo Estado atraíram empresas privadas e produtores imigrantes que podiam recapitalizar-se nos Cerrados baianos. As condições edafoclimáticas e o preço das terras favoreceram a tecnificação. Com isso há uma inversão da posição econômica entre Cerrados e Vales, uma nova divisão inter-regional do trabalho.

Palavras-chave: políticas públicas, Oeste Baiano, Nordeste, Estado, modernização da agricultura.

ABSTRACT

In recent years, the west of Bahia has gone through significant changes. The process of productive restructuring of territorial reordnance inserted in the agriculture modernization context and expansion of the agricultural border. A kind of excluding and razing modernization that have led away to the manners of tradicional living. Among the modernization actors it is the State that promoted politics and programs for the expansion of the capital on new areas. The whole picture contextualizes itself in the politics addressed to the Northeast and to the Woodsy Pasture in Brazil. The reseach discusses the bourgeois State formation which acts for reproduction of the capitalist relations of output, as it was its performance in the Northeast, mainly since the thirties, as the Programs directed to this area that are captured by hegemonic groups. The investments to this region, for the most part, were in the sense of modernizing the latifundium. Aims to analyze the dynamics of (re) organization and (re) production of the territory west of Bahia promoted by the restructuring of production agriculture and the involvement of public policies on this process The programs that had important impact on the West of Bahia are especially PCI, Polocentro, Prodecer and Polonordeste; the resources of Sudene, the settings of Codevasf, among others. The resources and the substructure promoted by the State have attracted private enterprises and immigrant producers that were able to recapitalize themselves in the Woodsy Pasture of Bahia. The climatic conditions and the lands'price favored the technicality. As a result there is an investment of the economical position between Woodsy Pasture and the Valleys, a new interregional division of the production.

Keywords: Public Politics, West of Bahia, Northeast, State, Modernization of the agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Crédito rural: agropecuária financiamentos concedidos por categoria.....	32
Gráfico 02 – Crédito rural: agropecuária financiamentos concedidos	33
Mapa 01 - Tipologias sub-regionais, segundo a PNDR	58
Mapa 02 - Divisão administrativa atual do Oeste Baiano	15/59
Mapa 03 – Área original e atual dos Cerrados	64
Mapa 04 – Localização e expansão dos projetos do PRODECER.....	65
Gráfico 03 - Evolução da produção de soja – Brasil, Nordeste, Bahia e Oeste Baiano	66
Foto 01 – Algodão arbóreo nos fundos dos quintais de propriedades camponesas	70
Foto 02. Pivô: Produção irrigada. Oeste Baiano	71
Gráfico 04 – Evolução do número de tratores: Nordeste, Bahia e Oeste Baiano.....	72
Gráfico 05 – Brasil: evolução do número de tratores (1970 – 1996)	72
Gráfico 06 – Microrregião de Barreiras: população municipal (1970 – 2007)	73
Foto 03 - Luís Eduardo Magalhães – BA. Imagem de satélite.....	75
Planta 01. Luís Eduardo Magalhães: planta da cidade	75
Foto 04. Derrubada da capoeira para roça e pastagem.....	80
Cartograma 01. Zonas econômicas do Oeste Baiano	81
Mapa 06 – PRODECER II e III: localização dos projetos	85
Gráfico 07 – Oeste Baiano: área plantada com mandioca (ha) (1990 – 2006).....	89
Gráfico 08 – Oeste Baiano: estoque de crédito rural (1993 – 2004)	91
Gráfico 09. Oeste Baiano: receitas da agropecuária (1975 -1996).....	104
Gráfico 10. Área dos estabelecimentos agropecuários no Oeste Baiano (1940-1995)	105
Gráfico 11a – Microrregião de Cotegipe: população municipal	106
Gráfico 11b – Microrregião de Santa Maria da Vitória: população municipal.....	106
Gráfico 12 – Distribuição da população por mesorregiões da Bahia (2000 – 2007).....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Oeste Baiano - principais culturas: produção e produtividade Safra 2006/2007	71
Tabela 02 – Custeio da safra 2003/2004 agentes financiadores (estimativa).....	90
Tabela 03 – Soja - quantidade produzida	112
Tabela 04 – Valor dos financiamentos, por atividade e finalidade (1969 – 2003).....	113
Tabela 05. Oeste Baiano: população residente por município	114

LISTA DE SIGLAS

AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
BACEN – Banco Central do Brasil
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAC – Cooperativa Agrícola Cotia
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COMIF – Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPROESTE – Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia, LTDA
CVS – Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DRI – Desenvolvimento Rural Integrado
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (das Unidades Federativas)
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial
FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GEIDA – Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola
GTDN – Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste
IAA – Instituto do Açúcar e Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social
JICA – Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo Federal
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PCI – Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRODECER – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODEA – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROHIDRO – Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UGFIN – Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
EPÍGRAFE.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE SIGLAS.....	xi
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 ESTADO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO BRASIL.....	23
2.1 Estado numa sociedade de classe	23
2.2 O Estado burguês.....	25
2.3 Políticas públicas e agricultura.....	28
3 INTERVENÇÃO DO ESTADO NO NORDESTE.....	37
3.1 Mudanças no Estado burguês e invenção do Nordeste.....	38
3.2 Políticas e programas para o Nordeste	41
3.3 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)	43
3.4 As políticas de governo após o golpe de 1964	48
3.5 A fragmentação territorial	52
4 O OESTE BAIANO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO DO CAMPO.....	59
4.1 Processo e tipos de ocupação	59
4.2 Inserção do Oeste Baiano no arranjo de territórios produtivos	67

4.3 O processo de modernização da agricultura	76
4.4 O Oeste na fronteira.....	79
4.5 Os atores do processo de modernização	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	104
APÊNDICE 01: Evolução das receitas da agropecuária no Oeste Baiano.....	104
APÊNDICE 02: Área dos estabelecimentos.....	105
APÊNDICE 03: Oeste Baiano – População municipal por microrregiões (1970 – 2007)	106
APÊNDICE 04: Gráfico de distribuição da população por microrregião do Oeste Baiano	107
APÊNDICE 05: Roteiro de entrevistas para trabalho de campo.....	108
ANEXO 01: Produção de soja – Brasil, Nordeste, Bahia e Oeste Baiano (1990 – 2007).	112
ANEXO 02: Valor dos financiamentos por atividade e finalidade (1969 – 2003).....	113
ANEXO 03: Oeste Baiano – população residente (1970-2007).....	114

Brasil - Bahia



ESTADO DA BAHIA
OESTE BAIANO

Bahia - Mesorregiões



Universidade Federal de Goiás
IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado

Municípios do Oeste Baiano



Fonte: IBGE/2008
Data de Produção: Maio/2008
Organizador: José Marcondes Alves de Santana
Cartografia Digital: Maria Elisabeth Mesquita

1 INTRODUÇÃO

Consideramos o Oeste Baiano região em situação de fronteira, ou seja, um espaço não plenamente estruturado (SILVA, 2006, p. 294), espaço de conflito da alteridade (MARTINS, 1997, p. 162). Os grupos integrantes da “frente pioneira” tentam criar um “marco zero” e eliminar a história regional e os pioneiros antecedentes quando o assunto é dinamismo econômico. Fundamentados no discurso da modernidade dicotomizam arcaico e moderno; mesmo que nem todos os que chegam tenham consciência da idéia de moderno e modernização – criação da sociedade ocidental – fazem tábua rasa da cultura local. Isso é essencial na ‘modernidade’, como diz Touraine (1994, p.19) referindo-se à forma como o Ocidente a pensou. “A razão não reconhece nenhuma aquisição; ao contrário, ela faz tábua rasa das crenças e das formas de organização sociais e políticas que não se baseiem em uma demonstração de tipo científico”. (TOURAINÉ, 1994, p. 19).

Esse discurso é contraditório. Primeiro porque nem todos os baianos viviam ou vivem a mesma temporalidade. A elite local era conectada aos instrumentos que lhe garantiam e garantem a hegemonia, como o controle das instituições públicas. Segundo, na narrativa de grupos, entre eles sulistas, que trabalham para a criação do estado do São Francisco, aparece principalmente o sertanejo do império das águas. Ao mesmo tempo em que, para o domínio econômico, exploram o mito do marco zero, para o político-administrativo resgatam a tradição, ou procuram criar uma, próximo do que Hall (2001) indica como terceira estratégia para a criação de uma identidade nacional: a invenção de uma tradição.

A ocupação dos Cerrados e dos Vales do Oeste Baiano não é recente. O uso deste território sempre esteve imbricado com a dinâmica da divisão inter-regional e territorial do trabalho. As mudanças recentes, a partir da década de 1970, foram impulsionadas por políticas públicas consorciadas com o capital privado. Os programas de crédito, assentamento e construção de fixos foram mecanismos que induziram à modernização do território, bem como à expansão do capital. As densidades técnicas e normativas, componentes dos territórios, encobrem e revelam estratégias do Estado e seus grupos de controle, de transferência de recursos públicos para o setor privado. Nem sempre os números citados ou o inventário dos programas e políticas são capazes de desvelar esse processo. “As densidades que se dão fisicamente, aos nossos olhos, encobrem processos

evolutivos que explicam melhor do que as cifras com as quais são representadas” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 260). Esses autores concordam que equipamentos de infraestrutura, chamados de coletivos, são na verdade feitos para serviço das empresas hegemônicas.

O processo de modernização expõe as contradições das relações de produção e os mecanismos de poder utilizados pelos atores hegemônicos no controle do território. O desenvolvimento ou ocupação da região pelo capital global moderno evidencia, nas formas, suas contradições. O tempo veloz e arrasador do capital subjuga o tempo lento dos nativos, Haesbaert (1996, p.378), apoiado em Virílio (1984), fala em ‘ditadura do movimento’ e ‘império da velocidade’. A modernização agrícola, que confere o domínio da geometria linear dos espaços, difunde instrumentos da mídia completamente alheios à realidade da maioria das populações locais. Essa velocidade muitas vezes impede a ‘filtragem’ e a reapropriação digna de alguns aspectos ‘modernos’ pelos grupos locais (HAESBAERT, 1996). São questões inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, ao mesmo tempo em que integra um determinado espaço ao território nacional e ao mundo técnico-científico informacional, o diferencia de regiões mais próximas, mas mantendo, por necessidade, aspectos do tempo lento do Sertão, o que causou um impacto cultural muito grande.

Como estratégias dos agentes capitalizados ‘modernos’ estão, como já foi dito, a criação de um marco zero, ligado a isso a mudança dos nomes de lugares, típico das áreas de fronteiras, bem como a fragmentação espacial. Uma nova divisão territorial é discutida, desde a década de 1980, e iria corroborar perfeitamente com a elite emergente na região. Até recentemente eram os coronéis¹, grandes pecuaristas, que dominavam as estruturas políticas, os órgãos estatais e faziam a mediação com a elite política estadual e nacional.

Em cada uma das comunidades e regiões, as alianças sociais e sua expressão política são específicas, correspondentes às relações de poder local/regional, à história do território e à sua conjuntura econômica. Tal distinção entre alianças de

¹ Victor Nunes Leal (1997) assim define o coronelismo: “concebemos o ‘coronelismo’ como um resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. [...] ‘Coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, [...] que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” (LEAL, 1997, p., 40).

poder de acordo com as diversas regiões e comunidades, constitui um mecanismo essencial, sobretudo para a manutenção do equilíbrio entre os interesses das várias elites que se beneficiam coletivamente das políticas do Estado, embora o façam em diferentes proporções, dimensões e territórios (CASTELLS, 1999, p.316).

Nesse novo momento histórico do Oeste Baiano as relações de poder são outras. Não quer dizer que imigrantes capitalizados sejam rivais das lideranças políticas historicamente dominantes, muitas vezes atuam juntas para manter elementos conservadores no novo uso do território. Por exemplo, a estrutura fundiária, as condições de trabalho e as relações trabalhistas exploratórias, bem como o controle de instituições públicas e a influência sobre programas e políticas públicas.

A tentativa de criação do estado do Rio São Francisco ganha impulso agora quando o Oeste Baiano tem uma inserção efetiva na nova divisão territorial do trabalho e os agentes econômicos hegemônicos querem dar fluidez ao território. Criação de estados no front

objetivam facilitar as atividades dos agentes hegemônicos ligados à moderna agricultura, ou seja, novo uso do território requer nova regulação política. Seria o requerimento do comando político para subespaços modernizados que atualmente não se sentem devidamente representados (NONATO, 2005, p. 146).

Quando afirmam que a divisão territorial traria desenvolvimento para a região estão pensado em crescimento econômico, controle do fluxo, da fluidez do território e, acima de tudo possibilidades de novas representações políticas, abertura de espaço para novos atores na cena político-administrativa. A manipulação do termo, que é polissêmico, auxilia os interesses de determinados grupos.

A intensa manipulação do termo *desenvolvimento* nas propostas de criação de novos estados não está, contudo, amparada por sua definição. Ideologicamente inserida nos projetos de redivisão territorial, essa variável – que é carregada de aspectos positivos relativos a mudanças e promessas de melhora – auxilia a formulação de planos estratégicos de determinados grupos. (*idem*, 2005, p. 150).

A criação de novos estados está relacionada à nova densidade técnica. São grupos que se orientam pelo mercado, cuja ação se sustenta em pequenos grupos, sem considerar o todo social. O desenvolvimento deve considerar direitos políticos, econômicos, sociais e culturais, não nessa ordem. No entanto, os números dos PIBs regional, municipal e *per capita* são divulgados como se o milagre do desenvolvimento estivesse ocorrendo e a

divisão, em nova unidade federativa, fosse a panaceia para os problemas que persistem: desigualdade social, segregação socioespacial, violência e relações trabalhistas injustas.

Todas estas ações só são possíveis porque alguns grupos se apoderam da estrutura político-jurídica do Estado, direta ou indiretamente, por meio de *lobbys*. A constituição do Estado burguês atua para a manutenção e reprodução das relações capitalistas de produção. É nessa direção que discutimos o Estado no primeiro capítulo.

Em termos práticos é possível analisar a captura do Estado, por grupos regionais ou empresas, por meio das políticas específicas setoriais ou de caráter regional. As políticas para o Nordeste são analisadas no capítulo dois. O Nordeste é uma região privilegiada para o estudo da fragmentação dos territórios, perversidade do período técnico-científico informacional. As primeiras ações do Estado foram no sentido de mitigar efeitos da seca. A partir dos anos 1930 há discussões sobre o desenvolvimento e a questão regional, porém não houve grandes avanços na questão nordestina, aliás, é com o processo de industrialização brasileira que as desigualdades regionais se agravam. É o período de construção da idéia de ‘Nordeste’, culminando com a criação da Sudene, na década de 1950, após estudo do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Mesmo com atuação significativa, a Sudene não escapou da captura pela elite política e da especulação dos beneficiários diretos. A estrutura fundiária, grande problema da região, não foi modificada. As obras de diferentes governos beneficiaram mais o latifúndio do que as pequenas propriedades, ou os camponeses. Muito pior, várias vezes a valorização das terras acabava por forçar a saída dos camponeses.

O movimento social aumenta a pressão sobre o latifúndio, pois a organização dos trabalhadores dava bons indicativos. Porém o golpe militar dá seguimento a uma política de expansão e reprodução do capital. Fica claro que a modernização almejada tem caráter conservador. Predomina no modelo implementado a visão de que o campo tinha a função de fornecer matérias-primas para a indústria, alimento e mão-de-obra, ampliou-se a política de incentivos fiscais com a liberação de crédito subsidiado. Continua a mesma lógica de beneficiar grandes grupos econômicos, já que os defensores da reforma agrária tinham sido calados temporariamente.

Depois da crise dos anos 1990, as políticas de governo que sucederam não tiveram caráter de planejamento regional. Diferentes territórios receberam atenção de acordo com seu dinamismo e integração ao mercado global, culminando numa fragmentação regional. No Nordeste territórios têm crescimento econômico, mas sem

atingir um nível de desenvolvimento satisfatório que envolva as comunidades locais. Na verdade são ilhas de ‘prosperidade’ envoltas de miséria, são as ‘novas áreas dinâmicas’.

Um desses territórios é o Oeste Baiano, que entrou na nova divisão territorial do trabalho via reorganização produtiva da agropecuária. Uma nova racionalidade é induzida por imigrantes capitalizados e empresas privadas. Aliás, poucas empresas que tendem a monopolizar e orientar as decisões, apoiadas pelo Estado, que repassa os recursos públicos ou normaliza suas atuações, favorecendo os mais poderosos em detrimento dos camponeses. Sob o paradigma da modernização da agricultura analisamos as ações do Estado e as contradições do processo no terceiro capítulo. A produção agrícola envolveu, no período técnico-científico, complexos sistemas com conexões globais. A expansão da agricultura, principalmente a produção de grãos, nos Cerrados baianos, foi possível pelas novas tecnologias empregadas; desenvolvendo novos cultivares e técnicas de manejo do solo. Esse processo é resultado da expansão do capital sobre o Cerrado. O Estado atua com políticas de financiamento, fundamentado no discurso do aumento da produtividade, da racionalização da produção, como um processo de interesse público.

Objetivamos analisar a dinâmica de (re) organização e (re) produção do território do Oeste Baiano promovida pelo processo de reestruturação produtiva da agricultura e a implicação das políticas públicas sobre esse processo. Compreender as transformações recentes na região de estudo, a partir do final da década de 1980, porém voltando a eventos precedentes; reconhecer no território em tela formas de uso consequentes das políticas públicas; identificar a atuação dos diferentes agentes técnicos, políticos e econômicos, bem como a inserção do Oeste Baiano na nova divisão territorial do trabalho.

A maior dificuldade é analisar um espaço, uma realidade dinâmica total e nessa perspectiva, de articular o local e o global, entender essa relação dialética. Para tanto, o método geográfico deve articular o arcabouço conceitual e operacional das categorias de análises elegidas para tornar o espaço cognoscível. As categorias geográficas e algumas categorias auxiliares impregnadas com um referencial teórico-conceitual possibilitam a compreensão de uma dada realidade.

A região é compreendida como produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital, dentro de um dado momento histórico e um modo de produção hegemônico, envolvendo os embates culturais, econômicos e sociais. Esse trabalho também está relacionado à discussão da questão regional brasileira, por conseguinte além

de produto do movimento concreto da sociedade, produto do embate político, das ações dos atores sociais, expressas no exercício da regionalização em diferentes escalas.

O território não é apenas ligado ao político-estatal, mas também às formas de uso e ocupação de um espaço, envolvendo as estratégias dos diferentes grupos e segmentos sociais de se afirmarem nas conflituosas relações de poder numa área de fronteira, nesse caso. As redes são indispensáveis para a análise das relações de poder, do uso do território e controle dos fixos e fluxos pelos diferentes agentes no período técnico-científico e informacional. No período técnico-científico e informacional a circulação e a comunicação são elementos fundamentais para a atuação nos territórios; circular e comunicar são imperativos da atualidade, como afirma Saquet (2007):

Os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade. As redes são um componente do território, desde as formações tribais, imperiais, passando pelas feudais até as capitalistas. É claro que, atualmente, as redes são mais intensas, complexas, heterogêneas, velozes e têm *novos* [grifo do autor] significados (SAQUET, 2007, p.160).

Essa combinação conceitual é fundamental para a interpretação geográfica de uma dada realidade socioespacial.

O instrumental teórico interpretativo encontra-se vinculado ao método, que de certa forma está presente na nossa maneira de pensar e interpretar o mundo. Pensamos a inserção do Oeste Baiano na nova divisão territorial do trabalho, a sua (re) organização e modernização do campo como produto da expansão do capital, eminentemente contraditório. O espaço é o referencial integrador dos conceitos e categorias discutidas. O espaço/tempo, visto como dimensões de uma mesma realidade: a materialidade do mundo (GOMES, 1991).

Trilhamos o caminho da interpretação crítica das ações de diferentes atores políticos, econômicos e sociais envolvidos no processo de (re) organização do espaço oestino, com ênfase nas políticas públicas, que impulsionaram a modernização do território em tela. O aprofundamento na pesquisa teórica possibilitou demonstrar como se estrutura o Estado no modo de produção capitalista, bem como suas políticas são capturadas pela classe hegemônica.

Os dados utilizados são, em sua maioria, de fontes secundárias. Os trabalhos de campo, que constituíram em retornos à região, foram utilizados para observação e execução das entrevistas semiestruturadas e espontâneas. Devido aos objetivos propostos

para o trabalho e as condições materiais de execução da pesquisa, optamos por não trabalhar com questionários ou pesquisa quantitativa. As entrevistas foram de fundamental importância para a confrontação com a bibliografia produzida sobre o tema.

2 ESTADO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO BRASIL

Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade (ENGELS, 1984, p. 191).

2.1 Estado numa sociedade de classe

Não iremos fazer aqui um grande tratado sobre o Estado. Trilharemos um caminho para entendermos o surgimento e a função do Estado burguês moderno. O que não é fácil, pois não há consenso sobre uma teoria do Estado. Gruppi (1983), por exemplo, não acredita que exista uma teoria orgânica do Estado; Marx forneceu subsídios para sua formação, mas não chega a fazê-la.

Contudo, concordamos que a revelação da luta de classes realizada por Marx seja o fator principal para a abordagem científica do Estado. Como afirma Gruppi (1983),

Na verdade, só pode começar a existir uma visão científica do que é o Estado quando tomamos consciência do conteúdo da classe do Estado. E a burguesia não pode fazer isso, pois significa denunciar que o Estado burguês – mesmo em sua forma mais democrática – é na verdade a dominação de uma minoria contra a maioria (GRUPPI, 1983, p. 25).

Haveria uma justificativa ideológica do Estado, do Estado existente ou do que se pretendia, mas não uma teoria científica. Fazem parte deste grupo, que elabora essa justificativa, os pensadores da escola do jusnaturalismo contratualismo: Thomas Hobbes, J. J. Rousseau, Jonh Locke. Mesmo com abordagens diferentes, cada um propõe um mecanismo de explicação da passagem do estágio de Natureza ao estágio político, Estado civil.

Assim, para superar os inconvenientes do estado da natureza, os homens se reúnem e estabelecem entre si um pacto que funciona como instrumento de passagem do momento ‘negativo’ de natureza para o estágio político (social); serve ainda, como funcionamento da legitimação do ‘Estado de Sociedade’ (STRECK & MORAIS, 2000, p. 36).

As formulações darão suporte à constituição ideológica do Estado burguês. Esta formulação é questionável, porque teríamos a origem do Estado a partir da boa vontade da

“sociedade”. Ainda para Marx e Engels (1979; 1984), não é o Estado que funda a sociedade civil, que absorve em si a sociedade civil, mas é a sociedade civil que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis etc. (GRUPPI, 1983). A sociedade civil aí é entendida como o conjunto das relações econômicas. “O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas determinadas da consciência social” (MARX, 1859, *apud* GRUPPI, 1983, p. 27).

O Estado, como superestrutura, não é separado ou acessório da estrutura econômica ou da sociedade civil. “É um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante” (*ibidem*, p. 27).

Não apenas no capitalismo ele garante a manutenção das relações de produção. Neste Modo de Produção esse papel cabe ao Estado burguês, em outros Modos de Produção eram outros tipos, mas o princípio permaneceu: garantir o domínio de uma classe sobre outra e a reprodução da estrutura econômica.

O Estado escravista garante a dominação sobre os escravos, o Estado Feudal garante as corporações; e o Estado capitalista [diria burguês] garante o predomínio das relações da produção capitalista, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta, garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista (GRUPPI, 1983, p. 27).

O Estado é um elemento integrado às relações de produção e é determinado por estas, porém não é uma determinação de mão única. Como já foi dito, a superestrutura estatal corrobora com a manutenção de tais relações. Na análise das relações econômicas é que encontramos o entendimento do Estado, de acordo com Marx. Para Gruppi (1983), mesmo que Marx tenha teorizado o fim do Estado, a sua teoria está implícita na análise das relações econômicas.

Para ele, o Estado torna-se uma necessidade a partir de determinado grau de desenvolvimento, ligado à divisão da sociedade em classes. “O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa quando surgem as classes e, com elas, a luta de classes” (*ibidem*, p. 30). Esta é a prerrogativa para a elaboração da teoria geral em Marx. Um conceito de Estado em geral: o Estado, em todas as sociedades divididas em classes, é a organização especializada na função de moderar a luta entre as classes.

As divisões e diferenças nas relações de trabalho criam desigualdades entre os homens. Tais diferenças nas relações de produção conduzem à formação de classes sociais,

consequentemente, às lutas de classes, daí surge o Estado: “A classe que detém a propriedade dos principais meios de produção institucionalizaram sua dominação econômica através de organismos de dominação política, com estruturas jurídicas, com tribunais, com uma força representativa etc.” (GRUPPI, 1983, p. 30).

Assim o Estado se origina a partir do domínio de uma classe economicamente mais forte sobre outra. A idéia de contrato social, então, é apenas uma ideologia burguesa. Não há consenso, há dominação e imposição. Ideologia das classes dominantes que utiliza aparelhos do Estado para a manutenção do *status quo*, como a escola e o aparelho coercitivo, repressivo.

2.2 O Estado burguês

Saes (1994) prefere a expressão Estado burguês a Estado capitalista, não por ser mais tradicional no pensamento marxista, mas porque torna possível a reprodução das relações de produção capitalista. Não a reprodução no aspecto material; cria as condições ideológicas necessárias à reprodução dessas relações. O Estado burguês faz isso na medida em que desempenha uma dupla função:

a) *individualizar os agentes da produção* (produtores diretos e proprietários dos meios de produção), mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é, sujeitos individuais aos quais se atribuem *direitos* e uma vontade subjetiva. Essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais: isto é, um *contrato* de compra e venda de força de trabalho. Uma vez imposta ao produtor direto a definição da prestação do sobretrabalho como um ato de vontade, essa troca desigual pode se renovar continuamente, sem que seja necessário o exercício de uma *coação extra-econômica* (isto é, uma coação distinta daquela exercida pela pura necessidade vital) sobre o produtor direto.

b) *neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva*, decorrente do caráter socializado do processo de trabalho, e determinar, *por esse modo*, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo. Se a primeira função produz efeitos tanto sobre o produtor direto como sobre o proprietário dos meios de produção, esta segunda função produz, fundamentalmente, efeitos sobre o produtor direto. Pela primeira função, o Estado burguês coloca o produtor direto, no mercado de trabalho, como sujeito individual, dotado de vontade e de direitos; por esta segunda função, o Estado neutraliza a tendência dos produtores diretos a se unirem num coletivo antagônico ao proprietário dos meios de produção: *a classe social* (SAES, 1994, p. 29/30) (Grifos do original).

O que possibilita o Estado burguês desempenhar essas funções? Organizando outro coletivo, oposto à classe social. De um lado unifica os agentes de produção já

isolados no mercado, no processo de trabalho; de outro impede a formação de um coletivo na esfera da produção, reproduzindo assim o isolamento.

A coletividade criada nega a luta contraditória dos agentes envolvidos na produção e constrói uma outra coletividade, que se define por interesse comum de todos os agentes. Esta nova coletividade é o Povo-nação (SAES, 1994). “Esta é a forma de coletividade que o Estado burguês impõe aos agentes da produção antagonicamente relacionados no processo de extorsão da mais-valia” (*idem*, 1994, p. 30).

Segundo este autor, o Estado consegue essa proeza ao implantar a coletividade nacional, pois define todos os agentes da produção, produtores diretos ou proprietários dos meios de produção como iguais. A condição comum para isso é habitar o mesmo território. O território constitui um dos elementos essenciais para a formação do Estado e um dos trunfos do poder. Para Castro (2005), a constituição do Estado moderno como uma forma de poder político, territorialmente centralizado, só foi possível pela submissão e pelo controle do território. De certa forma há concordância com o exposto ao longo do texto. “Este controle se fez pela imposição da lei, pelo comando centralizado da burocracia da administração pública e pela uniformização das instituições sociais: língua, moeda, pesos e medidas etc.” (CASTRO, 2005, p. 114). Isso resultou da estratégia política de apropriar-se do sentido identitário da ideia de povo, organizado e comandado pelo Estado. “O povo passou a ser o corpo da nação e, portanto, confundido com ela e submetido à centralidade territorial do poder político” (*ibidem*, p. 114). Este processo busca eliminar os conflitos internos, oriundos das relações de produção.

Segundo Décio Saes, apenas uma estrutura jurídico-política particular permite isso, igualar os agentes de produção. Ele decompõe o Estado em duas partes: o direito e o burocratismo. O direito burguês se diferencia dos demais direitos historicamente existentes porque “é, na sua essência, o tratamento igual dos desiguais” (1994 p. 35), ou seja, classe exploradora e classe explorada.

O direito burguês constitui uma ruptura radical, com relação aos tipos historicamente anteriores de direito, na medida em que define *igualmente* o proprietário dos meios de produção e o produtor direto como seres genericamente dotados de vontade subjetiva e, portanto, capazes de praticar os *mesmos atos*. Assim, o direito burguês igualiza todos os agentes da produção, convertendo-os em *sujeitos individuais* (SAES, 1994, p. 37). (Grifo do original).

O contrato expressa a igualização jurídica. O direito burguês, definindo os agentes da produção como sujeitos, faz com que a força de trabalho assuma uma forma equivalente ao salário pago.

A estrutura propriamente política é o burocratismo. Para Saes (1994), este é um sistema particular de organização das forças armadas e das forças coletoras do Estado, na medida que deriva de duas normas fundamentais:

- I) não-monopolização das tarefas do Estado – forças armadas, forças coletoras – pela classe exploradora (proprietários dos meios de produção); ou não-proibição do acesso, a essas tarefas, de membros da classe explorada (produtores diretos).
- II) hierarquização das tarefas do Estado segundo o critério formalizado da competência, isto é, do nível de conhecimento ou saber exigido daqueles que se dispõem a desempenhá-las (SAES, 1994, p. 39).

A não-monopolização das tarefas do Estado garante a separação dos recursos materiais do Estado e os recursos materiais dos proprietários dos meios de produção. Caso contrário, teríamos um Estado patrimonialista como no absolutismo. A segunda norma sistematiza a divisão do trabalho, no seio das forças armadas e coletoras e no interior do Estado. A relação entre burocratismo e direito burguês se explicaria pelo fato de que:

por um lado, não há burocratismo sem direito burguês: sem a individualização de todos os agentes da produção e a igualização jurídica entre os proprietários dos meios de produção e produtores diretos, é impossível liquidar a monopolização das tarefas do Estado pela classe explorada a essas tarefas, hierarquizar as tarefas e recrutar funcionários segundo o critério da competência puramente individual. De outro lado, o princípio abstrato do direito burguês tratamento igual dos desiguais, mediante atribuição de capacidade jurídica genérica a todos os agentes da produção só para se transformar em norma impositiva, isto é, efetivamente reguladora das relações sociais se a sua aplicação concreta for disciplinada, não por uma organização exclusiva da classe, mas por um corpo de funcionários, organizado segundo as normas do burocratismo (SAES, 1994, p. 43).

As normas pressupõem acesso aberto a todos e recrutamento segundo o nível de competência individual. A hierarquização dá-se pelo nível de conhecimento exigido. O burocratismo constitui o sistema de organização das práticas dos funcionários.

É esse Estado, composto por um corpo burocrático e jurídico, que está envolvido, também, na gestão de políticas públicas². Políticas que muitas vezes são divulgadas como

² O termo políticas públicas pode ser para alguns um pleonasmo porque a palavra política se refere à tomada de decisões através de meios públicos. “A política é, em certo sentido, a tomada de decisões através de meios públicos, em contraste com a tomada de decisões pessoais, adotadas particularmente pelo indivíduo.”

de interesse comum, porém promovem um setor, ou uma classe em particular. Para Inocêncio (2002), tratar cientificamente o Estado envolve conhecê-lo enquanto gestor de políticas públicas e instrumento de expansão do capital. É a relação entre poder político e poder econômico. O Estado foi o maior responsável pela internalização do capital no Brasil por meio de empréstimos externos e financiamento de firmas e empresas multinacionais. Para Santos (1979), a intervenção do Estado na economia pode ser feita através de investimentos, que podem ser por meio da participação na indústria privada ou a criação de indústrias de bases nacionais com capitais públicos.

As ações estatais voltadas para a agricultura tiveram e têm o objetivo de ampliar a exploração dos recursos e promover a expansão do capital sobre o território, incluindo novas áreas no sistema produtivo moderno.

2.3 Políticas públicas e agricultura

Podemos considerar que as ações de planejamento³ ou as práticas de planejamento, enquanto instrumento de política econômica, tenham começado a ser incorporadas pelo poder público, no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Porém, na agricultura, as intervenções estatais tiveram impulso já em 1929, quando o governo busca no setor primário a solução para a crise no abastecimento interno. Antes dessa crise, no mundo capitalista predominava a teoria liberal do Estado não intervencionista, o *laisser*

(DEUTSCH, 1983, p. 21). Porém, a expressão políticas públicas se torna sinônimo de intervenção estatal, elenco de ações e procedimentos que visam resolução de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. Rabelo (2004) aponta diferenças entre o período de governos autoritários e pós reforma do Estado. “[...] se por políticas públicas entendiam-se as ações de governo no sentido de atender demandas vindas da sociedade fosse no sentido de corrigir problemas emergentes ou de antecipar-se a eles, elas seriam, por definição, de caráter normativo. Todavia, na medida em que deveriam resultar de um diagnóstico, feito através de pesquisas planejadas e executadas dentro dos padrões científicos, configurando uma área de conhecimento específica – a *policy science* –, adquiririam foro objetivo. No contexto da reforma do Estado e da redemocratização do país, as políticas públicas deixam de ser definidas apenas como ações de governo, pensadas e executadas por um corpo que ora sendo de iniciativa da sociedade civil ora do Estado visam à ampliação e consolidação da cidadania.” (RABELO, 2004, p. 08). Com maior frequência, no texto a expressão assume a conotação de intervenção estatal e ações de governo.

³ No contexto mundial as teorias econômicas até a década de 1930 postulavam que o mercado capaz de equilibrar a alocação de recursos e promover o ‘desenvolvimento’. Milton Santos faz uma análise do planejamento como instrumento do capital e conseqüentemente produtor do ‘subdesenvolvimento’. “[...] a função do planejamento é garantir, dentro da lei e da ordem, um mínimo de segurança e de estabilidade, é proteger a segurança física das pessoas e da propriedade, é promover e estimular o investimento privado. [...] A serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações.” (SANTOS, 2003, p. 14/15).

faire. A Grande Depressão acelerou o processo de intervenção estatal na economia; os crentes na ‘mão invisível’ do mercado se calam por um tempo. Após a crise as intervenções do Estado, fundamentadas na teoria keinesiana, forneceram referencial para a implantação de políticas econômicas.

O Estado passa a desempenhar papel estratégico no funcionamento do capitalismo, corrigindo distorções do mercado e promovendo o estado de bem-estar social. Nos países subdesenvolvidos da América Latina, particularmente no Brasil, tem a tarefa de viabilizar o desenvolvimento por meio da substituição de importações. Para Gonçalves Neto (1997), fundamentado em Tavares (1983), o processo de desenvolvimento promovido pela substituição de importações teve caráter parcial, tendo em vista que apenas o setor industrial sofreu impacto da mudança, enquanto o setor agrário permaneceu com as mesmas formas de exploração da produção.

Nesse contexto de crise, as restrições do comércio externo é um fator dinamizador do processo.

As repercussões da crise econômica mundial dos anos 30 sobre a economia brasileira, secularmente voltada para a produção de produtos primários de exportação, foram violentas e atingiram fundamente nossa capacidade de importar. Nessas condições, de escassez de divisas, urgia mudar o curso do intercâmbio internacional, freando a um nível absolutamente essencial as importações (GONÇALVES NETO, 1997, p. 25).

É nesse vazio de consumo, deixado pelo corte nas importações, que se inicia a industrialização substitutiva. Nos anos 1960, o modelo começa a entrar em crise. O país precisa apresentar um novo modelo. Duas propostas são colocadas para discussão: “a do desenvolvimento nacional autônomo e a de desenvolvimento associado”. (*idem*, 1997, p. 25). A primeira encaminhada na era Getúlio Vargas, entre 1930 e 1954; a segunda, de desenvolvimento associado ao capital externo, com instauração a partir do Plano de Metas do governo J. Kubitschek e que se impõe definitivamente num golpe de 1964. Becker e Egler (1998) destacam dois aspectos da ação do período ditatorial militar:

a) o reconhecimento de que apenas a indústria de bens de capital não era suficiente para garantir a soberania nacional, e que requeria também a autonomia tecnológica; b) a instrumentalização do espaço como base para a acumulação e a legitimação do Estado (BECKER; EGLER 1998, p. 125).

O aspecto espacial é valorizado no processo de modernização conservadora. O território nacional e subespaços regionais recebem atenção, procurando dotá-los de operacionalidade e funcionalidade capazes de garantir a reprodução ampliada dos diversos interesses, bem como integrar porções do território como áreas privilegiadas de valorização na economia-mundo. É a constituição de territórios produtivos integrados ao circuito mundial da economia. Processo que se intensifica recentemente com a mudança no planejamento regional. A partir dos anos 1970 a relativa autonomia dos lugares é rompida, como afirma Santos (2004), “uma autonomia relativa entre os lugares é substituída por uma interdependência crescente e sobretudo a interdependência ‘local’ entre sociedade regional e natureza, fundada em circuitos locais, é rompida por circuitos mais amplos, em mãos de poucos produtores” (SANTOS, 2004, p. 52).

É neste período de ampliação do capitalismo dependente que o Estado brasileiro abre a economia para empresas multinacionais e institui uma série de políticas de integração territorial e de promoção da expansão da agricultura tecnificada sobre novas áreas, principalmente dos Cerrados.

As ações do Estado dão-se através da aliança com setores dominantes,

O Estado assume os setores de ‘risco’ para o capital, dando-lhe as condições que as empresas atuem com a certeza do lucro. Esse processo de transferência do público para o privado não se realiza apenas nas ações imediatas, mas em fases que, observadas após essas três décadas da ocupação dos Cerrados, na produção de *commodities*, podem ser organizadas em três momentos: a) ações diretas do Estado na realização da ocupação; b) uma fase de transição deste papel majoritário do Estado para iniciativa privada; c) a ação majoritária assumida pelas empresas, especialmente as multinacionais, tendo o Estado assumido um papel mediador, especialmente no contexto internacional (PEIXINHO, 2006, p. 56).

O Estado assume os riscos e os recursos públicos são direcionados a uma modernização conservadora. Os debates sobre a questão agrária foram interrompidos pela força. São impulsionados os projetos modernizantes. As teses de modernização do grupo de Delfim Netto iniciaram no governo Castelo Branco como reação ao Estatuto da Terra,

[...] mas manifestou-se como projeto explícito do governo a partir do momento em que Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 e começou a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária (DELGADO, 2001, p. 163).

A partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ficou estabelecido que os bancos particulares deviam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola ou canalizá-los junto ao Banco Central com juros de 7% ao ano. Com este Sistema também ocorreu uma reorientação das políticas agrícolas dos Institutos por produto e fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento do capitalismo no setor (DELGADO, 2001).

O objetivo das políticas deste período era articular a expansão agrícola e o complexo agroindustrial, visando o abastecimento interno e as exportações. Além de promover uma modernização sem reformas, na estrutura fundiária, calando temporariamente os teóricos da questão agrária.

O crédito agrícola foi o maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas. De sua implantação até 1976 foi o período que registrou impulso mais intenso na tecnificação das atividades agrárias. Porém, o crédito subsidiado não atendeu a todos os perfis de produtores, os pequenos proprietários foram preteridos do processo. Leite (2001) credita ao SNCR papel significativo para o processo de modernização. Por outro lado, os produtores endividaram-se com o Sistema, adquirindo novos insumos para se manterem competitivos.

A compra pelo agricultor desses insumos é condição para seu acesso aos recursos, já que o Manual de Crédito Rural estipulava que 15% do orçamento do custeio seria utilizado no emprego de agrotóxicos, serviços de aviação agrícola, fertilizantes, sementes melhoradas, eletricidade (RAMOS, 2004, p. 383).

Tal endividamento do produtor reforçou a idéia de que a política de crédito rural dos anos 1960/70 beneficiou principalmente as multinacionais do setor químico e a indústria que supria a demanda do campo por maquinário. De acordo com Leite (2001), o SNCR privilegiou produtores, sobretudo os grandes, regiões (Centro-Sul do País) e produtos (exportáveis).

Os produtores e empresas mais experientes no mercado de crédito sabiam especular. Muitas vezes os recursos dos financiamentos eram empregados em outras atividades com lucratividade maior e até mesmo no sistema financeiro, recebendo por isso juros bem mais elevados que os pagos no ato do empréstimo.

As vantagens oferecidas pelas políticas de *modernização* beneficiaram os latifundiários tradicionais, mas também atraíram para o campo capitais de outros setores da economia para quem o campo passou a ser colocado como uma alternativa interessante de investimento. Grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas no momento (PALMEIRA, 1989, p. 99).

Os dados da década de 1970 apontam evidências de desvios para outras atividades, quando se compara o valor dos empréstimos com o volume de produção agrícola.

Ainda de acordo com Leite (2001), a partir deste Sistema a política de crédito rural pode ser dividida em dois grandes períodos. Um que abrange o intervalo de 1965 a 1985; e outro de 1986 a 1997. O primeiro se caracteriza pela facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. Aí a presença do Tesouro Nacional era fonte originária dos recursos e a atuação do Banco do Brasil como intermediário. No período seguinte, com a unificação orçamentária e o encerramento da conta-movimento junto ao Banco Central, tais facilidades se reduzem, bem como a participação do Tesouro Nacional no financiamento do programa.

Com o objetivo de incentivar a indústria e a modernização, exigia-se um projeto técnico para a concessão do crédito, que impunha a compra de sementes e insumos modernos (SANTOS; SILVEIRA, 2004).

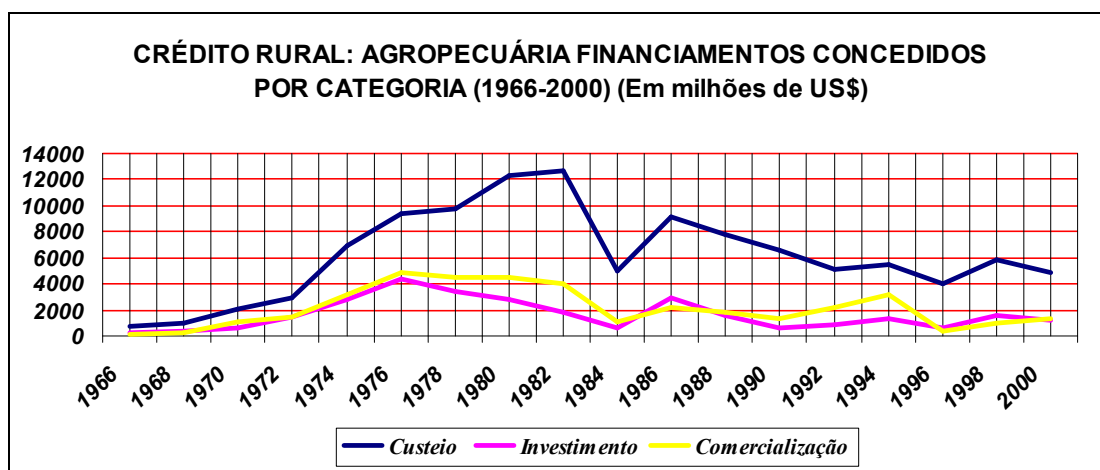


Gráfico 01- Crédito Rural: agropecuária financiamentos concedidos por categoria. Fonte: IBGE, Bacen. *apud*, INOCÊNCIO, M. E., 2002. Elaborado por SANATANA, J. M. A de. 2008.

Houve uma grande mudança no volume de crédito disponível. O gráfico 01 registra um declínio nos anos 1980; continua oscilando na década de 1990. Nos anos 2000, o crédito rural para a agricultura empresarial aumentou substancialmente (gráfico 02). Isso se deve ao fato de que as metas centrais do plano do governo atual são aumentar a participação do setor no comércio internacional, garantir abastecimento interno e diminuir custos. O aumento no preço dos alimentos também favoreceu a liberação de maior quantidade de crédito.

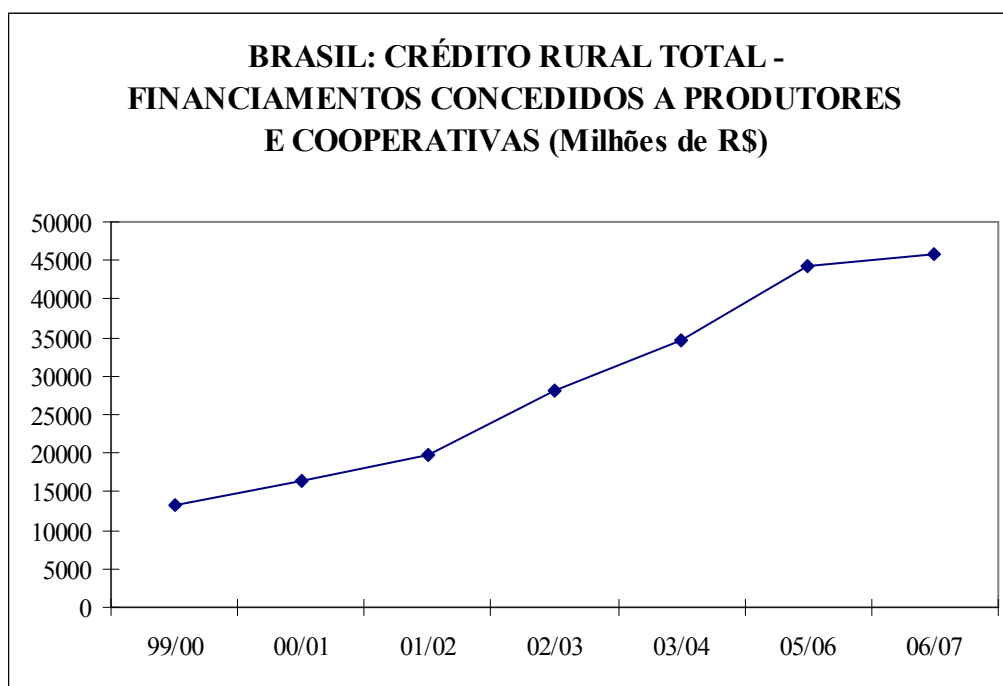


Gráfico 02. Fonte: Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 01 de maio de 2008. Elaborado por SANATANA, J. M. A de. 2008.

A disponibilidade de crédito ao produtor, em termos de quantidade, está diretamente relacionada com o tamanho da propriedade, sendo os grandes proprietários os maiores beneficiários. Esta desigualdade também se repete em relação ao produto. As culturas de exportação integradas aos complexos agroindustriais recebem mais recursos. A modernização, impulsionada por interesses de grupos hegemônicos, objetivava criar espaços da globalização no território nacional.

Outros instrumentos utilizados pelos governos foram os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e outras do complexo agroindustrial em formação. Destacam-se as áreas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Entre 1975 e 1985, os fundos de incentivos fiscais “receberam US\$ 6 bilhões e 620 milhões”. (PALMEIRA,

1989, p. 97). Estes dados são do relatório preparado pela Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais (COMIF). O relatório apontou para baixa rentabilidade dos projetos e não cumprimento dos objetivos de criação de emprego e distribuição de renda. Segundo Palmeira (1989), “o Fundo de Incentivos da Amazônia (FINAM) recebeu US\$ 1 bilhão e 100 milhões, dos quais mais da metade se destinou ao setor agropecuário. Dos empreendimentos agropecuários incentivados, apenas 3% tiveram alguma rentabilidade”.

O Nordeste teria recebido, segundo relatório citado, por meio do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) US\$ 1,3 bilhão, de 1975 a 1985, sendo que US\$ 1,157 bilhão se destinaram à pecuária, “basicamente para modernizar latifúndios” (PALMEIRA, 1989).

a média das áreas incentivadas foi de 4.500 hectares, enquanto o tamanho médio dos estabelecimentos rurais do Nordeste é de 37 hectares. Apesar dos recursos, 60% dos estabelecimentos continuaram como 'latifúndios por exploração', depois de 14 anos, de acordo com o último levantamento do INCRA (PALMEIRA, 1989, p. 97).

Este autor, como os demais citados, concorda que o segredo desses investimentos pouco rentáveis está na colocação de grandes somas de recursos em mãos de particulares sem qualquer risco. Porém são pouco rentáveis, do ponto de vista social ou para a maioria dos moradores destas regiões, porque foram muito rentáveis para empresas e grandes produtores. No Nordeste não é difícil encontrar projetos iniciados por empresas ligadas à agropecuária e depois abandonados. E a constatação é que boa parte dos recursos que deviam ser aplicados foram desviados para outras atividades mais lucrativas. Exemplo, no caso do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), “apenas 5% dos projetos não sofreram mudança de controle acionário e a maior parte foi vendida depois do recebimento dos recursos do Fundo, o que caracteriza uso especulativo” (PALMEIRA, 1989, p. 97).

Além do crédito e dos incentivos fiscais, a política de terras públicas foi um instrumento de peso.

Respaldados nos dispositivos legais que inibem a propriedade pública de imóveis rurais em caráter permanente (Estatuto da Terra, art. 10, esp. §1º) e em toda uma sublegislação que brotou dentro da burocracia governamental, expressa em portarias, normas, instruções, exposições de motivos e até em simples ordens de serviço, os governos do período autoritário operaram uma transferência maciça do patrimônio fundiário da Nação para particulares, sobretudo na Amazônia legal. Dos 126.581.645 hectares adquiridos e incorporados pela União e pelo INCRA, entre 1970 e 1985, 31.829.966 foram transferidos, em caráter definitivo, sob a forma de propriedades rurais, para particulares. Um dos mecanismos mais usados para operar essa transferência foram as licitações (os leilões de terras)

que beneficiavam, pelo tamanho dos lotes vendidos (500 a 3.000 hectares), pela inexistência de limitações à aquisição de vários lotes por um mesmo grupo e de exigências como aquelas que se antepõem ao reconhecimento de posses, além da própria mecânica dos leilões e de todo o ritual envolvido (editais, projetos, etc.) que excluem os que não têm recursos para cobrir lances e os que não dispõem de recursos financeiros e culturais para sequer entrar na parada, que beneficiavam grandes fazendeiros e grupos econômicos nacionais e estrangeiros interessados na terra como reserva de valor. Dos quase 32 milhões de hectares a que nos referimos os, 12.224.984 hectares foram, assim, incorporados ao estoque de terras da grande propriedade. Curiosamente, essa política generosa de alienação de terras públicas a grupos nacionais e estrangeiros se fez acompanhar de um crescente envolvimento das Forças Armadas com o problema fundiário e com a questão da terra (PALMEIRA, 1989, p. 97/98).

Nesse processo, muitas vezes, ocupantes destas terras eram expropriados, pois não dispunham de meios para adquiri-las.

Podemos relacionar ainda políticas que não eram voltadas diretamente para a agricultura, mas que contribuíram para mudanças importantes. Entre estas está a implementação de obras públicas: hidrelétricas, rodovias e açudes. Esses fixos alteram significativamente a dinâmica local, pois provocam a valorização das terras próximas, assim estimula a especulação e dificulta a permanência de pequenos proprietários.

A partir da segunda metade dos anos 1980, o Estado diminui a intervenção. Belik e Paulillo (2001) caracterizam esse período como fase de perda de regulação. O crédito rural, que tinha sido o ponto de maior intervenção estatal e o condutor das políticas para a agricultura, perdeu a sua densidade. Com a carência de crédito nos anos 1990, cresce o número de financiamentos vinculados a empresas ligadas à atividade agropecuária. Novas relações entre produtores, empresas e poder público surgem.

Com a redução do grau de indução, pelo Estado, e no contexto de profundas transformações nos mercados e na concorrência, enfraqueceram-se as bases que sustentavam as articulações entre os agentes, deixando 'em aberto' o campo de opções estratégicas e propiciando, assim, o ambiente para a reestruturação das relações. A partir daí, as articulações intra e intersetores ficaram por conta das estratégias do setor privado (MAZZALI, 2000, p. 36).

Para Mazzali (2000) estas mudanças forçam a reorganização das relações entre as empresas e os agentes econômicos. Agora as empresas se organizam em rede. A noção de rede substituiria a noção de complexos agroindustriais, que não constituiriam mais instrumental adequado para captar a dinâmica evolutiva dos processos destas relações.

No contexto da crise fiscal dos anos 1990 fontes alternativas são criadas, mas agora os recursos são em grande parte captados no mercado. Dentre essas novas fontes de

financiamento destacam-se: Caderneta de Poupança Rural; os Fundos Constitucionais; os Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR); o Sistema de Equivalência-Produto; os Depósitos Especiais Remunerados (DER); os Recursos Externos; os Fundos de *Commodities*; o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG); a Cédula de Produto Rural (CPR); os Recursos Extra Mercado; os Contratos de Compra e Venda de Soja Verde; o Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e o FINAME Agrícola.

Os fundos constitucionais também direcionariam parte de seus recursos para o setor rural. No caso do Nordeste, a fonte de recurso do Banco do Nordeste é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Esses fundos deveriam aplicar recursos principalmente nos municípios menos dinâmicos, mas não é isso que acontece, como mostra estudo do IPEA (ALMEIDA; SILVA; RESENDE, 2006), a alocação dos recursos concentra nos municípios que já têm certo dinamismo.

No interregno analisado, outras políticas de cunho regional foram executadas. Analisaremos no capítulo seguinte os impactos das políticas e programas planejados e desenvolvidos para o Nordeste brasileiro.

3 INTERVENÇÃO DO ESTADO NO NORDESTE

O Nordeste é uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas (ANDRADE, 2005).

A evolução da estrutura econômica e social do setor agropecuário do Nordeste sempre esteve ligada à atuação do Estado ou de conjuntura exógena. Diga-se um Estado capturado pelas oligarquias regionais, segundo Bursztyn (1984, p. 22)

É impossível dissociarmos a economia nordestina da ação do Estado, quando tomamos em conta uma visão dinâmica. Sempre houve o imbricamento entre capital e Estado no Nordeste, seja em ações indiretas deste último, seja diretamente, como foi o caso em 1788, quando a Capitania da Bahia incluiu, em sua legislação sobre terras, um artigo que obrigava os proprietários a plantarem mil pés de mandioca para cada escravo empregado na agricultura de exportação (BURSZTYN, 1984, p. 22).

Mas este mesmo autor considera que o imbricamento capital-Estado no Nordeste se deve muito mais à omissão do setor público. O que se fez foi transferir ao capital as prerrogativas do Estado. Isso explicaria o poder local nos âmbitos econômico, político e social.

A intervenção do poder público no Nordeste tem início com ações de combate às secas no século XIX⁴. A primeira catástrofe climática a ser estudada de forma mais sistemática, foi a seca de 1877/1879. De acordo com Menezes (1999, p. 122), uma Comissão Imperial foi criada em 1877 para elaborar medidas e projetar obras que se tornassem necessárias em épocas calamitosas. E, no ano de 1932, no calendário das secas, tem-se a primeira manifestação de defesa das populações rurais “durante a primeira administração do Padre José Martiniano de Alencar, que estabelece, em lei especial, um prêmio ao proprietário que construísse um açude” (GOMES, 2001, p. 85). É uma novidade na história das secas, até então o lamento era o mesmo. Na verdade, depois disso a cada seca, medidas paliativas eram tomadas, porém nenhuma que realmente indicasse planejamento, pois eram ações paliativas.

Para Ianni (1996), a técnica de planejamento, enquanto instrumento da política econômica estatal, começou a ser incorporada pelo poder público no Brasil durante a

⁴ Há registros de secas do século XVI. As de 1552, 1559, 1564, 1583 e 1592 (GOMES, 2001, p. 76).

Segunda Guerra Mundial. Oliveira (1977) pensa ser descuido afirmar que a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), e posteriormente o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) representem algo parecido com planejamento. Este órgão, como as ações do Estado, foi capturado pela oligarquia regional. Conseqüentemente, tem poucas ações em Minas Gerais, que está em sua área de atuação.⁵

Cano (2001) aponta que a formulação de política para o desenvolvimento desta região foi decorrente do aumento das pressões a partir da década de 1950. Estas eram oriundas das secas; da concentração industrial em São Paulo; dos elevados recursos federais alocados na construção de Brasília; do intenso debate nacional em torno do problema do subdesenvolvimento nacional e regional e do crescimento de vários movimentos sociais, destaque para as ligas camponesas.

3.1 – Mudanças no Estado burguês e invenção do Nordeste

Não há consenso sobre o marco da hegemonia do Estado burguês no Brasil. O posicionamento de cada pesquisador está relacionado com sua interpretação sobre a formação social brasileira. Décio Saes (2007) defende que o Estado nacional brasileiro, de 1822 a 1888, foi um Estado escravista moderno e se transformou em Estado burguês após a proclamação da República e da promulgação da Constituição de 1891. “A Revolução política de 1888-1891 leva à formação, no plano nacional, de uma estrutura jurídico-política burguesa ou capitalista” (p. 120). Segundo esse autor, é depois dessa ‘revolução’ que se introduzem os princípios do universalismo e da meritocracia dentro do Estado. Para ele a Revolução de Trinta corresponde a uma segunda etapa política da transição para o capitalismo no Brasil. Nesta segunda etapa a maior mudança política foi a derrocada da hegemonia política da burguesia mercantil agroexportadora.

A crise do bloco das classes dominantes permitirá a reorientação da política econômica e social implantada pelo Estado. [...] A política estatal pós-trinta não fixa mais como prioridade a expansão da economia agro-exportadora em geral e da economia cafeeira em particular; nem a preservação dos lucros das burguesias agro-exportadoras. [...] Tal política é antes orientada por preocupações como a

⁵ § 3º A área de atuação do DNOCS corresponde à região abrangida pelos Estados do Piauí, o Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, à zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "Polígono das Secas" e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Paraíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente." (NR) (LEI Nº 10204, de 22 Fevereiro de 2001).

afirmação da soberania nacional ou a modernização do estilo de vida do povo brasileiro (SAES, 2007, p. 122).

O antigo intervencionismo é substituído por um novo, ou seja, o antigo, de caráter mercantil, por um outro voltado para a esfera da produção e para as relações de trabalho, “industrializante e orientado para a integração política das classes trabalhadoras urbanas” (*idem*, 2007 p. 122). Décio Saes destaca dois fatores importantes sobre a evolução do Estado, no Brasil, na evolução política do pós-trinta. Primeiro, a instabilidade entre 1930 e 1990, com alternância de regimes políticos. Segundo, a permanência, mesmo com a instabilidade política, de um compromisso mínimo com um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil. “Compromisso esse que se concretiza por intermédio de uma política estatal de apoio ao prosseguimento da industrialização pela ‘substituição de importações’” (*Ibdem*, p. 122).

As mudanças no Estado, a partir de 1930, impactaram as ações no Nordeste. É o período em que o mesmo promove a discussão sobre aspectos e problemas socioeconômicos brasileiros. Segundo Ianni (1996, p. 34), o Estado “Incentiva debates em nível oficial e oficioso”. As medidas adotadas atingiram todas as esferas da sociedade. Era uma tentativa de estabelecer novos padrões e reafirmar valores específicos das relações capitalistas. Muitas ações do poder público foram no sentido de garantir a reprodução da força de trabalho.

A partir daí, tem-se também a concentração da máquina estatal. A importância desse período para a compreensão da atuação do Estado pode ser percebida pelo número de órgãos e empresas criadas:

1930: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1933: Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1934: Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Códigos de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal. 1937: Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças. 1938: Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1939: Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa. 1940: Comissão de Defesa de Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores. 1941: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Nacional do Pinho. 1942: Missão Cook, Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI). 1943: Coordenação da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Álcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social de Indústria (SESI), Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia. 1944: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão de Trigo. 1945: Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMUC), Decreto-Lei N°. 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica (IANNI, 1996, p. 35).

Lembra este sociólogo que essas e outras realizações do poder público não foram resultadas de estudos sistemáticos antecedentes. Como se verificará no item seguinte, as políticas para o Nordeste tinham caráter normativo, ou seja, as ações dos governos foram no sentido de atender problemas emergentes. Josué de Castro já alertava, “o projeto e obras de emergência só atendem a situações especiais, transitórias e de calamidade, sem se traduzirem em resultados permanentes” (CASTRO, 1984, p. 169). Há no cenário, a partir dos anos 1950, fortes movimentos sociais urbanos e rurais, expressão da luta de classes escamoteada pelo ‘planejamento’ estatal em desigualdades inter-regionais. Sob o Estado burguês, as políticas tiveram caráter de desorganizar a classe trabalhadora e organizar a classe dominante, com ações que fortaleceram as oligarquias locais e a burguesia industrial. Para Saes (1994), “o Estado burguês tem papel de desorganizador da classe dos trabalhadores e organizador da classe dominante” (SAES, 1994, p. 79).

Para alguns pesquisadores, como Martins (1990), o próprio “conceito” de Nordeste acompanha a estruturação do aparato estatal e a formulação da política oficial de planejamento. A ação política de planejamento teria a finalidade de

[...] permitir a dominação política e econômica do capital através das diferenças espaciais surgidas com o seu desenvolvimento desigual e articulado, submetendo e transformando as relações não-capitalistas de produção ali existentes. Criando mecanismos institucionais e jurídicos especiais, a ação estatal possibilita às classes dominantes regionais – precisamente situadas numa ‘região chamada Nordeste’ – de terem acesso aos mecanismos de financiamento da acumulação burguesa, e de usufruírem desses dispositivos (MARTINS, 1990, p. 54).

Esse seria o ‘discurso Nordeste’ dos conservadores que segundo o autor supracitado, teria como objetivos, imobilizar as reivindicações sociais e mobilizar a sociedade civil para a reforçar possibilidade de barganha política na esfera central do Estado.

Contudo as políticas para o Nordeste não fizeram grandes alterações na reprodução do capital nas estruturas socioeconômicas. Ao contrário, manteve a estrutura de produção local e regional.

3.2 - Políticas e programas para o Nordeste

As intervenções do Estado, nessa região administrativa, estiveram ao longo da história relacionadas às secas, “fenômeno natural utilizado pela elite regional para manutenção de privilégios econômicos e políticos” (CASTRO, 1992).

Se seguirmos a ideia de Ianni (1996), as políticas relacionadas a um princípio de planejamento serão implementadas a partir dos anos 1930. Mas podemos citar como prelúdio alguns órgãos anteriores. No sentido de combater os efeitos das secas foi criada, em 1907, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que realizou estudos geológicos, hidrológicos, botânicos, geográficos e mineralógicos sobre a região (ANDRADE, 1988).

Em 1915, a primeira seca enfrentada pela Inspeção, o governo não a utilizou para enfrentar essa fase (MENEZES, 1999, p. 123); criou a Comissão de Obras Novas Contra as Secas, abrindo créditos extraordinários para a implementação de fixos como linhas telegráficas, construção e reformas de açudes e aterros e de barragens submersas, perfuração de poços e construção de estradas de rodagem.

Mas não se desenvolvia, ao mesmo tempo, uma política de caráter social, visando fazer com que a população da área se beneficiasse da obra pública em que eram investidos milhões de cruzeiros sem que a população recebesse em troca áreas onde cultivasse, com irrigação, produtos alimentícios (ANDRADE, 1988, p. 65).

Em 1945 a IFOCS foi substituída pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) que, como a primeira, se mantém vinculado ao Ministério da Viação.

As ações estiveram voltadas também para a construção de fixos, principalmente rodovias para ligar as cidades do litoral ao Sertão, ou Sertões. A vantagem dessa política, de acordo com Andrade (1988), era que dava trabalho aos sertanejos na própria área da seca, evitando assim que eles se deslocassem para o litoral. Mais uma vez as políticas

implementadas decepcionaram as expectativas iniciais, pois atuavam apenas na mitigação de problemas nos períodos de secas. Como já apontado, esse órgão foi capturado pela oligarquia (OLIVEIRA, 1977). O diretor geral do órgão, o engenheiro Eudoro Santana, em depoimento ao jornal A Nova Democracia afirma que:

Órgãos como o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), Codevasf (Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e o próprio DNOCS, sempre foram instrumentos das classes dominantes. Seus proclamados objetivos – mudar a estrutura agrária do Nordeste, principalmente do semi-árido, para combater a miséria e a fome – não tiveram êxito, pois ‘seus recursos foram apropriados pelas oligarquias, sua estrutura serviu a interesses particulares’ (A Nova Democracia, maio de 2003. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em agosto de 2008.).

Na Constituição de 1946 retorna o artigo 198⁶, o estabelecido no Artigo 177 da Constituição de 1934, que tinha sido abolido em 1937 – destinava 4% da renda tributária federal para a seca do Nordeste, sendo 3% para gastos em planos sistemáticos e 1% em emergências. Só que, na de 1946, reduzia os gastos de 4% para 3%, sendo 1% destinado ao estudo e a execução de um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes. Como evidencia a legislação, a prioridade era, nesse momento, a questão hídrica. Em 1948 o governo federal voltava-se para o “Rio da Integração Nacional” e cria então a Comissão do Vale do São Francisco (CVS), através da Lei 541.

No início da década de 1950 havia interesse em dinamizar e modernizar o Sertão através da “reorganização da agricultura do Vale do São Francisco” (ANDRADE, 1988, p. 65), da construção de grandes barragens para a produção de energia hidrelétrica e da exploração de recursos minerais. Então a Constituição de 1956 previa a destinação de 1% da renda tributária para a recuperação do Vale daquele rio; em 1967 a CVS é transformada em Superintendência do Vale do São Francisco e, em 1975 na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Para a mesorregião objeto de nosso estudo esse órgão é importante, pois na década de 1970 implementou projetos de

⁶ Artigo 198 da Constituição de 1946: “Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União dependerá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.

...

§ 2º Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento de sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações”

colonização e irrigação, como o Perímetro Irrigado de Barreiras/São Desidério. Esse Perímetro está localizado às margens da BR 135, Trecho Barreiras São Desidério, com distâncias dos principais centros de consumo: Barreiras 2 km, São Desidério 4 km, Salvador 860 km, Brasília 640 km. “O tempo de operação/assentamento teve início em 1976 e a fusão com a área de Barreiras Sul, em 1977. A fonte hídrica é da Barragem de São Desidério, tendo como método de irrigação predominante o Sistema de irrigação por superfície tipo ‘sulco’. A infraestrutura econômica e social é composta de cinco núcleos habitacionais” (CODEVASF, 2005, p. 06). Atualmente conta com 316 lotes. Há também os Perímetros Barreiras Norte, Riacho Grande e Nupeba. Os dois últimos localizados no município de Riachão das Neves.

Nessa década destacam-se as construções das Usinas de Paulo Afonso e de Três Marias, que objetivavam abastecer o Nordeste da energia que necessitava para desenvolver as indústrias que possuía. A carência de energia era, e ainda é, um fator limitador em algumas áreas. Na microrregião de Barreiras, as interrupções têm causado prejuízos porque os equipamentos nas indústrias dão pane e o problema é maior no período das safras.

A CODEVASF foi instituída no período conhecido como período hidráulico, que vai de 1919 até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Até aí as ações estiveram voltadas para mitigar os efeitos da Seca, sem ter uma atuação consistente para a mudança estrutural, as medidas favoreceram os médios e grandes produtores.

Com elementos mais consistentes de planejamento se discute a ideia de políticas de desenvolvimento regional. O documento formulado por equipe chefiada por Celso Furtado, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (DTDN), fez amplo diagnóstico das causas do atraso desta região e elaborou proposições que deveriam ser o centro da intervenção estatal no Nordeste. A criação da SUDENE foi o principal instrumento.

3.3 - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

O início de uma nova fase, para Souza (2003), a do planejamento tem o marco inicial na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, principalmente com a aprovação do I Plano Diretor, 1961, “que o Estado começa a agir mais sistematicamente, de forma planejada no Nordeste” (BURSZTYN, 1985, p. 23).

As condições para a criação dessa Superintendência são complexas. Há questões ideológicas como a discussão cepalina⁷ sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento; as questões aguçadas por uma reorganização da divisão territorial do trabalho e mesmo da inserção do Brasil no capitalismo monopolista. Celso Furtado, o primeiro superintendente da SUDENE, teve grande participação na formulação de teorias sobre o desenvolvimento na Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL). De acordo com Bielschowsky (2006), Celso Furtado incorporou elementos da teoria de Prebisch, que apresentou as restrições do crescimento da América Latina:

Prebisch caracteriza a las economías de la región em contraste com las economías 'centrales'. Argumenta que las diferencias corresponden a condiciones de crecimiento inadecuadas em la periferia, que imponen restricciones al proceso de industrialización y al progreso técnico y que requieren estrategias de crecimiento coordinadas pro el Estado, porque em esas condiciones las fuerzas de mercado por si solas no bastan para hacer viable el crecimiento (BIELSCHOWSKY, 2006, p. 08).

Os argumentos da teoria cepalina estavam fundados na hipótese de que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor de progresso técnico e de produtividade. O Estado, como promotor de industrialização, teria as seguintes funções: responsabilidade de planejamento, programação econômica, com o objetivo de evitar desequilíbrios externos e estabelecer um equilíbrio na expansão das atividades básicas da economia, e ainda selecionar, por meio do planejamento, as atividades econômicas indispensáveis ao desenvolvimentismo então em vigor.

Uma condição local apresentada por Bursztyn (1985) é o caráter inoperante do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e do DNOCS, assim como os movimentos sociais, aspecto compartilhado por Oliveira (1977) e Wilson Cano (2001). Nas relações inter-regionais destaca-se a hegemonia econômica do Centro-Sul. É durante o processo de industrialização que o Centro-Sul, em especial o Sudeste, exerce maior hegemonia. Celso Furtado reconhece que o conjunto da política juscelinista focava exageradamente o objetivo de consolidar o Brasil como país industrial. “Só que a indústria se concentrava no Sudeste. Por quê? Porque a política federal não incorporava a visão regional.” (BACELAR, 2001, p.76). Cano (2001) pensa que nesse ponto o Grupo de Trabalho para

⁷ Os autores da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – propunham em suas teses que a industrialização, apoiada pela ação do Estado, seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano.

Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) estava equivocado, porque não dava para aplicar regionalmente um programa de industrialização por substituição de importação.

É a partir da década de 1950 que a desigualdade regional ganha eco. “Deve ser lembrado, aqui, que essa idéia foi marcada pelos debates desenvolvimentistas e pela importância do planejamento, especialmente o regional, para estimular um processo de desenvolvimento equilibrado, tanto social como espacialmente” (CASTRO, 1992, p. 136). Este é o contexto da criação da superintendência em questão. Ainda quanto à influência do Centro-Sul, Sorj (1980) afirma que a SUDENE “expressava a necessidade das classes dominantes do Centro-Sul de controlar as transformações sociais numa região que estava se transformando num potencial de revolta política crescente” (SORJ, 1980, p. 98).

O GTDN, por meio de Celso Furtado, ousa contestar a tese hegemônica da época de que a seca é que era o problema do Nordeste. “Furtado afirma o contrário: o problema do Nordeste não é a seca, é a reconfiguração do desenvolvimento brasileiro e como a região está se inserindo nela” (BACELAR, 2001, p. 76). Outro problema apontado é a estrutura socioeconômica e política montada, há séculos, nessa região. Celso Furtado indica a Reforma Agrária como grande desafio.

A falta da reforma agrária foi o fracasso maior. A idéia era de se utilizar todas as águas dos açudes com caráter social – desapropriar primeiro para depois fazer a irrigação. Fez-se isso no São Francisco. Só que ali, quando as compramos, as terras eram baratíssimas porque não serviam para nada. Eram as terras de Petrolina e do entorno, com as pequenas várzeas. Quando o rio subia era terrível. Foi ali que se desapropriou, e foi barato. Mas para fazer açude no Ceará, por exemplo, era muito caro. Como era de acordo com o mercado, isso significava que era o preço que eles quisessem, imobilizando o governo. A estrutura agrária no Brasil é um problema muito sério (FURTADO, 1998, p. 72).

Em artigo de 1981, Celso Furtado alertou: “o quadro da atual estrutura agrária, a penetração dos recursos financeiros e da técnica moderna tendem a fazer-se de forma a aumentar a distância entre uma ínfima minoria beneficiada e a imensa maioria esquecida” (FURTADO, 1981, p. 16).

Segundo Bacelar (2001), a política hidráulica até então aplicada, em vez de atenuar as consequências econômicas e, sobretudo, sociais da seca as exacerbava. Foi esse o diagnóstico apresentado pelo Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Por muito tempo, mesmo com a Sudene, a pecuária foi privilegiada no Semiárido.

A atuação inicial da SUDENE não foi pacífica. Cano (2001) mostra o contexto encontrado por Furtado:

A visão que a Sudene apresentava para o Nordeste era distinta daquelas formas oportunistas e assistencialistas até então vigentes, com Furtado imprimindo-lhe a nova visão do desenvolvimento econômico. Como tais, os demais órgãos federais da região, que antes eram incumbidos do atendimento ao ‘combate às secas’, passavam agora a ser coordenados pela Sudene, enfrentando a chamada ‘indústria das secas’. Agora os investimentos federais na região seriam objeto de *planejamento plurianual* [grifo do autor], ameaçando com isso parte do poder das oligarquias locais. A luta foi feroz, e a vitória foi obtida com o apoio da burguesia industrial de fora da região, que rapidamente entendeu a proposta reformista e as novas oportunidades de investimento que ela abria (CANO, 2001, p. 107).

Com temor de perder o poder local, os representantes do Nordeste tentaram impedir a instituição da SUDENE no Congresso.

A medida principal era focada na política de incentivos ao investimento privado, centrada no subsídio ao capital, por meio de incentivos fiscais, cambiais e outros. Inicialmente voltado às empresas nacionais, em 1963 esse benefício é estendido às empresas de capital estrangeiro. Essa política de incentivos fiscais promoveu o investimento no Nordeste de grandes empresas localizadas no Centro-Sul, vinculadas principalmente a projetos industriais e agroindustriais. A vitória do grupo de Celso Furtado foi parcial, porque as ações da Superintendência não miraram a estrutura fundiária e a pecuarização só agravou esse problema.

Se analisarmos a capacidade da SUDENE de resolver o problema, ou alterar o quadro político-social, veremos que ela mostra-se, desde seu início frágil e que suas ações limitaram ao fomento industrial. Bursztyń (1985) inclui o período até 1970 como sendo o período de concentração: uma só agência delibera, executa e supervisiona os diversos setores. Podemos apontar como ponto positivo do incentivo à indústria o enfraquecimento do coronelismo, porém não significou o desaparecimento dos coronéis.

A estratégia de desenvolvimento da Sudene, corporificada em seus Planos Diretores e em esquemas inovadores de financiamento – dentre os quais se salientaram os incentivos do Sistema 34/18⁸, depois transformados no Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR – contribuiu para alterar positivamente o

⁸ Referência ao Artigo 34º da Lei nº. 3.995 de 14/12/1961, que permitia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de recursos destinados a investimentos na região, e ao Artigo 18º da Lei nº. 4.239 de 27/06/1963, que estendia esta dedução à aquisição de obrigações emitidas pela Sudene para ampliar os recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene).

perfil da economia da Região. Ajudou também a quebrar os monopólios do conservadorismo dos coronéis do sertão – apoiados pelos coronéis do cacau e pelos usineiros e senhores de engenho da cana-de-açúcar –, graças aos avanços realizados pela política de desenvolvimento centrada na indústria, que passou a ser praticada em período posterior ao final dos anos de 1950. Mas aqueles progressos foram insuficientes para dominar os problemas do semi-árido, a partir dos impactos que continuaram a ser determinados e/ou provocados pelas secas (CARVALHO; SANTOS, 2003, p. 29).

Para Bursztyn (1985) a atuação planejada do Estado, de maneira a impor uma lógica econômica compatível com o triunfo da atividade urbano-industrial muda o cenário de atuação do coronelismo. Seria, naquele momento, a “transição para uma situação de coronéis sem coronelismo” (BURSZTYN, 1985, p. 31).

A década de 1970 é marcada, de acordo com esse autor, por um deslocamento do vetor das ações do Estado, no sentido de atacar, se não o problema agrário, ao menos os pontos de estrangulamento do desenvolvimento agrícola. Nesta mesma década a SUDENE sai enfraquecida, depois de hesitar em tomar providências durante a seca. Os estados recorrem diretamente ao governo central.

O poder central – que desde o golpe militar de 1964 se materializava em um regime político mais centralizador do que aquele que havia criado a SUDENE – aproveita-se dessa demonstração de ineficiência para desarticular parcialmente o aparato institucional da agência. A partir desse momento, a SUDENE se caracteriza cada vez mais como uma agência executora, perdendo progressivamente seu papel de formuladora das estratégias de desenvolvimento regional (BURSZTYN, 1985, p. 26).

Destacam-se os instrumentos empregados por essa estratégia: o sistema de crédito rural, mecanismo poderoso de condicionamento da produção; segundo, procura fortalecer o cooperativismo “como forma não só de impor o espírito empresarial na mentalidade ‘pré-capitalista’ dos camponeses, mas também para viabilizar uma estrutura de organização da produção que promovesse a modernização.” (BURSZTYN, 1985, p. 26). Algumas cooperativas financiadas são empresas e empresas que exploram o produtor como qualquer outra. Outro instrumento utilizado são os pacotes tecnológicos, são instrumentos que condicionam o perfil do produtor beneficiado. O Estado atua, assim, na criação de densidades normativas.

3.4 - As políticas de governo após o golpe de 1964

O pós-guerra marca o início de mudanças no capitalismo. As perspectivas abertas pela revolução técnico-científica abrem essa possibilidade.

Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para a nova aventura em escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois (SANTOS, 2004, p. 47).

Em alguns países as mudanças foram instituídas por meio da força. É o caso de boa parte da América Latina e do Brasil, em particular, que sofre o golpe de 1964.

No tocante ao Nordeste, as posições do GTDN foram abandonadas. Para Celso Furtado a região foi a mais prejudicada. “O Nordeste foi surpreendido com uma política em andamento, um movimento social, através das Ligas Camponesas, da Sudene e da Igreja Católica, que apontavam para uma outra direção. Tudo isso foi destruído” (FURTADO, 2004, p. A9). As propostas originais da SUDENE foram engavetadas, todo seu conteúdo reformista perde visibilidade em detrimento do projeto de industrialização, neste momento ganha espaço o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). (BACELAR, 2001). Criado pelo Decreto-Lei Nº. 1.376, de 12.12.1974, para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos (UGFIN) (Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo). Este Fundo é operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB).

Os governos pós-64 efetivaram políticas no sentido de incentivar e acelerar as formas capitalistas de produção e solidificar interesses da burguesia e dos proprietários de terra. Mesmo que no plano legislativo mencionasse a reforma agrária como no Estatuto da Terra (CONTAG, 1979), na verdade o golpe foi articulado pelos militares e por grandes empresários com a finalidade de impedir o crescimento das lutas sociais no campo (MARTINS, 1985, p. 21). Os movimentos sociais do campo estavam mais articulados que nunca. O projeto de reforma agrária, enviado ao Congresso Nacional pelo Marechal Castelo Branco, era destinado a realizar uma reforma agrária que não representasse o confisco das terras dos grandes fazendeiros. Segundo Martins (1985), entre 1964 e 1981 o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Média de menos de oito desapropriações por ano, “enquanto o número de conflitos por causa de terra foi de pelo menos 70 por ano” (MARTINS, 1985, p. 22).

O Ministério do Interior, em 1967, e o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) prepararam um grande programa de irrigação, consubstanciado pelo Plano Plurianual de Irrigação.

A SUDENE, no seu IV Plano Diretor de 1969/1973, dava ênfase à necessidade de maior atenção às questões da oferta de terras agricultáveis, comercialização e abastecimento agrícola. Mas nesse momento esta superintendência já era um órgão burocrático, incorporado ao Ministério do Interior. Neste Plano, reconhece-se que as ações desenvolvidas não foram significativas para melhorar a condição de vida da maior parte da população, ele propunha desenvolver atividades adaptadas às condições ecológicas da região (MENEZES, 1999, p. 130).

De acordo com Andrade (1988), alguns diretores mais comprometidos com a problemática nordestina procuraram, utilizando a teoria de polos de desenvolvimento⁹ de François Perroux, concentrar investimentos em algumas áreas e setores, criando polos ou núcleos de maior resistência, desenvolvimento, o chamado Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Como diz Bursztyn (1985), é a “exumação” dos princípios deste francês. Ainda de acordo com esse autor o POLONORDESTE marca o início da intensificação da fase de ‘autoritarismo ativo ou autoritarismo planejador’ referente ao Nordeste rural. Os argumentos de que esses programas iriam desenvolver e fortalecer os pequenos e médios produtores não se confirmaram, porém,

A idéia central implícita na formulação do POLONORDESTE era a de criar alguns pólos rurais de desenvolvimento, espalhados estrategicamente pelo território da região Nordeste, de maneira que esses núcleos, onde a organização da produção seria mais pura em termos capitalistas, pudessem resolver dois problemas: por um lado, precisava-se frear o fluxo migratório, que era responsável por uma perda absoluta de população em algumas localidades; por outro, esses *pólos* deveriam assegurar o fornecimento de alimentos aos grandes centros urbanos, sem que uma reestruturação fundiária generalizada fosse necessária. A fixação do Homem à terra e a modernização da economia eram, portanto, a meta do POLONORDESTE (BURSZTYN, 1985, p. 110).

⁹ Teoria segundo a qual o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, a que chama de polos de crescimento, com intensidades variáveis. (ANDRADE, 1977). A política regional dos anos 1970 foi fortemente influenciada pelas idéias de François Perroux.

As idéias de Perroux foram recuperadas, mas agora aplicadas a “polos rurais”. Para Bursztyn, a implementação da idéia de concentração de recursos pelo Estado, com o intuito de criar núcleos de prosperidade material, só pode ser efetivada e concebida em um regime autoritário, “onde o sistema de planejamento serve para implantar uma situação caracterizada pela dualidade concentração-segregação” (BURSZTYN, 1985, p. 110). De acordo com Silva (1993),

A dimensão territorial das práticas de planejamento via pólos de desenvolvimento consubstanciou-se na abertura das regiões, onde se reproduziam núcleos de poder local/regional. Essa ‘abertura’ significou a penetração do capital monopolista na busca de uma completa homogeneização da reprodução do capital em escala nacional (SILVA, 1993, p. 52).

Ainda de acordo com Bursztyn (1985), o POLONORDESTE deve ser analisado, também na sua inserção no quadro de estratégias do capital internacional, no que diz respeito ao alinhamento das regiões mais atrasadas à expansão e reprodução do capital.

O POLONORDESTE aproxima-se dos chamados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, desenvolvido pelo Banco Mundial, que participou do financiamento de alguns de seus projetos (SORJ, 1980, p. 103). As origens datam de 1973, quando esse órgão mundial mostrou-se interessado em um projeto piloto implantado no Rio Grande do Norte. “Naquela ocasião, um empréstimo de 49 milhões de dólares foi concedido para que a experiência pudesse ter sucesso e que seu exemplo se tornasse um modelo para a aplicação em outras regiões” (BURSZTYN, 1985, p. 112).

Entre os serviços propostos pelo POLONORDESTE estão: crédito rural; assistência técnica; pesquisa e experimentação agrícola; fornecimento de sementes melhoradas; fornecimento de reprodutores e de matrizes melhoradas; abastecimento de insumos agrícolas; serviços de mecanização agrícola; perfuração de poços no âmbito de propriedades; construção de açudes; implantação de sistemas rudimentares de irrigação; promoção da piscicultura em águas interiores; apoio ao cooperativismo; formação de recursos humanos.

Os instrumentos de ação desse programa constituem um forte mecanismo de promoção da modernização da estrutura produtiva em suas áreas de ação. O Estado aí se afirma como catalisador da transformação da sociedade local, sendo responsável pela incorporação de setores sociais à economia de mercado moderna. Por isso o interesse do

capital financeiro internacional. Para Bursztyn (1985), o Nordeste, naquele momento, constituía um dos maiores reservatórios de mercado do mundo capitalista.

O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) não deixa clara sua política para o produtor camponês e tem-se “transformado num mecanismo de fortalecimento dos médios e grandes produtores já estabelecidos, já que estes têm melhores condições para se apropriar dos créditos oferecidos e se utilizarem da infraestrutura” (SORJ, 1980, p. 104).

Os fixos implantados pelo programa valorizam as propriedades e as terras próximas, contraditoriamente isso dificulta o acesso à terra pelos trabalhadores rurais.

Outro fato apontado para explicar, de certa forma, o fracasso do programa é a falta de articulação entre os agentes envolvidos.

A estratégia PDRI tinha lógica, mas dependia de um arcabouço institucional avançado, o que não se encontra em áreas atrasadas. Ai havia uma contradição em termos. Como cada ação deveria ser executada pela instituição setorial respectiva – por exemplo, a assistência técnica pela Agência Governamental de Assistência Técnica (na época, a EMBRATER, a nível federal, e as EMATERES, nos Estados) -- acabava-se com uma impossibilidade de coordenação de um grande número de agências. Quando recebia os recursos, a EMATER preferia utilizá-los nas suas próprias prioridades setoriais. E quando os utilizava na mesma região, o fazia num tempo diferente do das demais agências. Quando o projeto dava certo, a EMATER tinha o mérito. Quando não dava, era o PDRI. Além do mais, a maior parte dos recursos era utilizada na burocracia das agências executoras. Cerca da metade, apenas, era aplicada em ações finais e, como visto acima, não havia a integração desejada pelos planejadores. O arcabouço institucional era complicadíssimo. Além das inúmeras agências estaduais, havia a coordenação regional na Sudene, a coordenação nacional no Ministério do Interior, a supervisão no Ministério do Planejamento e no Ipea. E cada instituição fazia questão de ser trânsito para os recursos. Numa ocasião, a SUDENE exigiu 252 assinaturas para fazer uma transferência dos recursos para os Estados. Não admira, pois, que se perdesse apoio político. (MAGALHÃES, 2000).

O POLONORDESTE estava contido nas pretensões do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Apontava ações de colonização de áreas ‘vazias’ do Nordeste, com investimento principalmente nos vales úmidos. O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), também desse período, atua nessa região nas áreas de Cerrado como Oeste Baiano, Sul do Maranhão e Piauí, nas últimas etapas. Os programas voltados para a infraestrutura de abastecimento de água e irrigação destacam-se.

3.5 – A fragmentação territorial

A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 302)

Em 1979 cria-se o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos (PROHIDRO), que começa a atuar em 1980 através do DNOCS e CODEVASF.

O PROHIDRO foi implantado através de acordo de cooperação, firmado com o Banco Mundial, para aumentar a oferta de recursos hídricos por meio da construção de açudes públicos e privados e perfuração de poços. Mais tarde foi renomeado Pró-água. É bom salientar que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB - 1984) incluiu esse programa entre os que falharam em seus objetivos.

Sob pressão da opinião pública e denúncias de ineficácia dos programas especiais, a Secretaria de Planejamento do Governo Federal (SEPLAN), em 1982, elabora um documento intitulado “Diretrizes para a Ação do Governo Federal e Promoção do Desenvolvimento Rural no Nordeste”. Esse documento encaminhou as discussões posteriores. Em agosto desse mesmo ano uma reunião de Trabalho, sobre Política de Desenvolvimento Rural do Nordeste, promovida pela SEPLAN, Ministérios do Interior, da Agricultura e CNPQ originou a Portaria Interministerial N°. 158/52, criando a Comissão Interministerial para a elaboração do Projeto Nordeste. Com o apoio do Banco Mundial este projeto pretendia atingir dois milhões de famílias rurais nordestinas, no prazo de 15 anos, a partir de 1984. Só que 35% dos recursos seriam financiados por este órgão mundial (CNBB, 1984). O projeto era dividido em duas etapas. A primeira, em 1983, era destinada à preparação de um Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural e a segunda, no período de 1984/1985, para detalhar as estratégias de desenvolvimento urbano, industrial, de infraestrutura e de serviços sociais básicos (MENEZES, 1999, p. 138). A preocupação de Andrade (1988) com relação a esse programa era que a SUDENE e os governos estaduais estavam associados e os governos, muitos ultraconservadores, é que controlariam parte dos recursos.

Para o governo o projeto não passou de uma oportunidade de angariar recursos do Banco Mundial e fortalecer as bases políticas regionais. A nível de Governo

Estadual, interessava receber recursos para viabilizar a administração, sem alterar os privilégios das suas bases de sustentação (MENEZES, 1999, 140).

Todas essas dificuldades são confirmadas no depoimento de Magalhães (2000), que participou da elaboração e implementação de programas do Projeto Nordeste, entre eles o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Considerado como o único programa¹⁰ que vingou. Para Magalhães o PAPP representou um avanço e uma simplificação, mas continuou sofrendo dos mesmos problemas da falta de integração entre as instituições. Esse programa tem como estratégia principal o “desenvolvimento integrado”, previa autonomia das comunidades; a organização e a participação dos pequenos produtores constituíam-se na diretriz básica dentro da estratégia de intervenção de maior importância na proposta do PAPP.

Entre as estratégias do Programa se destacam: fusão dos programas especiais de desenvolvimento regional; simplificação e aperfeiçoamento da ação integrada dos projetos do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), concentrando recursos nas ações mais relevantes para aumentar a produção e a produtividade do pequeno produtor; aperfeiçoamento institucional, no âmbito da SUDENE e dos governos estaduais; aperfeiçoamento dos demais programas que interferem no meio rural; aperfeiçoamento dos recursos humanos; eliminação da concorrência ou superposição entre programas que atuam no meio rural e abertura ao planejamento participativo (MENEZES, 1999). Porém sua ação acabou restrita à agricultura.

Alves (1999) destaca que uma crítica feita ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), pelo movimento sindical, é que sua elaboração teria ocorrido de forma autoritária, nos gabinetes da SUDENE e em Brasília, sem participação representativa dos beneficiários. Aponta isso como razão da proposta de melhoria na produtividade dos sistemas produtivos não surtir efeito junto aos pequenos produtores. No relato de Magalhães (2000) percebe-se a preocupação em convencer os governadores e as agências que intermediavam os programas no Nordeste.

Com a redemocratização do país, em 1985, houve uma descentralização política e econômica, diferentemente do período anterior. As políticas de desenvolvimento regional foram abandonadas, mesmo com a eleição de outro presidente nordestino em 1991. A preocupação maior era a inserção do Brasil no projeto neoliberal de abertura econômica.

¹⁰ Dos estudos elaborados pelos grupos de trabalho resultaram os programas: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, Programa de Educação Rural, Programa de Ações Básicas de Saúde, Programa de Saneamento em Áreas Rurais e Programas de Agroindústrias.

Nos governos seguintes as políticas continuam relacionadas ao perfil do Estado e inserção do Nordeste nas divisões territorial e internacional do trabalho, bem como no projeto neoliberal. As ações assistencialistas continuam para acalmar os ânimos dos movimentos sociais, exemplo é o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), em 1993. Este programa originou o Bolsa Renda, em 2001, e Bolsa Família em 2004. Os programas sociais, principalmente o Bolsa Família e o Luz para Todos, são apontados como responsáveis pela melhora no padrão de vida, como mostra a revista *Carta Capital* na matéria “O Nordeste, enfim, acorda”, de 21 de março de 2007 (PACHECO, 2007).

Nas últimas duas décadas a mudança fundamental na questão regional foi motivada pela crise do setor público porque “tem-se duas décadas de profunda crise financeira do setor público” (BACELAR, 2001, p. 83). Dessa forma, o Estado torna-se refém do mercado e de seus credores e isso muda sua presença no cenário nacional. Então, em detrimento de patrocinar o desenvolvimento, “patrocina o rentismo”. (*ibidem*). A reforma do Estado atende ao capital financeiro, caracterizado pelo déficit público, privatizações, proteção de grandes empresas, entre outras, pois é um padrão de reformas que beneficia poucos.

A economista supracitada concorda que a forma de inserção internacional do Nordeste está conectada às políticas públicas dos anos recentes, está presente no conteúdo dos projetos ‘Brasil em Ação’ e ‘Avança Brasil’, do governo federal. A base dessa política é a integração competitiva ou “integração competitiva dos ‘pedaços competitivos’ do Brasil na economia mundial”. (BACELAR, 2001, p. 86). São recorrentes no Nordeste esses ‘pedaços’, territórios modernos e dinâmicos desarticulados do contexto socioeconômico, é o caso do Oeste Baiano.

O planejamento regional da década de 1990 é abandonado, tendo início uma verdadeira fragmentação do espaço regional. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (PPA de 1996/1999 e 2000/2003), o Programa Brasil em Ação, do governo Fernando Henrique Cardoso, pretendeu definir territórios privilegiados para efetuar a conexão entre os circuitos nacionais e internacionais de mercadorias – em 2000/2003 – respondendo pelo nome de Avança Brasil instituiu os eixos de desenvolvimento. Esses representam uma ampliação espacial da formulação dos pólos de desenvolvimento. A diferença substancial é que o foco se desloca dos lugares para as redes, para a logística. Para Zaidan Filho (2001), a questão regional foi transformada em moeda de troca para a atração de investimentos

estratégicos e aumento das exportações. Isso porque apenas alguns territórios mais dinâmicos são atendidos. No Nordeste os investimentos desse Programa concentraram-se nos vales úmidos da fruticultura, o oeste graneleiro e o litoral do turismo, áreas competitivas da região. “Quando se mapeiam os investimentos para o Nordeste, vê-se que estão nas áreas dinâmicas. Portanto, o pouco que se tem de política de investimento é uma política direcionada para as áreas dinâmicas” (BACELAR, 2001, p. 87).

As áreas não-dinâmicas são abandonadas, ou no máximo vivem com políticas assistencialistas. A pesquisadora cita como exemplo o fato do Banco Mundial ter um grande projeto chamado ‘Iniciativa para o Nordeste’, no qual foram listados dez segmentos da economia para dar prioridade. Os estudos começaram por quatro e, destes, três são da fruticultura, de turismo e de grãos. O quarto é o polo de *software* do Recife. São os segmentos priorizados pelo governo federal. Bacelar (2001) e Zaidan Filho (2001) apontam as consequências desse processo. Para a primeira, fortalecer a dinâmica dos mais fortes e deixar de fora os espaços menos competitivos, os espaços em reestruturação, e aqueles com dificuldades de se desenvolver aponta para uma tendência à fragmentação; as áreas perplexas do semiárido não entram na agenda.

Para o segundo, esta política, em conjuntura com a “guerra fiscal”, resultou na “desintegração e fragmentação econômico-social do Nordeste, destruindo os laços de solidariedade mútua e a identidade cultural comum.” (ZAIDAN FILHO, 2001). Não entrando nessa discussão sobre identidade cultural, a verdade é que temos no Nordeste e em outras regiões “ilhas de prosperidade econômica [...] cercadas pela violência e pela miséria por todos os lados” (ZAIDAN FILHO, 2001, p. 31). Nos anos 1990/2000 o governo federal deu sinal verde para o retalhamento fraticida da região Nordeste, priorizando atividades “competitivas” sem um plano de desenvolvimento social. Mesmo dentro dos estados e até regiões isso é claro, no Oeste Baiano, com raras exceções, os incentivos e programas ignoram as comunidades locais.

O modelo econômico predominante nas últimas décadas influi decisivamente na inserção dos lugares de reserva do semiárido e dos Cerrados nordestinos à produção agropecuária intensiva. A discussão sobre os eixos substitui a discussão sobre desenvolvimento regional.

Tais eixos promovem a implantação de grupos de programas tidos como estruturantes para o crescimento econômico e exacerbam a seletividade dos investimentos produtivos. [...] Neste projeto, a região Nordeste foi ‘contemplada’

com dois eixos, o Transnordestino e o São Francisco, que visam à construção dos sistemas técnicos e normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos (ELIAS, 2006, p. 33).

A idéia central dos eixos está na identificação de corredores de circulação de mercadorias do país. Os investimentos do Estado em capital fixo público, como nas vias de circulação e rede de infraestrutura irão favorecer o aumento de circulação e ampliação do capital. “Em tese, os recursos para esses investimentos estatais advêm do setor produtivo e retornam a ele em forma de valor, sempre privilegiando alguns setores e determinados espaços” (PORTO, 2006, p. 89).

É a força do mercado, por meio das empresas multinacionais, efetivando uma des-re-territorialização do capital.

O chamado mercado global se impõe como razão principal da constituição desses espaços da fluidez e, logo, da sua utilização, impondo, por meio de tais lugares, um funcionamento que reproduz suas próprias bases, a começar pela competitividade (SANTOS, 2000, p. 83).

A globalização busca a unificação, mas não a união. Santos (2000) lembra que é uma competitividade entre empresas e não entre Estados, e “às vezes, arrastam o Estado e sua força normativa na produção de conceitos favoráveis àquelas dotadas de mais poder.” (*idem*, 2000, p. 84). Pode ser exemplo as empresas que comandam alguns arranjos espaciais no ‘Novo Nordeste’, caso do arranjo da produção de grãos no Cerrado nordestino, que “compõe uma região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge” (ELIAS, 2006, p. 41). A primeira está instalada no município de Barreiras, a segunda em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Uruçuí (PI).

Na avaliação do governo Luiz Inácio Lula da Silva as desigualdades regionais ainda são obstáculos ao desenvolvimento e instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional¹¹ (PNDR). A novidade é a análise em diferentes escalas. O foco não é somente as macrorregiões, mas também os espaços sub-regionais. Se propõe uma “estratégia de desenvolvimento alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial que predominaram desde a década de 80” (BRASIL, MI, 2007). Depois da análise de dados sociais e do dinamismo econômico a PNDR fez a seguinte síntese:

¹¹ A PNDR foi instituída por meio do Decreto Nº 6.047, de 22 de Fevereiro de 2007.

a) em todas as macrorregiões do país a coexistência de sub-regiões dinâmicas, competitivas, com elevados rendimentos relativos médios e de sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação; b) a presença de dinâmicas microrregionais demográficas e de crescimento do PIB que assinalam um perfil territorial disperso, num contexto de baixo crescimento econômico agregado do país, de taxas cadentes de expansão natural da população; c) a persistência de um padrão macrorregional expressivo de diferenciação das principais variáveis, destacando-se a distância básica que ainda divide essencialmente o Norte e o Nordeste do Sul e Sudeste, com o Centro-Oeste aproximando-se destas últimas macrorregiões; d) a distância extrema de níveis de rendimento e outras variáveis apresentadas pela Amazônia e semi-árido nordestino, que inclui parte do norte de Minas Gerais (BRASIL, MI, 2007).

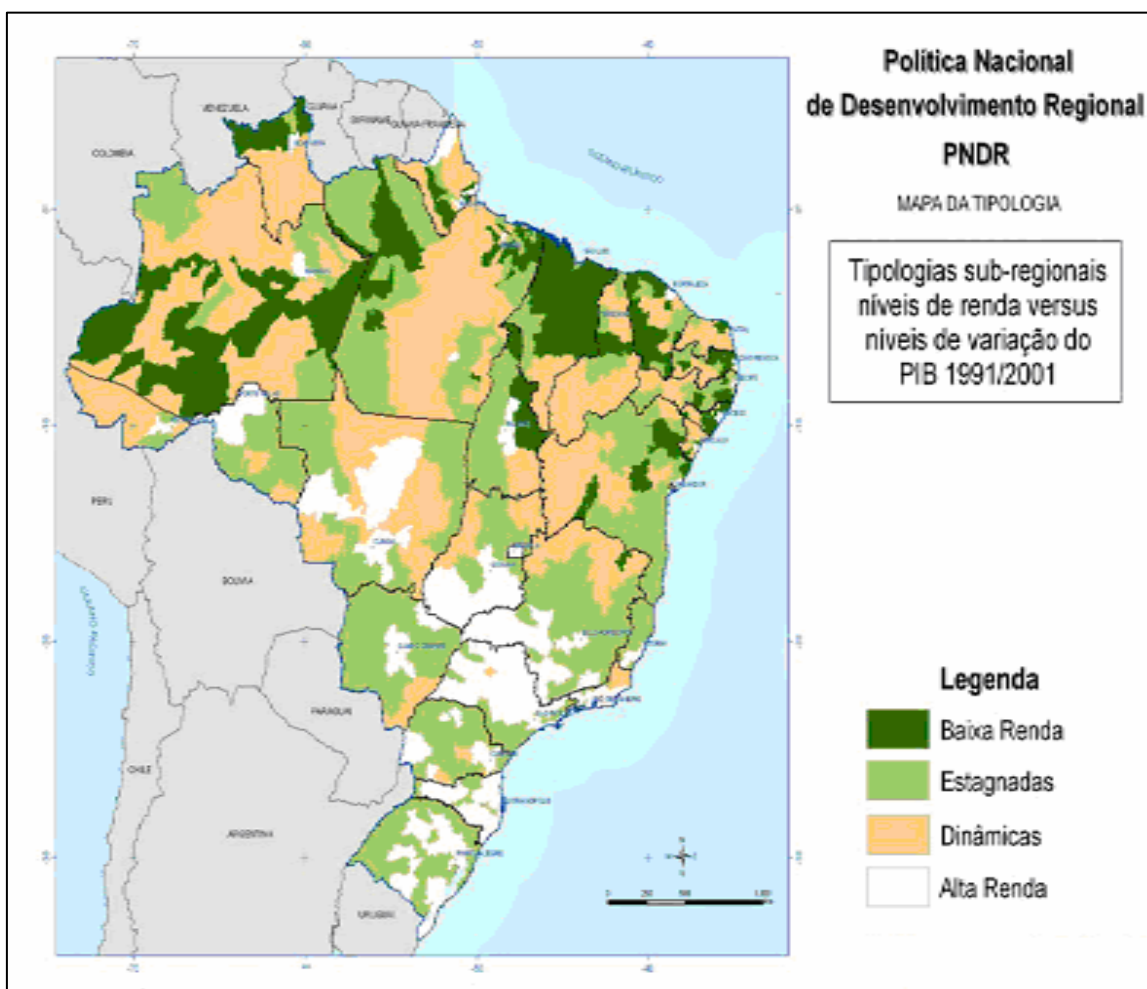
O governo reconhece as desigualdades regionais produzidas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. A prioridade das ações deve ser nas microrregiões de baixa renda. Como mostra o mapa 01, essas áreas se concentram no Norte e Nordeste. O financiamento, segundo a PNDR, deve ser direcionado de forma a fornecer suporte adequado às diversas escalas de intervenção. Entre os instrumentos estão o Orçamento Geral da União e dos Estados, os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos de Desenvolvimento Regional e os incentivos fiscais. Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste são os principais instrumentos de fomento para essas regiões.

O desafio será fazer com que as verbas cheguem prioritariamente às microrregiões menos dinâmicas. Como mostrou o estudo do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) (ALMEIDA; RESENDE, 2006), os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são direcionados principalmente para municípios com economia mais dinâmica.

Para coordenar a articulação das políticas para o Nordeste recria-se a SUDENE, que tem por objetivos, segundo documento de recriação da Superintendência, “ampliar a base produtiva regional, com inserção ativa e competitiva da economia do Nordeste nos mercados nacional e mundial, e de outra parte, atuar na integração cooperativa das sub-regiões e dos espaços locais” (BRASIL, 2003, p. 33).

Em diagnóstico, base para o documento, a equipe técnica constatou uma tendência ao “insulamento” da região, ou seja, a não-integração de espaços sub-regionais. À nova SUDENE se propõe a superação do hiato entre a base demográfica (28% da população) e a base econômica (16% do PIB). O meio seria ampliar a base econômica e torná-la competitiva e criadora de oportunidades de inserção produtiva da força de trabalho; outro desafio estratégico seria a superação da elevada concentração dos ativos produtivos,

principalmente terra e água. A modificação da estrutura fundiária, historicamente construída, será o grande desafio. Não temos nenhum indicador de um programa de reforma agrária eficaz até o momento. As políticas de irrigação, como a transposição do Rio São Francisco, devem ser precedidas de ações para a modificação na estrutura fundiária. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1998 os 50% menores estabelecimentos rurais da região ocupavam apenas cerca de 3,8% do total da área registrada, enquanto os 5% maiores, a área correspondia a 61,7%.



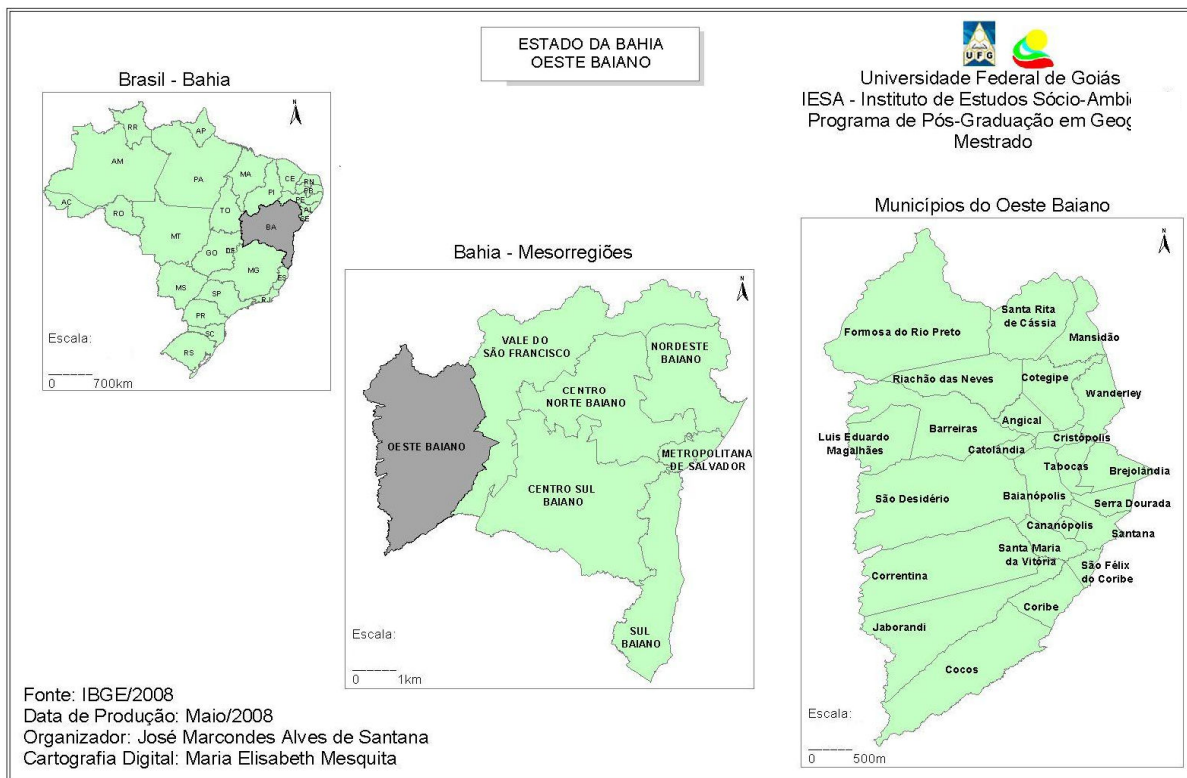
Mapa 02. Tipologias sub-regionais, segundo a PNDR. Fonte: Ministério da Integração Nacional.

4 O OESTE BAIANO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

A divisão Gerais x Vale [...] é agora de forma invertida: enquanto antes o Vale, através dos rios, era a área mais dinâmica, cortada pelas principais redes de circulação, e os Gerais eram o domínio dos territórios mais isolados, agora é nos cerrados que forma o espaço mais modernizado e articulado à rede nacional-transnacional de fluxos comerciais e financeiros, cabendo às áreas mais isoladas e os núcleos urbanos mais tradicionais para o espaço do Vale (HAESBAERT, 1995, p. 160).

4.1 - Processo e tipos de ocupação

O oeste da Bahia engloba 24 municípios e representa 28,5% do território baiano, tem uma área de 162,8 mil quilômetros quadrados. Faz fronteira com os Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Piauí (Mapa 02).



Mapa 02. Divisão administrativa atual do Oeste Baiano.

Esta Mesorregião¹² passou por diferentes fases de ocupação. Diferentemente do que se afirma, a chegada dos sulistas com a soja não foi o “marco zero”. A região vive uma justaposição de tempos, ou temporalidades, a coexistência de que escreveu Milton Santos (2002). Não dá para situar todos os municípios do Oeste Baiano na mesma linha de tempo, ‘isócronas¹³’, (ENZENSBERG, 1988, *apud*: HAESBAERT, 1995, p. 142). Claro que todos estão inseridos no processo vivido pela região, mas num ritmo, intensidade e funções distintas.

A ocupação econômica dessa área foi realizada com suporte na criação de gado (DINIZ, 1982, p. 62) de forma extensiva, a mão-de-obra, pouco numerosa, onde os vaqueiros eram pagos em sistema de quarteação¹⁴. Geraldo Rocha, citado como pioneiro na luta pelo estado do São Francisco, assim descreve a atividade do vaqueiro, este personagem é exaltado como personagem da cultura regional de forma a camuflar a exploração da mão-de-obra:

O vaqueiro, destemido, enfrenta a natureza com a galhardia que lhe é peculiar. [...] o vaqueiro, porém, não conhece perigos. O gado do patrão, confiado à sua guarda, merece todos os sacrifícios, e os heróicos caboclos desprezam os jacarés covardes, afrontam as piranhas ferozes ou as águas traiçoeiras do rio para salvar os companheiros de suas lides ou emoções [...]. Trabalha apenas por amor ao gado (ROCHA, 2004, p. 64).

Muitos vaqueiros não podiam manter as reses ganhas nas fazendas do patrão, que exigia a venda logo após a partilha. “Tiram, assim, a possibilidade de um dia o vaqueiro vir a ser também fazendeiro” (ANDRADE, 2005, p. 201).

Na divisão de trabalho, atendia o litoral e as minas com a carne. Barreiras, ‘cidade capital do Oeste’, surge de ponto de encontro de comerciantes e barqueiros que navegavam o Rio Grande, navegação interrompida por “barreiras de pedra”, daí o nome da cidade. O gado bovino foi utilizado para a ocupação econômica do sertão nordestino; a

¹² De acordo com a divisão da Fundação IBGE, a mesorregião Extremo Oeste Baiano é composta por três microrregiões: a Microrregião de Barreiras, a Microrregião de Cotegipe e a Microrregião de Santa Maria da Vitória.

¹³ Enzensberger questiona por que não criar linhas com as quais fosse possível interpretar por quais zonas de tempo estaríamos passando ao viajarmos. Isso porque “cada região vive num tempo diferente em nosso mundo”. Haesbaert (1995, p. 142) continua e diz que mesmo as cidades carregam em seu interior uma multiplicidade de tempos, caso de Barreiras. Esse geógrafo lembra que já existem as ‘cartas isocrônicas’, onde as isócronas têm outro sentido, o do tempo de transporte necessário para alcançar determinados pontos da superfície da Terra. (Nota de rodapé p. 142).

¹⁴ No sistema de quarteação o vaqueiro recebe um quarto dos bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda. Também é conhecido pelo nome de ‘sorte’.

agricultura desenvolveu-se às sobras dos currais. Os vales forneciam pastagem no período chuvoso, no estio o gado era levado para os gerais, como descreve Andrade (2005),

[...] no estio o pasto não é suficiente e o gado é retirado para as serras, onde há pastagem mais abundante. Estas serras são condideradas ‘o refrigério’ do gado, e a sua existência é a razão de ser da pecuária sertaneja em grandes áreas. No sertão baiano, o gado do Vale do São Francisco é levado para as ‘serras’ que servem de limite entre a Bahia, de um lado, e Goiás e o Piauí, do outro. São os ‘gerais’. Esta migração, conforme a intensidade e o período das chuvas, sabendo-se, geralmente, em março e abril, permanecendo até outubro (ANDRADE, 2005, p. 199).

O comércio de gado bovino, vindo do norte de Goiás, também dinamiza a base de Barreiras, que exporta esse gado a caminho da Barra e de Jacobina.

Já no final do século XIX desenvolve-se na Microrregião de Barreiras a extração da seiva de mangabeira para a produção de borracha, o que ocasiona o desbravamento das matas e Cerrados locais. De acordo com Santos Filho (1989), a economia regional permanece centrada numa pecuária extensiva e itinerante, baseada nas pastagens naturais e coletivas dos Cerrados.

Aliada a essa atividade existia a agricultura de autoconsumo, dos vales, com produção de mandioca, feijão e milho, entre outras; o artesanato e a economia extrativista: pesca, caça – comércio de peles, extração de látex da mangabeira e da casca de angico e madeira para lenha ou uso nobre. A casca de angico ainda é extraída, podemos ver caminhões transportando o produto para curtumes de outras regiões da Bahia, principalmente para a região de Feira de Santana.

Durante a Segunda Guerra, por razões estratégicas, o governo dos Estados Unidos construiu um aeroporto internacional em Barreiras. “Isso permitiu que o látex extraído fosse comercializado para ser utilizado no esforço de guerra aliado” (SANTOS FILHO, *et al*, 1989, p. 26). Até metade do século XX o único meio de transporte direto entre a cidade e outros estados era o aéreo. As estradas uniam apenas as cidades dos Cerrados baianos às cidades fronteiriças de Goiás. Aliás, Barreiras, mesmo sendo uma pequena cidade, em 1902 reunia 630 casas e cerca de 2.500 pessoas, exercia considerável influência sobre o norte de Goiás, como aparece na literatura goiana de Bernardo Elis (2003).

Outra atividade econômica que deixou suas marcas na paisagem foi o cultivo da cana-de-açúcar, com projetos financiados pelo Pró-Álcool, implantado em 1975. A partir de 1981, como resultado desse Programa, a produção de cana aumentou substancialmente,

principalmente no oeste de Barreiras e São Desidério (DINIZ, 1982, p. 207). Não teve grande sucesso, bem como os projetos de “reflorestamento” (SANTOS FILHO, *et al*, 1989). Os projetos e políticas voltadas para a cana-de-açúcar voltam à agenda do governo estadual motivados pelas discussões sobre fontes de energia mais limpas e alternativa ao petróleo. Em consequência pesquisas estão sendo desenvolvidas para a reintrodução da cana em grande escala.

Fica evidente que o espaço em questão não pode ser analisado isoladamente, sem contextualizar sua relação com o mundo – Divisão Internacional do Trabalho. Como outras regiões do Brasil, esta sofre o impacto da inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial, que subordina o país ao capital estrangeiro e às grandes empresas multinacionais (OLIVEIRA, 2003, p. 291), intensificado no pós-Segunda Guerra Mundial. O mais grave disso é o comprometimento das exportações e da produção brasileira para “honrar” compromissos externos, pois os investidores querem retorno - sejam eles investidores de capital produtivo ou especulativo -, basta observar o crescimento da dívida externa:

Em 1964 era de 2,5 bilhões de dólares, em 1984, 102 bilhões, em 1998 já chegara a 241,6 bilhões de dólares, em 2002, devido às privatizações decresce a 227,6 bilhões. Entretanto, durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, pagou-se de juros da dívida externa o incrível total de 102,4 bilhões de dólares, ou seja, 45% do total da dívida (OLIVEIRA, 2003, p. 125).

É nesse quadro de inserção do Brasil no Capitalismo monopolista que se encontra a industrialização do campo, a capitalização da produção numa rede mundial de territórios voltada para atender o mercado mundial. As decisões não são locais, apenas. “Se os cerrados baianos ganham em modernização agrícola, suas cidades perdem quanto ao controle de suas próprias produções, que passam a ser comandadas desde outras cidades e países” (SANTOS, 2004, p. 145). As grandes cooperativas e empresas impõem suas políticas de produção.

Este novo momento do Oeste Baiano evidencia sua inserção no período técnico-científico-informacional. Como em períodos anteriores, sofre influência da divisão internacional e territorial do trabalho.

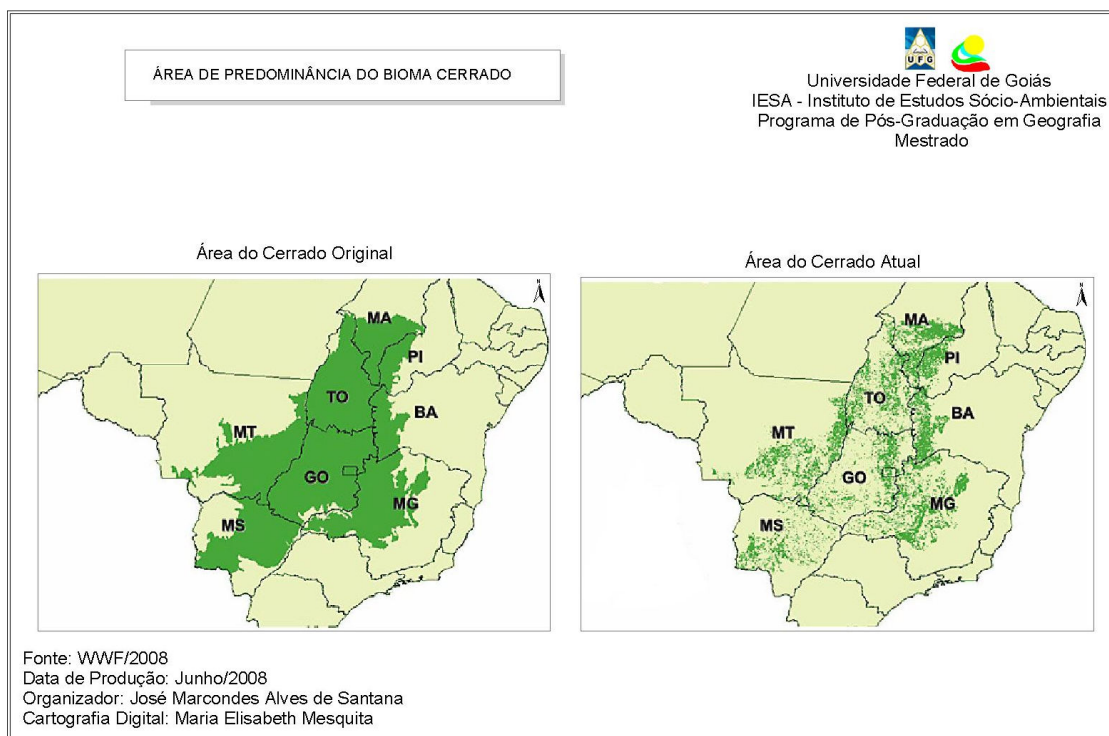
A atividade dominante na área, a criação de gado, tinha caráter mais extensivo nos Gerais, com baixa produtividade. Essa atividade sofreu mudanças com a construção da Rodovia Brasília-Salvador, no final dos anos 1960 (HAESBAERT, 1995, p. 135) e os

incentivos da SUDENE, que investe na modernização da pecuária do Vale. Tem-se aí uma divisão do trabalho entre o Vale e os Gerais. Era um tempo-espaço marcado pelos traços da natureza primária, “em diferentes gradações no tempo, praticamente até o início dos anos 80” (HAESBAERT, 1995, p. 135). A partir daí as transformações se aceleram, influenciadas por vários fatores, mas com destaque para o incentivo da SUDENE, o domínio da tecnologia para manejo dos solos dos Cerrados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que promoveu assentamentos de agricultores provenientes do Sul e Sudeste. A fase II (Mapa 04) desse Programa foi iniciada em 1985, abrangeu uma área de 200 mil hectares de Cerrados nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões (OSADA, 2007). De acordo com a pesquisa de Inocêncio (2002), os japoneses idealizavam investir nos Cerrados desde 1964. Ainda para esta geógrafa, o acordo do governo brasileiro com os japoneses para a produção de produtos exportáveis nos Cerrados caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, neste caso por meio da agricultura. Por outro lado é uma maneira das empresas e grupos de interesses obterem recursos e expandir suas ações em territórios estratégicos via políticas públicas, políticas que são divulgadas pela burocracia do Estado como sendo de interesse coletivo.

Para o Cerrado (Mapa 03) baiano os investimentos e imigração sulista receberam influência de três fatores: condições edafo-climáticas favoráveis, topografia plana, abundância e certa regularidade de chuva, temperatura elevada, solos profundos de fácil manejo; terras mais baratas, que em outras regiões produtoras, o que eleva a rentabilidade da exploração e possibilitou que muitos produtores se recapitalizassem; e busca de economia de escala, ou seja, queda do custo médio de longo prazo à medida que se expande a escala de produção.

Como se pode ver no mapa, o impacto do desmatamento sobre o Cerrado é preocupante. A preocupação maior nos Gerais, além do desmatamento, é a irrigação, muito usada para a correção de deficiência hídrica, pois os veranicos são comuns. A cultura do café, por exemplo, é totalmente irrigada. Isso se torna um problema grave, porque a componente perpendicular já é menor que a extração da água para abastecer pivôs. Consequente ao desflorestamento e a captação indiscriminada da água, culminou com a extinção de pequenos rios. Ainda há o problema com erosão, agravada pelo tipo de solo

arenoso, as novas técnicas aplicadas não são suficientes para conter o problema. A continuidade do modelo implantado nos Cerrados encontra-se seriamente ameaçado pelo esgotamento dos recursos naturais em que se apóiam.



Mapa 03 – Área original e atual dos Cerrados. Fonte: WWF, 2008.

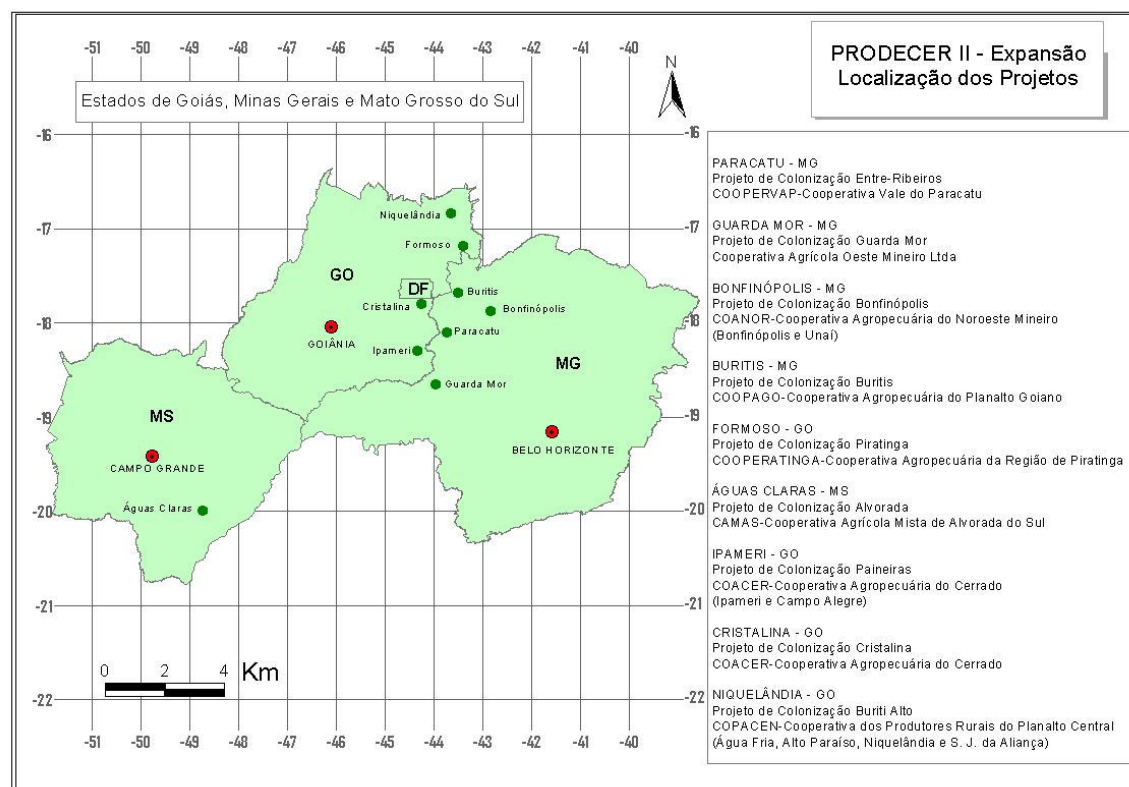
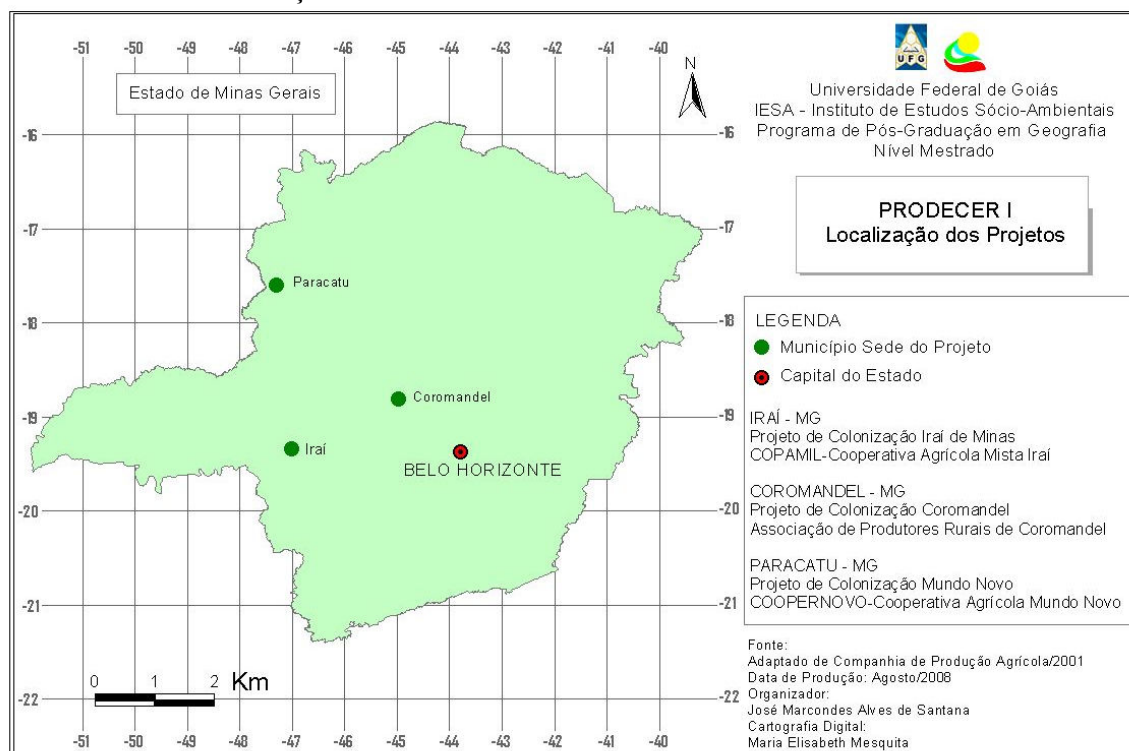
Segundo Gomes (2001, p. 237), antes do Prodec, na avaliação do governo baiano, teriam tido influência positiva sobre o crescimento da região Oeste do estado o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), de 1972, e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, POLOCENTRO, de 1975/79. Dentre as ações que o programa previu para a incorporação do Cerrado estavam:

- a) pesquisa e experimentação agropecuária; b) serviços mecanizados de natureza agrícola, compreendendo estímulos à organização ou ampliação de patrulhas mecanizadas, por iniciativa de governos estaduais, empresas privadas ou dos próprios beneficiários; c) construção de estradas de acesso dentro das propriedades rurais; d) construção de estradas vicinais; e) eletrificação rural (linhas troncos e linhas de transmissão de energia até as propriedades rurais); f) silos, armazéns, etc. g) organização, mediante estímulo, de sistema de comercialização da produção; h) estímulo à produção regional de calcário agrícola e de outros insumos agropecuários (PEIXINHO, 2006, p. 59).

Estes programas, consorciados com a iniciativa privada de empresas e cooperativas, desenvolveram tecnologias que possibilitaram a incorporação dos Cerrados à agricultura brasileira, não sendo diferente no Oeste da Bahia. O novo uso agrícola desse

território é produto da tecnologia moderna. A soja foi o carro-chefe de novo uso do território; como mostra o gráfico 03, o aumento da produção foi quase constante. Hoje a soja mantém-se entre o café, algodão e milho, culturas principais na matriz produtiva.

LOCALIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS PROJETOS DO PRODECER



Mapa 04 – Localização e expansão dos projetos do PRODECER.

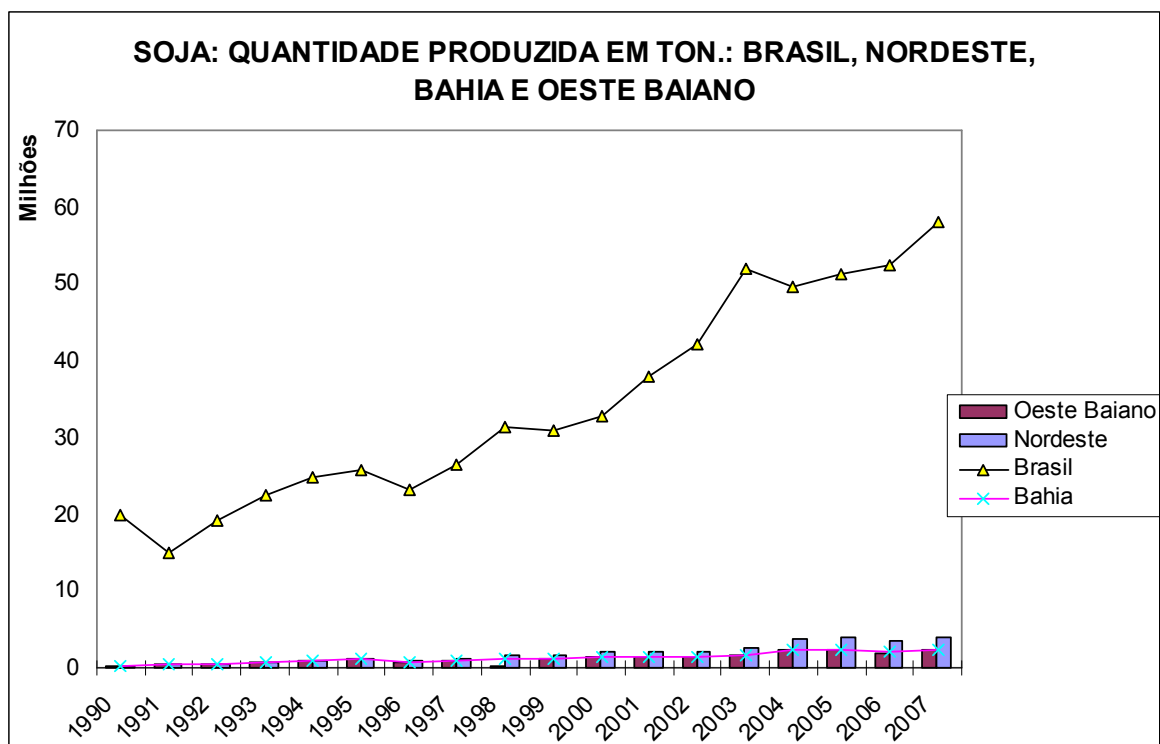


Gráfico 03. Evolução da Produção de Soja – Brasil, Nordeste, Bahia e Oeste Baiano. Fonte: IBGE-PAM. Disponível em: www.ibge.gov.br. Elaborado por: SANTANA, J. M. A. de, 2008.

A produção da Bahia concentra-se no Extremo Oeste, apenas a partir de 2004 aparece uma pequena produção de outra mesorregião próxima, o Vale do São Francisco, na verdade apenas no município Serra do Ramalho.

O discurso do pioneirismo, da modernidade, tenta eliminar a história local, quando na verdade tanto os Cerrados quanto os vales já eram ocupados e usados de uma outra forma. O agricultor capitalizado não ocupou um espaço vazio, mas um espaço que já se constituía “território no sentido capitalista” (HAESBAERT, 1995, p. 137); os Gerais baianos já tinham “donos”. Distorcer a idéia de tradicional, dicotomizando avanço e atraso, mudar nomes de lugares, dentre outras ações, constitui estratégia do discurso ‘modernizante’ (HAESBAERT, 1995). Nesse processo há “uma intencionalidade pensada e efetivada a partir do estabelecimento de políticas públicas e privadas, demonstrando a opção realizada pelo capital e pelo Estado” (MENDONÇA, 2004, p. 227).

Os depoimentos dos autodenominados pioneiros continua no sentido de negar a história local. Bem como aparecia em propaganda oficial do governo do estado da Bahia, algum tempo atrás, está no discurso de representantes dos recém-chegados. Veja depoimento de um assessor da diretoria da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Johson Medrada:

Isso aqui, na década de 80, não era nada. Se você pegar o crescimento populacional de Barreiras você vai ver o que aconteceu aqui. Principalmente nos últimos 20 anos. Tem uma cidade emergente que é Luis Eduardo [Magalhães], que está crescendo com qualidade, com uma renda per capita enorme. Com algumas deficiências econômicas, porque quando você tem essa explosão demográfica, você cria bolsões de pobreza. São pessoas que vêm em busca do trabalho, sem grandes conhecimentos e muitas vezes não se encaixam no perfil, porque hoje existe emprego é para quem tem qualificação (Johson Medrada, Administrador, Assessor da Diretoria da AIBA, Barreiras, 10 de julho de 2007).

Sem dúvida, a população de Barreiras aumentou consideravelmente. O crescimento da produção de grãos nas áreas originais dos Cerrados impulsionou as atividades urbanas. Em 1980 sua população era de 41.454 habitantes, passando para 131.849 em 2000. Contudo, os problemas urbanos acompanham esse crescimento. O ‘sucesso’ do agronegócio se deu, de certa forma, às custas de uma dinâmica excludente e segregadora. Os trabalhadores migrantes de regiões vizinhas não “se encaixam no perfil”, não têm qualificação. Na verdade, o tipo de organização da produção não absorve grande quantidade de mão-de-obra. E ainda, expulsou muitos antigos posseiros para as cidades. A Região econômica Extremo Oeste, com o terceiro maior Valor Bruto de Produção (VBP), em 1996, ocupava apenas 5% dos trabalhadores na agropecuária baiana.

4.2 - Inserção do Oeste Baiano no arranjo de territórios produtivos

A expansão da agricultura técnico-científica dentro do contexto da globalização e expansão do capital gerou uma integração espacial seletiva aos mercados. Ocorreu nos últimos tempos uma fragmentação territorial sob o comando de grandes empresas subsidiadas por políticas públicas, culminando com o insulamento de subespaços regionais. É o caso do Oeste Baiano no contexto estadual e regional.

Essa região apresenta uma grande diversidade técnica aplicada à agropecuária. No domínio dos Cerrados, o extremo oeste, há uma agricultura altamente capitalizada, que colocou a região no noticiário do agronegócio¹⁵ nacional e mundial. No domínio,

¹⁵ Para Fernandes (2007) o agronegócio é um novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Seria um eufemismo para o latifúndio. “Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio

predominantemente, de Caatinga tem-se uma agricultura mais “tradicional” e uma pecuária mista de rebanho melhorado e os produtores camponeses com rebanho misto. Estas diferenças nos sistemas técnicos utilizados influem sobre a divisão inter-regional e social do trabalho, elementos constituintes da diferenciação espacial. Evidentemente não são as condições edafoclimáticas que determinam essa divisão inter-regional. Em outro momento os municípios que colocavam o Oeste Baiano na divisão territorial do trabalho eram aqueles que produziam gado de corte para atender o litoral e as minas. E esses municípios estão localizados em áreas mistas de Cerrado, floresta estacional e Caatinga, como é o caso de Cotegipe, que já teve maior dinamismo econômico. A diferença do emprego das técnicas está relacionada ao grau de capitalização dos produtores. É a ação política que dá sentido às técnicas. “A vida não é um produto da técnica, mas da política, a ação que dá sentido à materialidade” (SANTOS, 1997, p. 39). No vale também persiste grandes propriedades com pecuária melhorada, pois a região é grande produtora de gado bovino.

Em trabalho realizado pela SUDENE, em 1982, coordenado por Diniz (p. 84/85), verificamos que não há referência à agricultura moderna, é exatamente no final da década de 1970 e início dos anos 1980 que penetra a soja na região; a primeira safra foi a de 1979/80 (SANTOS FILHO; *et al*, 1989, p. 82). Diniz (1982) mostra a baixa ocupação do solo com os sistemas de pecuária solta, que ocorrem na Caatinga, sobretudo no Cerrado; ressaltamos que o trabalho de Diniz não cobre todo o Oeste Baiano, mas parte significativa. Esta é a maneira mais tradicional de ocupar os Gerais¹⁶, nos referimos à ocupação mais “recente” ou pós-colonização, porque na região já habitavam povos indígenas, que foram perseguidos por latifundiários que recebiam terras para construir os currais e expulsar ou dizimar os povos originários. Muitos destes latifundiários serão cultuados como figuras ‘ilustres’ da história regional, dando nomes a municípios que viriam a surgir. Geraldo Rocha os exalta (2004), em seu livro editado pela primeira vez em 1940:

Após grandes latifundiários que presidiram às instalações dos currais, famílias de importância na Colônia se foram estabelecendo nas margens do São Francisco, adquirindo terras dos herdeiros de Garcia D’Avila e de Guedes de Brito, sucedendo-os no pastoreio e criando centros de atividade nas antigas povoações. Assim, vieram no século XVIII os Castelo Branco, os Abreu, os Marianni, os

produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo” (FERNANDES, 2007).

¹⁶ Segundo Carlos Walter P. Gonçalves “terra que pertencia a todos ‘digamos sem dono’”. *Novas territorialidades e migração*. VI CBG – Goiânia, 27/07/04.

Wanderley, na Barra do Rio Grande; os Melo Franco, em Paracatu, e outros, dando origem a estirpes ilustres, que engrandeceram o Brasil. A Barra, povoação elevada aos foros de vila por João de Lencastro, em 1695, era nos princípios do século XIX um centro de cultura que hoje está longe de atingir. (ROCHA, 2004, p. 50/51).

A criação de gado bovino, caprino e outros de pequeno porte eram de baixa densidade, adequada à cobertura vegetal. “O sistema sobrevive ligado a relações indiretas de trabalho (parceiro) e a uma indefinição fundiária evidenciada na ausência de cercas e na presença de pastos comuns” (SANTOS FILHO; *et al*, 1989, p. 87). A maioria dos pecuaristas desenvolvia a agricultura mista, de roça. Mudança significativa também tem ocorrido com a figura do vaqueiro tradicional, que já não é tão presente, mas ainda convive com relações assalariadas de trabalho.

O sistema de roça, citado, “caracteriza-se por uma utilização esparsa do solo, onde os pequeníssimos campos cercados são clareiras que se perdem na vastidão das caatingas e cerrados” (DINIZ, 1982, p. 88), esta é a descrição feita em 1982. Hoje, o que se perde na vastidão do Cerrado, ou melhor, do horizonte plano, é a lavoura “moderna” de soja e algodão, principalmente. A roça ainda existe nas áreas de menor pressão por recursos. Essa atividade ocupava pouco da propriedade, não mais de 1% da mesma. Este sistema equilibra nutrientes do solo, pela rotação de culturas e pousio, que eram muito longos. Em 1986 já “começa a se desequilibrar pelas dificuldades de obtenção de áreas para plantio” (DINIZ, 1982, p. 88). O avanço sobre a capoeira gerou conflitos, o motivo principal é que essa atividade se fazia por trabalho de posseiros em terras devolutas.

Os conflitos se intensificam nos anos 1970, mas com outras características. Agora é pela aceleração da legalização, que tem à “frente latifundiários e coronéis nordestinos visando vendê-las para os sulistas” (HAESBAERT, 1995, p.169). A entrada da fronteira capitalista moderna na região agrava os conflitos e muda o ritmo de comunidades centenárias. Muitos agricultores foram expulsos de suas terras para áreas menos férteis ou para as cidades. “Segundo estimativas do advogado Aurélio Miguel, divulgadas no Diário Oficial da Bahia (03.12.1987), existiriam hoje cerca de 300 pequenos proprietários baianos nos Gerais, contra mais de 10 mil antes da entrada da soja”. O autor acha que esse valor é subestimado (HAESBAERT, 1995, p. 166). Ainda é recorrente a falsificação de documentos. José Antônio, Engenheiro Agrônomo do Assessoramento Técnico do Banco do Brasil, diz que em torno de 5% dos processos de empréstimos tem casos de falsificação

de documentos. (José Antônio, Engenheiro Agrônomo, Banco do Brasil, Barreiras, 17 de julho de 2007).

Essa confusão jurídico-política como, se percebe, é anterior à chegada dos sulistas. É bom lembrar que os primeiros habitantes da região, os índios, foram praticamente dizimados. No século XVI “a ‘guerra’ aos índios é recompensada com a concessão de sesmarias, que dão origem à fazenda de gado” (SANTOS FILHO; *et al*, 1989, p. 25).

Continuando sobre a ocupação do território, antes da frente altamente capitalizada, existia também o sistema de ocupação tradicional de várzeas e brejos, assentado na combinação de caça e pesca. Havia o cultivo de hortícolas, feijão, arroz, abóbora, melancia e outros. Ainda existe em comunidades remanescentes, principalmente.

O sistema semiextensivo tradicional de encostas e vales também se centraliza numa rotação de terras. Todavia, apareciam cultivos comerciais mais destacados, como algodão e o milho em certas áreas, e o pousio tem duração bem menor do que o sistema roceiro (DINIZ, 1982). Essa atividade também sofreu mudanças.



Foto 01. O algodão arbóreo sobrevive apenas nos fundos dos quintais das pequenas propriedades camponesas. Cotegipe – BA. Foto: SANTANA, J. M. A. de.

O algodão e o milho, no Cerrados baiano figuram entre culturas principais. O algodão é altamente mecanizado, com novas espécies de alto rendimento, não há mais o cultivo tradicional desta cultura. A produtividade do algodão em 2003/04 foi de 3.825 kg/ha e o milho de 6.360 kg/há. Em 2005/06 estas culturas tiveram produtividade de 3.600 kg/ha para a primeira cultura e de 4.020 kg/ha para o milho, segundo a AIBA. As formas geométricas (Foto 02), testemunhas do novo período técnico dominam a paisagem das propriedades produtoras.



Foto 02. Produção irrigada. Oeste Baiano. Fonte: Embrapa.
Disponível em: <www.bndes.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: maio de 2007.

Tabela 01: PRINCIPAIS CULTURAS: PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE – SAFRA 2006/2007

Culturas	Área (ha)	Produção (tn)	Produtividade (kg/ha)	Produtividade (Unid/ha)	VBP (milhões de R\$)
Soja	850.000	2.295.000	2.700	45 Sc	994,50
Algodão**	276.355	1.007.317	3.645	243@ car	1.625,13
Milho	166.000	1.205.160	7.260	121 Sc	341,46
Café em produção*	11.021	28.434	2.580	43 Sc	116,11
Café em formação*	3.178	---	---	---	---
Sorgo	15.000	40.500	2.700	45 Sc	10,13
Arroz	15.000	27.000	1.800	30 Sc	12,60
Feijão	7.000	10.080	1.440	24 Sc	9,24

Fonte: AIBA a partir de dados da APABA, CODEVASF, CONAB, EBDA, IBGE, Abr/2007.

* Estimativa; ** Rendimento em pluma: 402,8 toneladas.

A partir dos anos 70, o território em questão sofre profundas mudanças técnicas, sociais e econômicas. O trabalho com tração animal e força humana cede espaço ao trator (Gráfico 04). A evolução do número total de tratores, existentes nas propriedades agropecuárias, mostrada no gráfico, indica uma mudança na forma de produzir. De 33 tratores em 1970, passa a 4.069 em 1995. Um aumento de mais de 12 mil por cento, bem acima das taxas para o Nordeste, a Bahia e o Brasil.

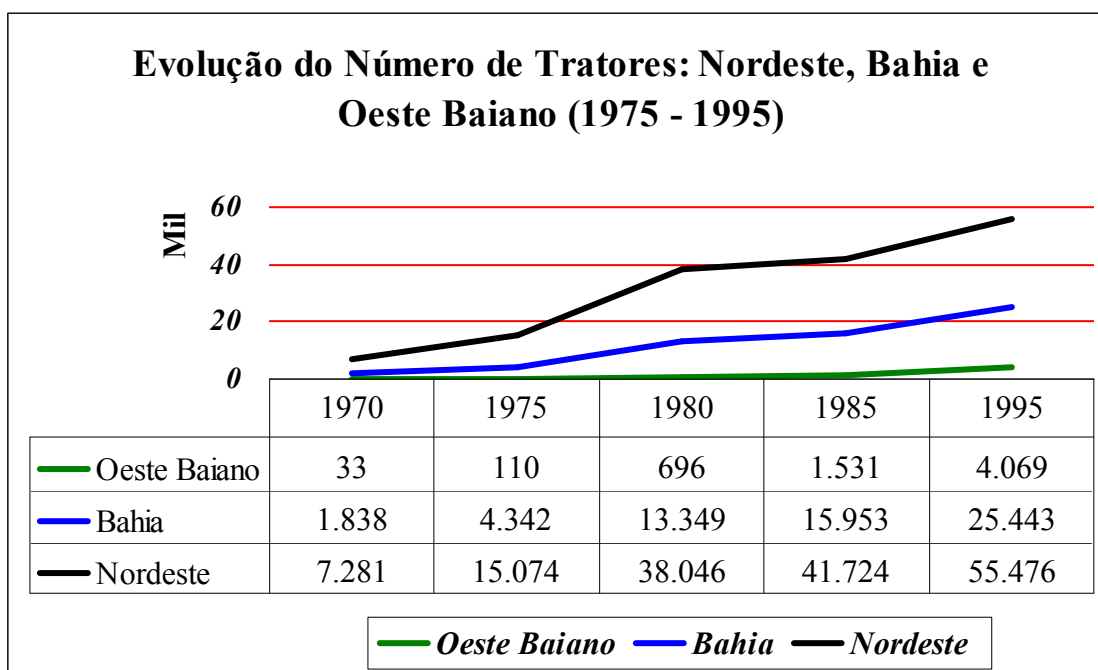


Gráfico 04. Evolução do número de tratores. Fonte: IBGE. Elaboração: SANTANA, J. M. A de. 2008.

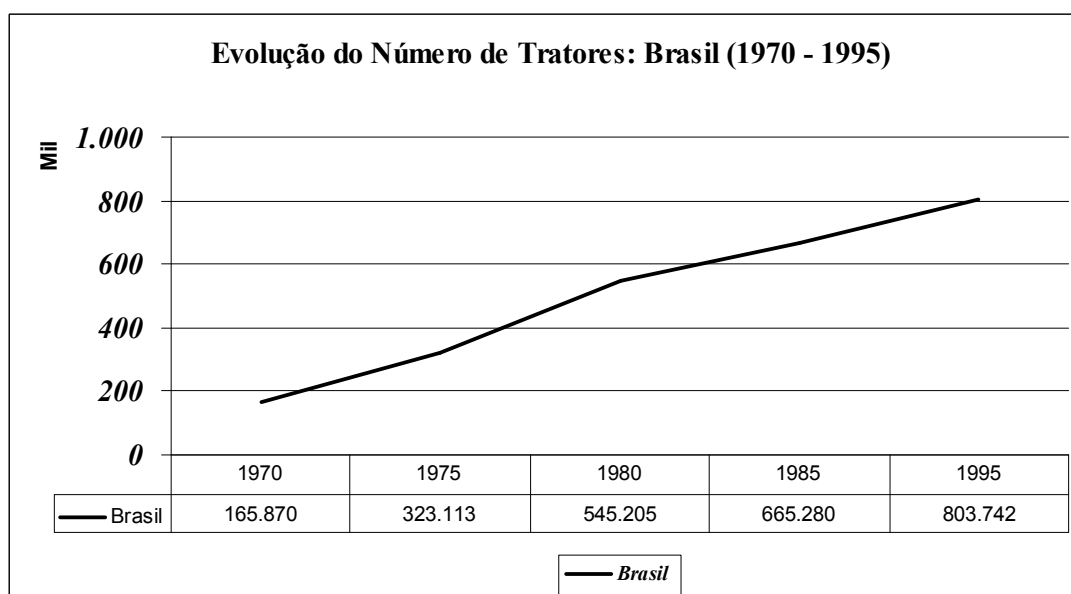


Gráfico 05. Evolução do número de tratores. Fonte: IBGE. Elaboração: SANTANA, J. M. A de. 2008

As queimadas controladas, que abriam clareiras no Cerrado, dão espaço ao correntão; as parcerias e o trabalho familiar convivem precariamente com o trabalho assalariado, mal pago para os não-qualificados; a tecnificação da produção empurrou tradicionais produtores para as cidades, como mostra o depoimento do Sr. Francisco Joaquim de Lima (HAESBAERT, 1995, p. 166), então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Quando eles chegaram nesses vales tinha gente em todo canto morando. Então, eles foram desapropriando o povo, tirando a terra do povo, jogando o pessoal pra cidade. (...) 70% desse pessoal foi expulso de lá e foi pra cidade (...). Mas esse pessoalzinho que ficou, esses posseirozinhos, eles se encontram na atividade deles.

Quando o entrevistado diz “eles”, refere-se aos sulistas, porém não foram apenas os sulistas que participaram do processo de expropriar os posseiros, os grandes proprietários nordestinos também têm participação no processo (HAESBAERT, 1995).

O município de Barreiras apresenta índice de população não-residente entre 40 e 60% do total municipal. Figura entre os três municípios mais significativos na atração de imigrantes. Também é o município que apresenta maior taxa de crescimento populacional, como mostra o gráfico 06 (para os outros municípios ver gráfico 11, no apêndice), mesmo com o desmembramento de Luís Eduardo Magalhães.

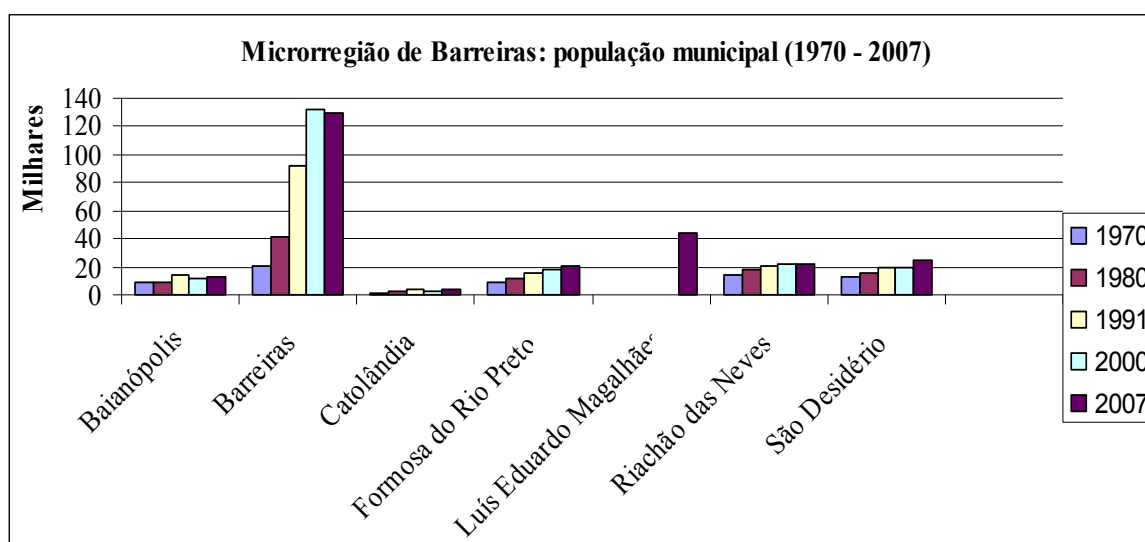


Gráfico 06 a. Oeste Baiano: Crescimento Populacional. Microrregião de Barreiras. Fonte: IBGE. Elaboração: SANTANA, J. M. A. de. 2008

O impacto na urbanização da região mudou a paisagem de cidades como Barreiras e a recém-emancipada Luís Eduardo Magalhães, antiga Mimoso do Oeste. Não diferente de outras cidades médias, a segregação socioespacial é visível. A rodovia, ao mesmo tempo que representa a ligação da região ao Centro-Oeste e à capital do estado, também é símbolo da segregação (Foto 03). De um lado, o norte, concentra empresas, bancos, a administração municipal, os melhores equipamentos urbanos; do outro, o sul, está o bairro com maiores problemas sociais, o Bairro Santa Cruz, conhecido como Iraque. O “bairro é marcado por um alto índice de violência e prostituição, sendo responsável pela maioria dos casos de assassinatos que ocorre na cidade” (SANTOS; SILVA, 2006, p. 205). Aí concentra a maior parte da população de baixa renda.

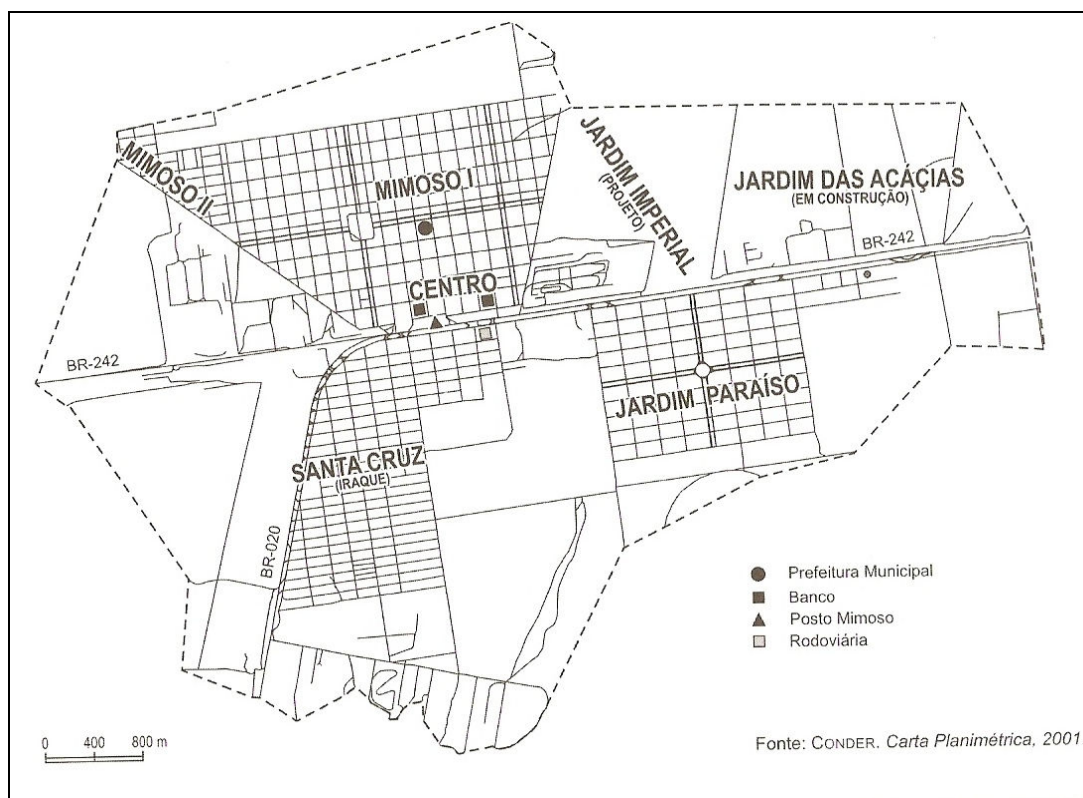
Essa segregação fica evidente quando se analisa a origem e a condição econômica das pessoas de cada bairro da cidade. Assim, nos bairros Mimoso I e Jardim Paraíso predominam pessoas de classe média e alta, o que pode ser comprovado pelo alto padrão das construções dos estabelecimentos comerciais, das habitações e da infra-estrutura básica. Nestes bairros os moradores são oriundos principalmente da região Sul do Brasil. Já os Bairros Mimoso II e Santa Cruz têm características típicas de bairro operário, ou seja, seus habitantes além de não disporem dos meios de produção, oferecem uma mão-de-obra com baixa ou nenhuma qualificação (*ibidem*, p. 207).

Esta é a lógica da reprodução ampliada do capital, pois para manter os privilégios de uma minoria produz a precarização social e territorial da maioria.

É ilustrativa na imagem a localização da Bunge, um dos símbolos do agronegócio mundial, voltada para a rodovia, e logo do outro lado o Bairro Santa Cruz. Estar na cidade nos lembra uma feira de agronegócio com seus *stands*. Estudos mais intensos são necessários para responder se o desenvolvimento da região é “sustentável” ou se é parecido com uma feira, também no aspecto de ser temporário e ao final deixar apenas “resíduos” e um passivo para as comunidades locais.



Foto 03. Luís Eduardo Magalhães – BA. Imagem de satélite. Fonte: Google.



Planta 01. Luís Eduardo Magalhães: planta da cidade. Fonte: (SANTOS; SILVA, 2006).

4.3 - O processo de modernização da agricultura

Antes de adentrarmos na modernização da agricultura precisamos discutir este polêmico conceito. Modernização é um processo desencadeado, principalmente pelo capitalismo (HAESBAERT, 1995), que reúne outros processos ligados à produção, aumento da produtividade, mobilização de recursos, ou seja, a formação e acumulação de capital. E também ‘ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, (...) à secularização de valores e normas etc’. (HABERMAS, 1990, *apud*: HAESBAERT, 1995, 46). As discussões sobre a modernidade bifurcam nas abordagens econômica, produtiva e cultural (material e espiritual). Para evitar esse dualismo Haesbaert (1995) propõe distinguir,

uma modernidade ‘real ou efetivamente existente’ – envolvendo ao mesmo tempo sua dimensão mais concreta, primordialmente econômico-tecnológica – a (s) modernização (ões), e sua dimensão cultural, mais abstrata – o (s) modernismo(s), e uma modernidade ‘ideal’ ou enquanto projeto, pautada num projeto de autonomia ao indivíduo e da sociedade (HAESBAERT, 1995, p. 46).

A proposta acima citada é elucidativa ao esclarecer o que é a modernização da produção agrícola e mudanças técnicas. Claro que estas mudanças técnicas são sempre acompanhadas de idéias (ou mitos) de progresso, avanço e atraso, velho e novo; fazendo juízo de valor para impregnar as pessoas dos ideais modernos. São dicotomias que favorecem a expansão do “novo” de forma arrasadora. Criam-se novas necessidades para pequenos produtores e posseiros e os incorpora na produção capitalista, mesmo que seja marginalmente, como força de trabalho temporária, ou os expulsando para as cidades. A modernidade também tem o aspecto desterritorializador, em sentido mais amplo que a simples mobilidade espacial. Juntamente com o processo de modernização há a constituição do complexo agroindustrial,

Trata-se da articulação da agricultura, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícolas e, por outro lado, com a indústria processadora de produtos agrícolas, a agroindústria. A partir dessa mudança na base técnica, a reprodução ampliada da agricultura passa a depender cada vez menos dos recursos naturais e mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria (MAZZALI, 2000, p. 17).

A agricultura ganha relativa autonomia em relação à dinâmica da Natureza, mas se subordina cada vez mais ao setor industrial e financeiro. A constituição do complexo agroindustrial é a face da integração de capitais, criando para o campo uma situação de dependência ao grande capital. Para Mazalli (2000), essas transformações se consolidaram mediante a onipresença do Estado, que contribui com incentivos, subsídios, tratamentos preferenciais, infraestrutura, financiamentos, entre outros. O fato é que os setores que formam os complexos agroindustriais (CAIs) exercem grande pressão sobre o setor estatal. Para Müller (1986) são dependentes do Estado,

Estes setores apresentam-se fortemente organizados em sindicatos patronais e atuam em mercados acentuadamente oligopolizados. São setores que dependem diretamente de políticas creditícias dirigidas à agricultura, o que os leva a operar como grupos de pressão, impelindo-os a influenciar a formulação de políticas monetárias, fiscal, salarial, cambial e relativas ao comércio interno e externo (MÜLLER, *apud* MARTINE, 1989, p. 24).

O Estado, o grande capital e os grandes proprietários rurais trabalharam juntos para uma modernização conservadora.

Para Santos e Silveira (2004) as inovações técnicas e organizacionais contribuíram para um novo uso do tempo e da terra. Os espaços, no calendário agrícola, são preenchidos. É a partir da década de 1960 que a agricultura brasileira inicia o processo de modernização. Novas formas de explorar os espaços agrários são implementadas concomitante à modificação na forma de produzir, novos territórios são incorporados à produção agropecuária capitalista.

Na agricultura brasileira a modernidade também foi (é) “ideológica”, ou seja, nos anos 1960, conservadores viam a modernização como forma de promover o incremento da produção e melhoria das condições de vida do trabalhador rural sem fazer reforma agrária. Na década de 1970, há profunda mudança no conteúdo do debate quando os teóricos da modernização veem concretizadas suas propostas, impulsionadas por uma política de créditos facilitados, que inicia na segunda metade dos anos 1960, pelo desenvolvimento urbano industrial do momento conhecido como ‘Milagre Brasileiro’. “A agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva” (GONÇALVES NETO, 1997). Segundo este autor, os críticos deste modelo, partidários da reforma agrária, ganham força ao aceitarem o fato de que o “campo brasileiro era explorado sob domínio dos princípios que regem o modo capitalista de produzir” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 95). Esse fato contribui para o

fortalecimento dos movimentos que acreditam numa mudança radical da estrutura fundiária para o aumento na produção de alimento.

A modernização caracteriza-se pela busca da ampliação do lucro, expansão do capitalismo, que se materializa na difusão de novas tecnologias, na criação de novos conhecimentos e de insumos que asseguram o aumento da produtividade e geração de renda. Isso foi favorecido, como já dito, por políticas estatais, mas não voltadas, inicialmente, direto para a agricultura. Com a “crise do petróleo” (1973) e a agonia do Milagre Brasileiro foram instituídos programas de incentivo e subsídios à exportação, que mesmo não tendo como alvo direto os produtos agrícolas, “acabaram criando novos estímulos para o crescimento da comercialização externa também dos produtos da agricultura” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 86). Por conseguinte, a modernização ganha força a partir da necessidade de equilíbrio da balança comercial e, é favorecida pelos preços internacionais. Nesta perspectiva vários autores buscam interpretações que expliquem as características do capitalismo no campo.

Vamos nos orientar aqui por aspectos que corroboram com a metodologia proposta e que possam explicar a inserção do Cerrado na produção nacional e global.

O que temos a partir dos anos 1970 é a instauração de uma nova racionalidade como forma de otimização dos lucros, onde a agricultura científica passa oferecer novas possibilidades de ampliação do capital. “Essa racionalidade se traduz na produção agrícola por políticas que favoreceram superposições de tecnologias, derivadas sobretudo de pesquisas científicas e inovações na gestão e no controle da produção sob o comando de grandes empresas” (RAMOS, 2004, p. 375). Este processo está ligado ao avanço das políticas neoliberais em países do Terceiro Mundo (SHIKI, 2003).

Estas empresas, amparadas por políticas públicas, atuam no território de forma seletiva, bem como o investimento estatal, que beneficia regiões, produtos e grandes produtores. Nesta “modernidade dolorosa” os grandes proprietários capitalistas têm maior acesso ao crédito (SILVA, 1982). Tal “seletividade” no processo de desenvolvimento desigual atribui configurações territoriais heterogêneas a cada região; reflete o grau de inserção de cada área na economia globalizada.

Como já dito, a facilidade de obtenção de crédito oficial a partir dos anos 1970, por parte de alguns produtores, garantirá a mudança na base técnica. Isso caracteriza, de maneira geral, o início da modernização do campo, que “ocorre primeiramente com a mecanização da produção” (RAMOS, 2004, p. 375), uso de máquinas e implementos

agrícolas. Na segunda etapa a novidade decorrerá da utilização dos derivados da indústria química: fertilizantes, agrotóxicos e corretivos para o solo; em paralelo tem-se o desenvolvimento da biotecnologia e da engenharia genética, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990. As empresas que lidam com a biotecnologia manipulam sementes, como a soja, e as transformam em “quase-objeto” (SHIKI, 2003). Nesse pacote tecnológico está a “agricultura de precisão” com mapeamento detalhado do terreno via satélite.

Percebe-se, com o exposto, até aqui que a organização da produção agrícola insere-se cada vez mais na lógica da produção urbano-industrial. “O processo de produção agrícola moderno se caracteriza pela vinculação, tanto a montante quanto a jusante, ao processo de industrialização” (SANTOS FILHO et al, 1989). Mais que isso, é a integração de capitais para ampliar o lucro por meio da expansão sobre ‘novos territórios’. O que temos são manchas de modernização, espaços escolhidos por vantagens comparativas, são subespaços articulados numa lógica global. O Oeste Baiano é um exemplo de território dinâmico, no Nordeste, articulado ao fluxo do mercado mundial.

4.4 - O Oeste na fronteira

Referimos-nos ao Oeste Baiano, mas lembramos que a modernização agrícola é mais intensa na área dos Cerrados, apenas aí há produção de soja, vetor da ocupação “moderna” da região. Nas outras áreas predominam uma agricultura camponesa diversificada, que sobrevive com muita dificuldade. Comprometida pela irregularidade pluviométrica, boa parte dos produtores ainda usa técnicas tradicionais de preparo da roça e da pastagem (Foto 04). Em contraposição, há grandes propriedades de criação de gado bovino melhorado.

Como mostra a foto, ainda é comum o fogo para a preparação da roça ou pastagem. O diferencial é o uso do trator, que faz a derrubada, depois é feita a queima. Normalmente plantam-se alguma cultura no primeiro ano junto com o capim. A área fotografada não prosperou a pastagem devido a problemas com a estiagem de 2007. Um problema sério são os desmatamentos ilegais. Como a licença dos órgãos competentes é burocrática e demorada, os produtores se arriscam para não perder o período de preparação das terras. Em alguns casos as carvoarias exploram a madeira antes das queimadas. Nesse

caso os órgãos ambientais devem ampliar a aproximação com os pequenos produtores para que tenham alternativas e orientação, bem como intensificar a fiscalização.

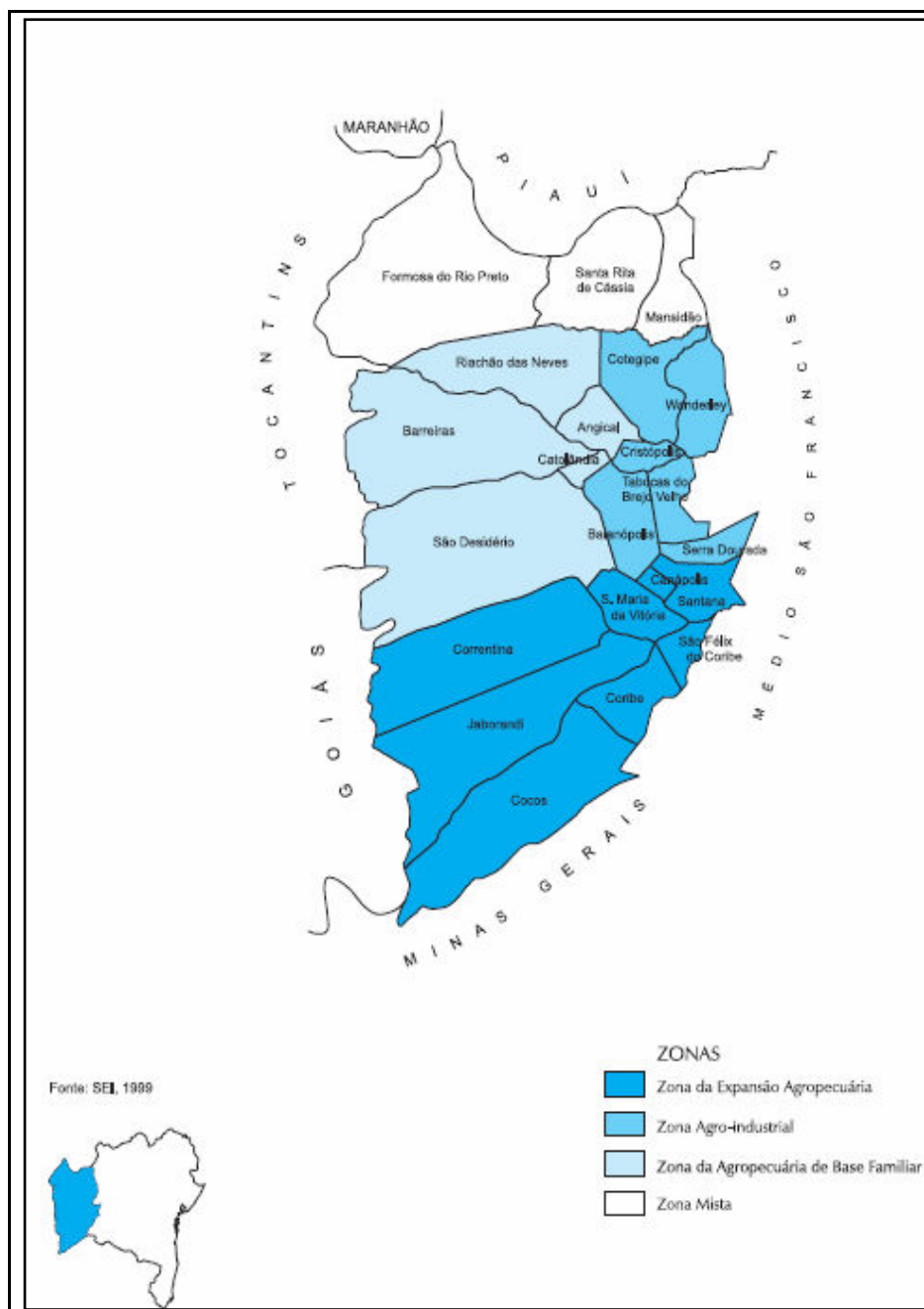


Foto 04. Derrubada da capoeira para roça e pastagem. Cotegipe, BA, jul./2007. Foto: SANTANA, J. M. A. de.

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR) fez o seguinte zoneamento e caracterização para o Oeste Baiano (Mapa 05):

Zona I – Zona de Expansão da Agropecuária, formada pelos municípios de Formosa do Rio Preto, Mansidão e Santa Rita de Cássia. Localizada ao norte da região, compreende cerca de 22,43% de toda a área regional (25.764km²), sendo entretanto a menos populosa, pois responde por apenas 10,74% do total da população do Oeste. Por conseguinte, apresenta a mais baixa densidade demográfica da região (1,93 hab/km²). Todos os seus municípios integrantes apresentavam densidades demográficas inferiores à média regional.

Zona II – Zona de atividades Agro-industriais, composta pelos municípios de Barreiras, São Desidério, Angical, Riachão das Neves e Catolândia [em 2000 foi criado o município de Luís Eduardo Magalhães], com forte presença da moderna agricultura baseada no cultivo de grãos, principalmente da soja. Palco central da expansão das fronteiras agrícolas no Oeste, essa zona apresentou um aumento contínuo na sua população desde o início da década de 80, sendo atualmente a mais populosa, segundo a Contagem Populacional de 1996. Representava 30,33% do território, tendo 34,840km² e 36,93% da população do Oeste, com seus 171.163 habitantes, possuindo, então uma densidade demográfica de 4,91 hab/km², pouco maior do que a média regional. A distribuição espacial da população nesta área é bastante irregular, pois na mesma encontram-se tanto o município de Barreiras, o mais populoso da região, quanto o de Catolândia, que apresentou em 1996 a menor população dentre os municípios baianos.



Cartograma 01. Zonas econômicas do Oeste Baiano, segundo a CAR – Bahia. Fonte: SEI, 2000.

Zona III – Zona da Agropecuária de Base Familiar, constituída pelos municípios de Cotegipe, Cristópolis, Baianópolis, Wanderley, Tabocas do Brejo Velho e Serra Dourada, apresentava uma população que se distribuía espacialmente de modo bastante homogêneo e sua densidade demográfica era superior à do conjunto da região com 5,62 hab/km². Seus 81.652 habitantes, 17,62% da população regional, ocupando uma área correspondente a 14.529km², a menor dentre todas as zonas econômicas componentes do Oeste.

Zona IV – Zona do Cultivo de Grãos, pecuária e Agricultura Irrigada, é formada por oito municípios: Correntina, Jaborandi, Cocos, Coribe, Canápolis, Santana,

São Félix do Coribe e Santa Maria da Vitória, sendo que este último tinha a segunda maior população da região. Essa zona apresentava a maior parcela de área, com 39.730km², representando 34,59% do território do Oeste. Em termos de contingente populacional, exibe a segunda maior população com 160.856 habitantes, que corresponde a 34,7% do total da população regional. Sua densidade demográfica em torno de 4,05hab/km², que se aproxima muito da densidade do Oeste. A base econômica é bastante diversificada, destacando-se o cultivo de grãos, pecuária e agricultura irrigada (BAHIA, 2000, 15/16).

Como se pode observar no mapa, o Oeste é uma extensa região com uma organização produtiva bem diferenciada. A pecuária bovina constitui um peso importante na economia dos municípios da zona III. Em 2006, o município de Cotegipe tinha um rebanho de 68.314 cabeças; Serra Dourada, 87.362; Wanderley, 82.920; o que apresentava menor número era Cristópolis, com 17.081. Esse último município e Baianópolis figuram entre os produtores de soja. Cristópolis, em 2007, teve uma produção de 1.080 toneladas, Baianópolis, no mesmo período, 27.270 toneladas, de acordo com os dados do IBGE, apresentam crescimento na série histórica.

No contexto da modernização e expansão da agricultura capitalista o Oeste Baiano constitui-se uma fronteira do tipo *front* pioneiro, que se caracteriza, sobretudo, pela expansão da agricultura comercial (MARTINS, *apud*: SANTOS FILHO *et al*, 1989, p. 55), entre outras, esta se destaca. O *front* pioneiro

se faz acompanhar de uma série de outras atividades de tipo capitalista-comerciais, bancárias, de serviços, imobiliárias – vale ressaltar ainda que com os agentes de penetração que caracterizam o *front* pioneiro são sobretudo, empresas, grandes cooperativas e agricultores vindos de regiões de agricultura moderna, que buscam reproduzir no *front* as condições de produção e as condições sociais existentes no seu local de origem (SANTOS FILHO *et al*, 1989, p. 55).

Esse conceito de *front* é elemento importante para compreendermos o Oeste Baiano, principalmente os Cerrados como uma região em rápida transformação, impulsionada pela expansão do capital sobre a produção agrícola da região. Tal conceito Santos Filho busca em Martins (1975), que diferencia frente de expansão de frente pioneira, duas formas diferentes de ocupação da fronteira. A frente de expansão refere-se ao lugar e tempo de conflito, da alteridade, (MARTINS, 1997, p. 162), é a fronteira do humano, o econômico é secundário. Aí há predomínio de produção de subsistência, ainda que com algum excedente comercializável. De acordo com esse sociólogo, “a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz a modernização à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”. (MARTINS, 1997, p. 153). A

incorporação de áreas dos Cerrados baianos à produção capitalizada motivou conflitos pela posse das terras devido o aumento do exercício da grilagem. De acordo com pesquisa de Baiardi (2004):

Os grileiros que surgiram com o aquecimento do mercado de terras e que se beneficiaram das frágeis comprovações da titularidade da posse da terra, seja por parte dos pecuaristas como dos posseiros, obtinham, pela via do pagamento a um número reduzido de pessoas, a disponibilidade de vastas extensões de terras, que vendiam a colonos ou intermediários, as quais eram depois revendidas a outros colonos que chegaram em levas posteriores (BAIARDI, 2004, p. 960).

A pressão sobre os recursos ao mesmo tempo em que valorizava as terras, estimulava a grilagem. O depoimento do Sr. José Gomes, pequeno produtor e sindicalista, filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, confirma a estratégia dos grileiros supracitada: “As vezes o cara tinha uma posezinha e vendia duzentas mil, trezentas mil hectare”. (Sr. José Gomes, Sindicalista e Pequeno Produtor, Barreiras, 10 de julho de 2007). Perguntado sobre conflitos envolvendo posseiros e pequenos produtores, diz que não teve muita violência física, mas ameaças eram muitas. Essa informação também coincide com o registrado por Baiardi (2004): “não há registro que no mesmo se generalizasse a prática da violência física. Tratava-se, certamente, de uma mediação pouco ética, mas que foi funcional ao processo de acumulação conduzida por novos agentes, vindos de outras regiões e relativamente capitalizados” (BIARDI, 2004, p. 960). Certo é que isso não serve para todos os municípios. Muitos enfrentaram processos violentos de expulsão dos posseiros ou produtores camponeses. Quem na região, que tenha contato com o mundo rural, não conhece histórias de jagunços, que retiravam camponeses de terras tradicionalmente por eles cultivadas?¹⁷ A grilagem, como foi feita, impossibilitou que os camponeses que viviam na região tivessem a posse das terras, pois esses não tinham meios para atuar na justiça. São os atores mais prejudicados da modernização excludente.

¹⁷ Sobre a desapropriação e conflitos entre posseiros e produtores capitalizados ver o filme “Guerra e Paz no Sertão dos Gerais”, de Leandro Caetano.

4.5 - Os atores do processo de modernização

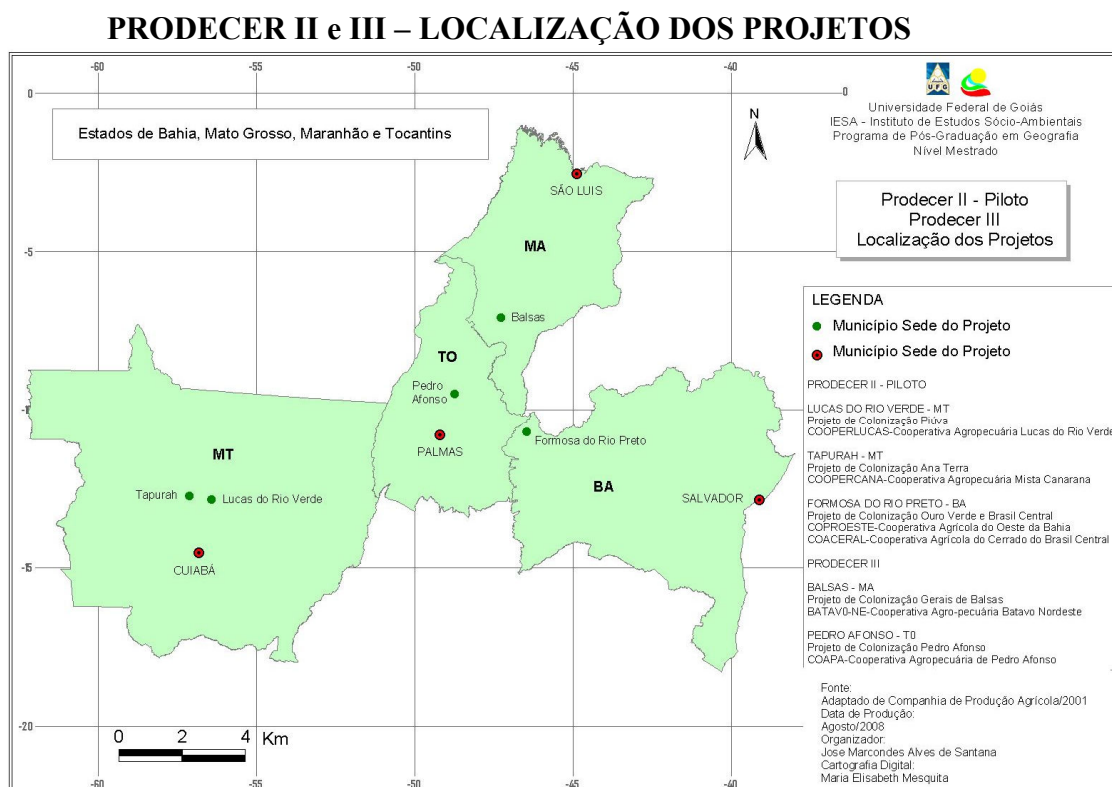
A expansão da agricultura comercial “moderna” sobre o Oeste Baiano vive processo análogo ao das áreas de Cerrado do Centro-Oeste, guardadas suas devidas peculiaridades. Os agentes e eventos principais desse avanço do capital são essencialmente os financiamentos da SUDENE, com empréstimos em condições altamente favoráveis, no início dos anos 1980, “para uma inflação por volta de 120% ao ano e juros fixos de apenas 35%” (HAESBAERT, 1995, p. 153). Mas a SUDENE já atuava na região com projetos de modernização nos vales e a atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) também foi importante. Este processo teve forte influência, como no Centro-Oeste, da construção de Brasília, em 1960, e da ligação rodoviária da nova capital a Salvador, transição do “império das águas para, 1980, para o império do asfalto” (HAESBAERT, 1995, p. 145). A região que já mantinha relações com a capital de Goiás, nos anos 1930, passa por novas mudanças relacionais, fortalecendo-as; agora inclui a capital nacional nas relações comerciais e políticas.

Entre os programas que abarcam a região, destaca-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que promoveu assentamentos de agricultores vindos do Sul e Sudeste; a segunda etapa financiou projetos na região de Barreiras. O apoio de capital de instituições governamentais e bancos privados japoneses, nas áreas de Cerrados, começou com o financiamento da infraestrutura (programa de corredores de exportação) e de pesquisas agrícolas através do CPC/EMBRAPA (SHIKI, 2003, p. 16). A motivação para investimento japonês foi principalmente o embargo das exportações de grãos para o Japão, promovido em 1973 pelo então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon. Na década de 1990 o Prodecer III (Mapa 06) já tem na agenda os estados do Maranhão e Tocantins. Na Bahia os recursos provêm de empréstimos da JICA, Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento (GOMES, 2001, p. 237). Além deste, podemos citar também o PCI, de 1972, e o POLOCENTRO. Deve-se considerar também as pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA) (ALMEIDA, 2004).

Estes programas de crédito subsidiado, organização da pesquisa, construção de armazéns, estradas (mesmo precárias), levam grandes mudanças na configuração do Oeste Baiano e nas relações de trabalho daquele espaço. Novos fixos são construídos; a instalação de agroindústria atrai novos serviços e comércios; a especulação imobiliária nas

idades maiores se torna prática comum, semelhante ao que acontece nos grandes centros urbanos; o dinamismo econômico atrai imigrantes; as terras dos gerais são valorizadas e movimentam a especulação; dentre outras.

Corroborando de maneira decisiva com os agentes acima expostos, estão as cooperativas. “As cooperativas são indispensáveis, de um lado à provisão dos elementos materiais e técnicos necessários ao processo produtivo e, de outro, à inserção da produção local no processo de valorização do capital, em escala nacional e internacional” (SANTOS FILHO, 1989, p. 86). As cooperativas recebiam incentivos do Estado por meio de empréstimos em condições favoráveis.



Mapa 06 – PRODECER II e III: localização dos projetos.

A inserção dos Gerais da Bahia na produção agrícola comercial moderna se dá quando a modernização agrícola alcança uma etapa mais avançada que a simples mecanização, principalmente a partir dos anos 1980, quando aumenta a atuação das empresas de agrotóxicos, fertilizantes e sementes melhoradas e a atuação, mais recente, das empresas de biotecnologia. Por conseguinte a agricultura local está subordinada à indústria e à lógica financeira, que preside o movimento do capital (SANTOS FILHO, 1989, p. 86). Os agentes que sustentam esta lógica industrial financeira “têm sido a grande empresa e a

cooperativa central” (p. 56). Nesse período, grandes cooperativas centrais do Centro-Sul do país, principalmente originárias de áreas de Cerrados, chegam à região, destacam-se a Cooperativa Agrícola de Cotia, a COACERAL (incorporada recentemente pela Cargill), a COPERMOSA; e de ordem local a COPERGEL (SANTOS FILHO, 1989, p. 86). A Cotia e a COPERGEL encerraram suas atividades após a crise regional do início dos anos 1990.

As cooperativas atuam nas condições materiais da produção, com aluguel e empréstimo de maquinário, assistência técnica, construção de armazéns e participam na construção de estradas. No início do processo de implantação do sistema produtivo de grãos constituíam a principal via de comercialização e crédito. “Os laços desenvolvidos entre as cooperativas e os bancos, pelas dimensões e pela frequência dos negócios realizados entre eles, tornam as cooperativas um canal privilegiado de acesso ao crédito bancário, sobretudo para os produtores descapitalizados” (SANTOS FILHO *et al*, 1989, p. 89). Como quase todos os produtores modernos utilizam crédito de custeio, fica evidente o caráter altamente monetário da produção local. É preciso destacar que as cooperativas, principalmente a COTIA e a COPERGEL, que estavam ligadas diretamente ao circuito financeiro internacional via capital japonês (Prodecer), tinham caráter empresarial capitalista (HAESBAERT, 1995). Como empresas, as grandes cooperativas também exploram, “é o caso da cobrança das taxas, dos esquemas de venda em consignação e da própria não-democratização das decisões a serem tomadas, especialmente aquelas relacionadas com as questões de financiamento e/ou investimento” (SANTOS FILHO *et al*, 1989, p. 158). Bursztyn (1985, p. 57) aplica o termo “cooperocracia”¹⁸.

Além das cooperativas mencionadas atua na região a COARC – Cooperativa Agrícola Mista do Rio Corrente – localizada no município de Santa Maria da Vitória; tem o início da sua organização num conflito de terra ocorrido na região em 1974. Os colonos, vendo-se ameaçados por grileiros, fundam um sindicato de trabalhadores rurais, em 1980, com incentivos do POLONORDESTE, fundam a cooperativa. Não é uma cooperativa exatamente ligada à soja, mas motivada por consequências da expansão capitalista na região. Outra cooperativa pioneira é a Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco Ltda (COMESF), criada em 1976, sob projeto da CODEVASF, dentre outras.

¹⁸ Segundo este autor, as cooperativas prosperam, mas não necessariamente o conjunto de seus associados. Um pequeno grupo se torna ‘patrões’ e se apoderam do controle efetivo. “À medida que as cooperativas prosperam, a distância entre a maioria dos associados e os ‘patrões’ (‘os cooperocratas’) aumenta (BURSZTYN, 1985, p. 58).

Atualmente a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) é a entidade patronal mais atuante que congrega cerca de 1,2 mil associados. Estes produtores respondem por mais de 95% do total de 1,6 milhão de hectares cultivados no Oeste da Bahia, segundo a associação. O perfil do produtor, segundo Johson Medrada, Assessor da Diretoria, “difere um pouco do Brasil porque nossos produtores, os médios, estão em torno de 2000 a 6000 ha, e o grande, 6000 ha para cima. Então os associados são de médio e grande porte.” (Johson Medrada, Administrador, Assessor da Diretoria da AIBA, Barreiras, 10 de julho de 2007). A AIBA terceiriza pesquisas, presta assistência técnica aos associados, bem como consultoria para a elaboração de projetos.

A Associação, ela promove informação para poder trabalhar essas tecnologias atuais. Nós temos a Fundação BA, que é uma parceira da AIBA, a AIBA criou a Fundação BA. Onde desenvolve variedades de soja, sementes modificadas, fez um trabalho muito grande com relação à praga, fertilização do solo, com relação a novas culturas. Então, a AIBA, ela visualiza o mercado com antecedência e tenta buscar mecanismos para implementar esses projetos. Então estamos fechando convênio com o governo na região Oeste. [...] A associação, o grande foco dela não é somente o lado político, mas sim de criar políticas de governança para auxiliar o agricultor como um todo. Então, a gente vem brigando muito com o governo com relação aos incentivos que são dados, foram de certo modo, hoje, não se existe mais. Com relação à redução da carga tributária, nós temos posições em relação a isso. [...] Nós buscamos dentro da cadeia. A nossa atuação, hoje, ela não é só a nível do Oeste, ela é a nível de Brasil. E temos condições para atender toda a cadeia produtiva. Desde a produção, que é a parte de preparação do solo, até a comercialização. Então buscamos trabalhar de todas as formas para minimizar os custos para o produtor. [...] A AIBA trabalha mais a parte social, burocrática. (Johson Medrada, Administrador, Assessor da Diretoria da AIBA, Barreiras, 10 de julho de 2007).

Podemos perceber que a AIBA atua por meio de *lobby* nas instâncias políticas. As pesquisas, que no início da expansão dos grãos sobre Cerrados baianos, eram desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRPA) e pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), são terceirizadas pela AIBA e empresas privadas. Como afirma José Messias, pesquisador da EBDA, “a pesquisa, quando iniciou a pesquisa com soja aqui foi a EBDA, há 20 anos atrás; e hoje é a Fundação Bahia que está fazendo esse papel.” (José Messias Alves de Oliveira, Técnico em Agropecuária, EBDA, Barreiras, 11 de julho de 2007).

Esses tipos de organizações representativas, de grandes segmentos do agronegócio, consorciadas com grandes empresas influenciam e muitas vezes determinam as ações dos governos.

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 291).

O comando dos territórios é efetivado por meio de pesquisas, pressões políticas, difusão de informação nos meios de comunicação, para convencer os cidadãos que o modelo hegemônico é o mais eficaz, atuação em todas as instâncias políticas e, principalmente por participar de uma rede de integração de capitais. Segundo Silva (1998) o Estado perde a capacidade de estabelecer uma regulação geral do setor agrícola à medida que se constituem os CAIs, passando à formulação de políticas específicas.

Contudo o modelo apresenta muitos impactos negativos. Entre as regiões econômicas da Bahia o Extremo Oeste e o Vale do São Francisco indicam um incremento na concentração fundiária, enquanto as outras regiões mantêm a concentração da posse. (COUTO FILHO, 2004). A série histórica de dados sobre a estrutura fundiária da Bahia demonstra um aumento no índice Gini: Chapadões do Alto Rio Grande, em 1970, era de 0,856; 1975, 0,881; 1980, 0,913; 1985, 0,918; Chapadões do Rio Corrente para o mesmo período temos: 0,718; 0,757; 0,819; 0,862; a microrregião Barreiras está entre as regiões de maior concentração fundiária (SILVA; MENDES, 1998).

A média das propriedades das grandes cooperativas chega a 800 ha, na Cotia a 500 ha, na COPERGEL. (HAESBAERT, 1995). O argumento de que a produção agrícola nos Cerrados só pode ser viável em grandes propriedades é apenas para reafirmar o modelo agrícola dominante da monocultura “praticamente imposto”, “principalmente o da soja, que exige grandes investimentos e maquinário e insumos agrícolas, inviabilizando assim o pequeno produtor” (HAESBAERT, 1995, p. 153). Mas, segundo este autor, a partir de entrevista com o então presidente da COPERGEL, em 1991, em área de Bela Vista, agricultores com 100 ha e agricultura diversificada, altamente produtiva, confirmam ‘a viabilidade dos pequenos e médios produtores no Cerrado’.

Mas o que está acontecendo, em consequência do avanço do modelo produtivista e da concentração fundiária, é a diminuição da área de cultivo de culturas tradicionais como a mandioca que tradicionalmente plantada, sofreu redução na maioria dos municípios da região. Esta apresentou pouca mudança entre 1990 e 1998, um aumento da área entre 1998 e 2002, depois apresentou tendência de queda na área plantada (Gráfico 07). O

impacto é percebido pelos que conhecem a região. As tradicionais e comuns casas de farinha que funcionavam, principalmente no mês de julho, nas propriedades, estão fechadas e abandonadas, encontramos poucas em funcionamento.

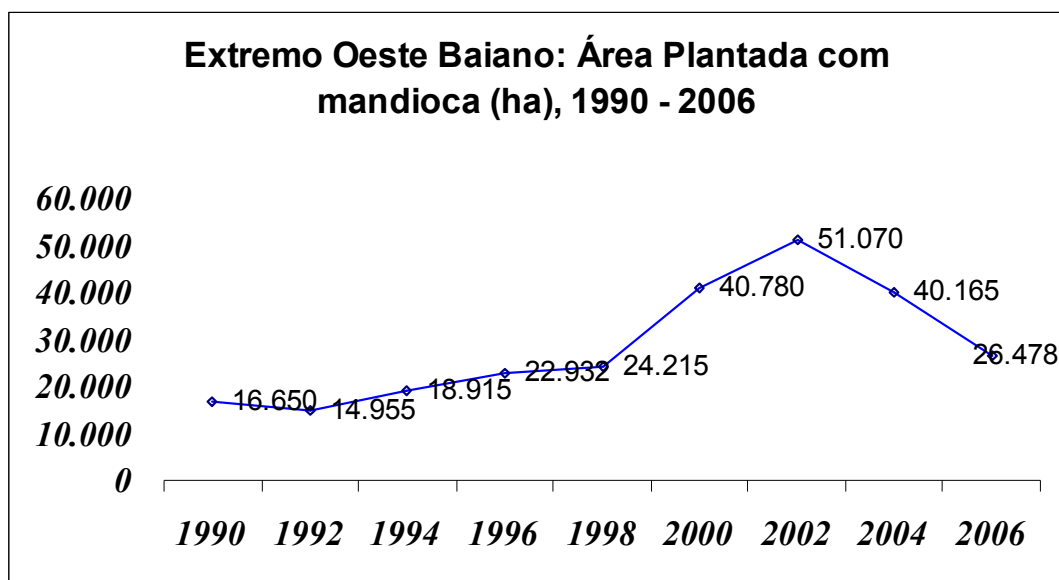


Gráfico 07. Mandioca: área plantada. Fonte: IBGE, PAM. Disponível em: www.ibge.gov.br.
Elaboração: SANTANA, J. M. A. de.

Para José Messias, pesquisador da EBDA, outra causa da diminuição das culturas tradicionais é a migração para a pecuária, especialmente nos municípios que não estão na área dos Cerrados, porque a criação de gado bovino é mais segura, não está tão susceptível às instabilidades pluviométricas.

Então isso vem concorrendo para que a atividade agrícola tenha diminuído. A região produzia muita mandioca, por causa da farinha, isso tem reduzido com o passar dos anos. É tanto que na região Oeste, a maior parte de farinha, da fécula consumida na região vem de outras áreas. (José Messias Alves de Oliveira, Técnico em Agropecuária, EBDA, Barreiras, 11 de julho de 2007).

Este pesquisador também vê uma componente cultural. Acha que a chegada de muitos imigrantes, que não “apreciam muito” a farinha mais grossa, produzida localmente, tenha forçado a entrada de farinha de fora. Segundo ele, os imigrantes preferem uma farinha mais fina. Não acreditamos que esta seja a maior causa, porque é possível modificar o tipo de farinha para atender o mercado. Isso está relacionado principalmente ao avanço de culturas mais comerciais, às dificuldades dos produtores camponeses manterem a produção, à falta de programas governamentais para esse tipo de cultura. E mesmo a

migração para os centros urbanos, já que é uma atividade que demanda muita mão-de-obra, antes suprida com trabalho familiar, ou em cooperação com a vizinhança.

Evidencia-se que a agricultura moderna no Oeste Baiano se organiza de forma a garantir a expansão do capital corporativo e transnacional, haja vista a atuação das grandes cooperativas e grandes empresas multinacionais como Bunge, Cargill, Agrocerec (comprada pela Monsanto), entre outras. Segundo informativo da AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – os custeios (estimativa para safra 2003/04) para o Oeste da Bahia tiveram os seguintes agentes financiadores (tabela 02):

TABELA 02 - CUSTEIO DA SAFRA 2003/04 AGENTES FINANCIADORES (ESTIMATIVA)

AGENTES	PARTICIPAÇÃO MILHÕES DE RS	CUSTEIO TOTAL %	PARTICIPAÇÃO MILHÕES DE RS	INSUMOS %
Bancos	226,3	7	226,3	16,1
Indústria esmagadora	250,0	8,5	250,0	17
Fornecedores agroquímicos	370,0	12,5	370,0	26
Fornecedores fertilizantes	65,0	2,2	65,0	4,5
Produtores (custeio e insumos)	2.039,6	69,1	491,6	35
TOTAL	2.950,9	100	1.402,9	100

Tabela 02. Custeio da safra 2003/2004. Fonte: AIBA.

Os dados ajudam a fazer um retrato dos agentes financiadores. Evidencia-se a grande participação das empresas a jusante e a montante da produção. Só que o capital destas firmas, em boa parte, vem de programas de incentivo dos governos.

O crédito rural direcionado a essa mesorregião indica o crescimento da participação desse espaço na produção nacional (Gráfico 08). Os gráficos da receita da produção de soja e o da receita da agropecuária acompanham o estoque de crédito. Houve uma queda na safra de 1997/1998, que está relacionada à seca e à restrição de financiamentos devido à crise fiscal do período.

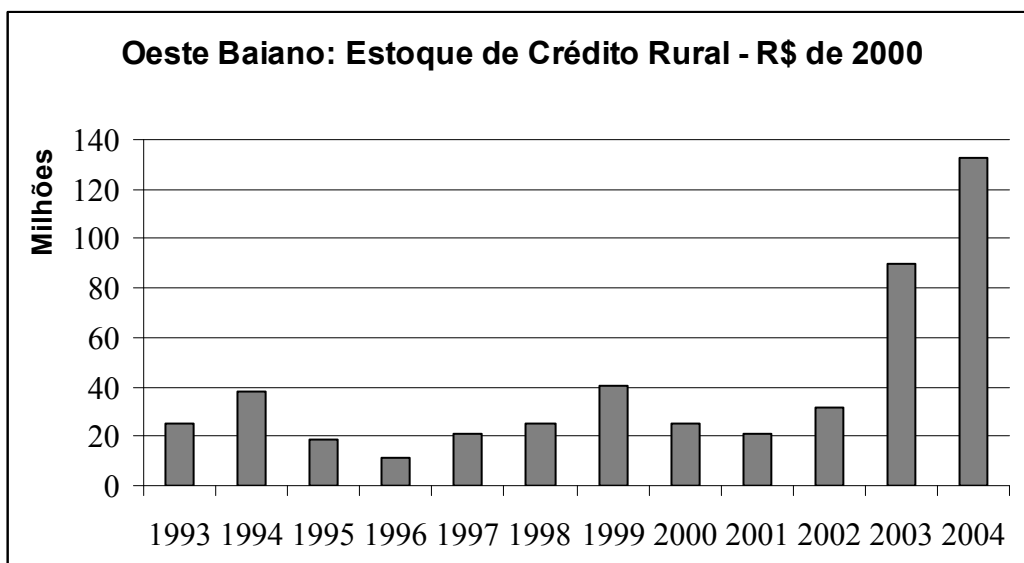


Gráfico 08 - Estoque de Crédito Rural – Oeste Baiano. Fonte: IBGE. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Elaboração: SANTANA, J. M. A de.

A lógica da agricultura moderna constitui uma rede sustentada pela lógica da indústria e do capital financeiro. A sustentabilidade deste processo de aprofundamento da “Revolução Verde” é questionável. As perspectivas não são otimistas se mantida esta direção de exploração acelerada da natureza e do homem. As relações de trabalho capitalista convivem com trabalho em regime de subescravidão e contratos não “propriamente capitalistas”. Ao passo que aumenta a modernização, aumenta o número de trabalhadores formais, bem como o número de trabalhadores informais e de trabalho escravo; segundo Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em 2001 o número de empregos formais na agricultura era de 4.660 (municípios de Barreiras, Cocos, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Cotegipe e Jaborandi), este número subiu para 17.727 “graças à fiscalização” (MPT, DRT-BA, 2005).

Como consequência desta expansão rápida do agronegócio, o número de empregos informais e de exploração do trabalho escravo acabou crescendo na mesma proporção dos investimentos. De acordo com Couto Filho (2004), aumentou também a concentração por hectare dos ocupados nas categorias mais precárias, parceiros e outra condição. Nas categorias ditas mais modernas, empregados permanentes e temporários há queda (menos pessoas por hectare) em razão das tecnologias empregadas na produção.

Durante inspeção do Ministério do Trabalho (grupo móvel), juntamente com Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Federal, foram encontrados, em

24/03/2004, cerca de 800 trabalhadores em plantação de soja na fazenda Roda Velha, município de São Desidério. (MPT, acesso 05/01/05). A maior parte dos trabalhadores “não qualificados” são contratados temporariamente por intermediário, o gato, empreiteiro; os proprietários ou produtores capitalistas evitam contratar diretamente a mão-de-obra temporária. Estes trabalhadores são originários da região ou do semiárido vizinho (HAESBAERT, 1995, p. 174/76). Eis aí o aspecto mais lamentável da divisão inter-regional do trabalho e da “modernização dolorosa” (SILVA, 1982), ou “arrasadora” (HAESBAERT, 1995), efetivada no Oeste Baiano. Abramovay (2002), em artigo sobre a diversificação da agricultura no Nordeste e especialmente o Oeste da Bahia aponta:

Ao lado dos nove mil empregos formais e de uma agricultura familiar muito próspera existe um amplo conjunto de trabalhadores vivendo a informalidade, empregados apenas parte do ano e, em geral, com salários muito baixos. A pobreza e a violência na periferia das pequenas e médias cidades se traduzem no apelido (Iraque) do bairro periférico de Luís Eduardo Magalhães: 90% de seus habitantes vêm do município de Irecê, no semi-árido da Bahia. É claro que a população atraída para viver nestas periferias e trabalhar, por dia, no algodão, no café e, em menor escala nos grãos, encontra aí condições melhores das que existiam em seus locais de origem. Mas o que mostra a experiência do Oeste baiano é que a prosperidade econômica num entorno miserável, mesmo que inicialmente no trabalho familiar, acaba reproduzindo uma estrutura social polarizada e excludente (ABRAMOVAY, 2002, p. 15).

A exclusão resultante do processo de modernização é consequência da oligopolização do espaço agrícola perpetrado por grandes empresas. É um processo espacialmente seletivo que acentua as desigualdades históricas. O que acontece no Oeste Baiano é comum nos denominados novos territórios produtivos de todo o Nordeste e de outras regiões. O uso do território em questão, nas últimas décadas, foi comandado pela racionalidade do mercado global. Uma racionalidade privada, de empresas, obtida com recursos públicos. Essa racionalidade, como diz Santos (2004), imprime uma solidariedade organizacional que supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses quase sempre mercantis, mutáveis em fatores de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o paradigma da modernização o Estado financiou a expansão da fronteira agrícola, concedendo créditos subsidiados a empresas e grandes produtores. É inquestionável a participação do Estado na modernização da agricultura por meio de políticas de gestão para garantir a expansão do capital, porém esse processo não foi homogêneo. Houve diferenças regionais e mesmo locais, mais que isso, o Estado atua no sentido de possibilitar a expansão do capital e a reprodução das relações capitalistas de produção, neutralizando as lutas de classe; esta é a principal característica do Estado burguês.

A forma de subsidiar a produção e a ocupação de novas áreas, que teve seu auge nos programas para a ocupação do Cerrado, culminou numa reestruturação produtiva marcada pela territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrícola. A modernização, que por um lado deu dinamismo à produção, por outro acentuou as desigualdades sociais historicamente construídas. A nova racionalidade, conduzida pelos atores hegemônicos, que imprimiu sobre os territórios uma dinâmica altamente dependente dos mercados globais é a mais recente forma de fragmentação territorial. Na agricultura formam-se diferentes arranjos territoriais produtivos. Alguns lugares são escolhidos para receber investimento, tornando-se ilhas, cercadas pela pobreza dos marginalizados do processo ou expropriados de suas terras, já que sua forma tradicional de produzir não é mais racional, mesmo que continue abastecendo a mesa do brasileiro.

A região Nordeste, nas últimas décadas, tem sofrido esse processo. Novas áreas receberam investimentos públicos via construção de infraestrutura ou financiamento de empreendimentos particulares, destaque para os Cerrados do Oeste Baiano, Sul do Maranhão e Piauí. O planejamento regional, que já era deficiente, foi abandonado. A prioridade na década de 1990 passa a ser os espaços mais dinâmicos. A prioridade era dotar os focos dinâmicos com fluidez para integração à economia mundial, deixando em segundo plano as áreas menos dinâmicas. Nesta opção o Estado segue o mercado. Estes espaços dinâmicos, que ocorrem em todas as macrorregiões do país, dotados de novos fatores de competitividade se articulam para fora e tendem a romper laços de solidariedade com o resto. Em alguns casos, explicitamente, há políticas de segregação contra os imigrantes, imigrantes que na verdade são das proximidades, da mesma região, mas se tornam estranhos. Em referência à produção moderna do Oeste Baiano já ouvimos: “isso é

coisa de primeiro mundo”, quando esse tipo de organização espacial é predominante nos países pobres.

Os chegantes capitalizados nessas áreas tentam fazer tábua rasa da história local e criar novos mitos, quando na verdade são espaços que estiveram integrados nas diferentes divisões territorial do trabalho.

O Oeste Baiano está inserido no processo geral da estrutura produtiva da agricultura e na dinâmica do capital. Se agora são os Cerrados, os Gerais, que o integra ao mercado nacional e global, num passado não muito distante eram os vales. Sua ocupação se deu por meio das fazendas de gado. A produção atendia às minas, outras áreas da Bahia e o litoral. A agricultura era feita por camponeses, que desenvolviam uma agricultura de subsistência, muitos eram vaqueiros ou agregados dos grandes latifúndios. O algodão arbóreo, em meados do século XX, tinha grande produção, entrou em decadência. As primeiras iniciativas de modernização da produção eram voltadas para o melhoramento do gado bovino desenvolvidas pela SUDENE. Com a implantação do Proálcool expande a cultura de cana, mas não tem muito sucesso, bem como os investimentos em ‘reflorestamento’. Em termos de mercado, o forte da região era o gado bovino, como ainda é nos vales.

Os programas voltados para a integração dos Cerrados, como o PCI, POLOCENTRO, PRODECER, pesquisas da EMBRAPA e EBDA, consorciados com investimentos públicos em infraestrutura e crédito, com mais empreendimentos privados dão novo dinamismo à região. Sua inserção na produção agrícola comercial se dá quando a modernização agrícola alcança uma etapa mais avançada que a simples mecanização, principalmente a partir dos anos 1980, quando aumenta a atuação das empresas de agrotóxicos, fertilizantes e sementes melhoradas e a atuação, mais recente, das empresas de biotecnologia. Daí seu caráter altamente dependente da indústria e do capital financeiro, pois seu dinamismo está totalmente integrado à economia nacional e mundial.

Podemos apontar como aspectos positivos, mesmo que relativos, o crescimento da agricultura que promoveu a expansão da indústria e de serviços, principalmente na área de Barreiras. Ultimamente a região dá sinais de ampliação da matriz produtiva, também é fato que a participação no PIB do estado melhorou.

Por outro lado, a modernização não promoveu mudanças nas relações precárias de trabalho, mesmo que tenha crescido o trabalho formal. Como disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotegipe, Ronilson Félix do Amaral: “Existe uma

escravidão moderna que ainda é difícil de coibir.” (Ronilson Félix do Amaral, produtor rural, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotegipe, Cotegipe, 11 de julho de 2007). Referindo-se ao trabalho escravo recorrente na região. A estrutura fundiária no Extremo Oeste Baiano, em especial a microrregião de Barreiras ampliou sua concentração. A pressão por recursos impulsiona a expansão do desmatamento e ameaça as fontes hídricas. Ainda, culturas tradicionais sofreram diminuição na produção devido à falta de recursos para o agricultor camponês.

O crescimento de algumas cidades se deu de forma desordenada e sem estrutura. Na maior cidade, Barreiras, cresce os bairros empobrecidos. Mesmo no centro o esgoto corre a céu aberto, o que é comum nas cidades da região. A exploração da mão-de-obra dos imigrantes do Sertão baiano é o aspecto mais perverso da divisão inter-regional do trabalho.

As possibilidades de abordagem são imensas, mas o recorte feito teve como objetivo entender as ações estatais para a inserção do território em tela na produção técnico-científica. Podemos concluir que o Estado teve participação expressiva no processo. Sua participação foi no sentido de transferir recursos públicos para empresas privadas, culminando numa modernização excludente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Diversificação das economias rurais no Nordeste*. Departamento de Economia da FEA e Programa de Ciência Ambiental da USP. São Paulo e Brasília, 2002. (Relatório Final).
<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2002/Diversificacao_das_economias.pdf>. Acessado em 25 de junho de 2007.
- ALMEIDA, José Pinto. A importância da soja. Barreiras, BA. EBDA. *EBDA informa*, n. 62, janeiro de 2004).
- ALMEIDA, M. F.; SILVA, A. M. A. da; RESENDE, G. M. *Uma análise dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)*. Brasília: IPEA, agosto de 2006. Texto para discussão n. 1206.
- ALVES, Maria Odete. *Agora o Nordeste vai. Experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras – MG. UFLA, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- _____. *Espaço, polarização e desenvolvimento (A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina)*. 4 ed. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia – SEI. *Mudanças sociodemográficas recentes: região Oeste*. Estudos e Pesquisas, n. 49. Salvador: SEI, 2000. 124 p.
- BAIARDI, Amílcar. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar no Oeste baiano: de colonos a neo-farmers. *Bahia Análise & Dados*, v. 13, n. 4, p. 951-967. Salvador, 2004.
- BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, M. da C. (org). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 71-92.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BELCHIOR. *Era uma vez um homem e o seu tempo*. São Paulo: WEA, 1990. 1 disco (CD).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. *Revista de La Cepal*. n. 88, abril de 2006.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 95 – 120.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil - BNB. *Dúvidas sobre o finor*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/FINOR/gerados/finor_duv_pergresposta.asp>. Acesso em: 28 de maio de 2007.

BRASIL. *Investimento realizado no ano – agropecuária*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?90830093>>. Acessado em: 30 de abr de 2007>

_____. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. Disponível em: <www.integração.gov.br>.

_____. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, GTI – Grupo de Trabalho Interministerial Para a Recriação da Sudene. *Bases para a recriação da Sudene: por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste (versão final)*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. da C. (org). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 93-120.

CARVALHO, Otamar de; SANTOS, José Aldo dos. *Contribuição da “Nova Sudene” para o desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. GTI – Grupo de Trabalho Interministerial Para a Recriação da Sudene. Recife, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. *Geografia e política: território, escala de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Texto aprovado na 22ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, 31 e agosto de 1984. Disponível em: <www.arquidiocesedesapaulo.org.br/download/documentos/doc_cnbb-nordeste_desafio_a_missao.doc>. Acesso em: 28 de maio de 2007.

CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questões Agrárias: Estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores*. Brasília, 1979. (documento 8).

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise e Dados*, v.13, n. 4, p. 835-849. Salvador: SEI, mar. de 2004.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, 15 (43), São Pulo, 2001.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, C.C. e CORRÊA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 141-162.

DINIZ, José de S. Alexandre Felizola (Coord.) *A área Centro – Ocidental do Nordeste*. Recife, SUDENE – Coordenação e Planejamento Regional, 1982.

DNOCS: empreiteira pública a serviço das oligarquias. *Jornal A Nova Democracia*, maio de 2003. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em agosto de 2008.

DEUTSCH, Karl. *Política e governo*. 2 ed. Brasília: Ed. da UNB, 1983.

EGLER, Cláudio Gonçalves. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; et al (org.). *Brasil: questões da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Pág. 185-220. 468p.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 25-82.

ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ENGELS, FRIEDRICH. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio e reforma agrária*. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produ%C3%A7%C3%A3o%20NERA/Agroneg%C3%B3cio%20e%20Reforma%20Agr%C3%A1ria_Bernardo.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2007.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo agropecuário*. VIII recenseamento geral. v. III. Tomo XIII. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censo agropecuário*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2007.

_____. *Censo demográfico*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de mai. 2008.

FURTADO, Celso. *Seca e poder*. Entrevista. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. *Novos Estudos*. n. 1. São Paulo: Cebrap, 1981.

_____. Nordeste foi 'o mais prejudicado' em 64, diz Furtado [04 de Abril de 2004]. São Paulo: *O Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Reali Júnior.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOMES, Gustavo Maia. *Velhas secas em novos sertões*. Brasília: IPEA, 2001.

GOMES, Horieste. *Reflexões sobre teoria e crítica em geografia*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1983.

HAESBAERT, Rogério. "Gaúchos" no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. USP - 1995. 387 p. Tese (de Doutorado). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. In: *Geographia*, Revista de Pós - graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ; UFF/EGG. Junho, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. *O Prodecer e a territorialização do capital em Goiás: o Projeto de Colonização Paineiras*. UFG, 2002. 186 p. Dissertação (Mestrado). IESA, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Goiânia, 2002.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipeadata. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 12 de mai. de 2007.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEDO, Andrés Precado. *Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI: desarrollo local, identidad territorial y ciudad difusa*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. P. (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 53 – 93.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Planejamento e políticas públicas*. v. 1 n. 1-jun. 1989. Brasília: IPEA, 1990. p. 3 – 44.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. O nordeste e a questão regional. In: SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. MG Marco Zero, 1990. p. 51-66.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Desenvolvimento Comunitário e Combate à Pobreza no Nordeste*. Depoimento escrito a pedido de Marcos Sá Correa, Maio de 2000. Disponível em: <www.obancomundial.org/content/_downloadblob.php?cod_blob=283>. Acesso em: 29 de maio de 2007.

MAZALLI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização 'em rede'*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. Presidente Prudente: Unesp, 2004. 448 p. Tese (de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. *Estado e organização do espaço semi-árido sergipano*. Aracaju: UFS/NPGeo, 1999.

NONATO, Rita de Cássia. *Crise da federação e federalismo corporativo: proposta de criação de novos estados no front agrícola brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2005. 182 p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Pós-Graduação em Geografia, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*. São Paulo: AGB, ano 19 v. 2, n 21 pp. 113-156 – jul/dez. 2003.

_____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) *Geografia do Brasil*. 4 ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Edusp, 2003. p. 289 – 325.

OSADA, Neide Mayumi. PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da Universidade de San Pablo. Disponível em: <<http://www.asiayargentina.com/usp-05.htm>>. Acessado em: 01 de julho de 2007.

PACHECO, Paula. O Nordeste, enfim, acorda. *Carta Capital*. São Paulo: Confiança, edição 436. 21 de março de 2007.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, v.3, n. 7. São Paulo, 1989.

PEIXINHO, Dimas Moraes. *A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)*. UFRJ, 2006. 206 p. Tese (Doutorado). Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências/Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação, Rio de Janeiro, 2006.

PORTO, Edgar. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p 83 – 113.

RABELO, Francisco Chagas E.; BERNARDES, Genilda D'arc. *Políticas públicas e cidadania*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 375 – 387.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. (Brasileira).

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas/SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____. Uma interpretação marxista da evolução do Estado brasileiro. In: COSTA, Silvio (Org.). *Concepções e formação do estado brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: A. Garibaldi; UCG, 2004. p. 109 – 124.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997. – (coleção Espaço).

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002 – (Coleção Milton Santos; 1).

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 2003. (Coleção Milton Santos).

SANTOS FILHO, Milton; et al. *O processo de urbanização do oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989.

SANTOS, Iracy Monteiro dos; SILVA, Bárbara-Christine N. A cidade de Luís Eduardo Magalhães e sua relação com a agricultura moderna. In: SANTOS, I. M. dos; SILVA, B. N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. 2 ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006. p.196-213.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHIKI, Shigeo. *O futuro do Cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase, 2 ed., 2003 (série Cadernos Temáticos, nº 2).

SILVA, José Graziano da. *Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982

SILVA, Carlos Alberto F. da. A dimensão regional na gestão do território: da integração econômica à integração competitiva. *Boletim Goiano de Geografia*, 13 (1): 45-63, jan./dez. de 1993.

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. *Revista Bahia Agrícola*. Bahia: Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/fundiaria.htm. Acesso em: 21 de ago de 2006

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 p. 283-312.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SOUZA, Francisco Ésio de. *Aspectos da questão regional nordestina*. Palestra proferida por no Instituto Histórico do Ceará, em 6 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/palestras/cic/aspectos_da_questao_regional_nordestina.pdf>. Acesso: 28 de maio de 2007.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José L. B. de. *Ciência política e teoria geral do Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994

ZAIDAN FILHO, Michel. *O fim do Nordeste & outros mitos*. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questão de nossa época).

FONTES ORAIS

Johson Medrada, Assessor da Diretoria da AIBA.

José Messias A. de Oliveira, Técnico em Agropecuária da EBDA Barreiras.

José Gomes, Pequeno Produtor, Sindicalista – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras – BA.

Rosenilson Félix de Amaral, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotegipe – BA.

Jacson Magalhães Pinto, Engenheiro Agrônomo, Técnico de Desenvolvimento Regional – CODEVASF.

Antônio de Oliveira Ramos, Engenheiro Agrônomo, Assessor Técnico em Nível de Carteira do Banco do Brasil.

Antônio Carlos Alves, Gerente de Negócios do BNB.

APÊNDICES

APÊNDICE 01: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA AGROPECUÁRIA NO OESTE BAIANO.

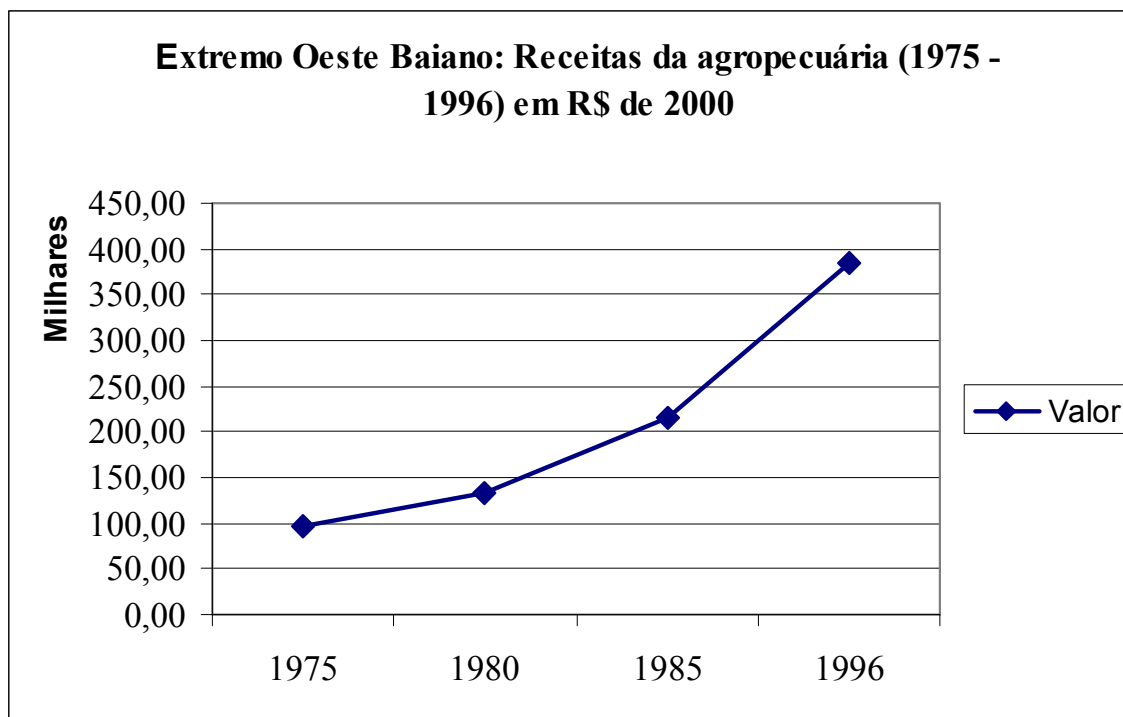


Gráfico 09. Oeste Baiano: receitas da agropecuária (1975 -1996) Fonte: IBGE. Elaboração: SANTANA, J.M. A. de, 2008.

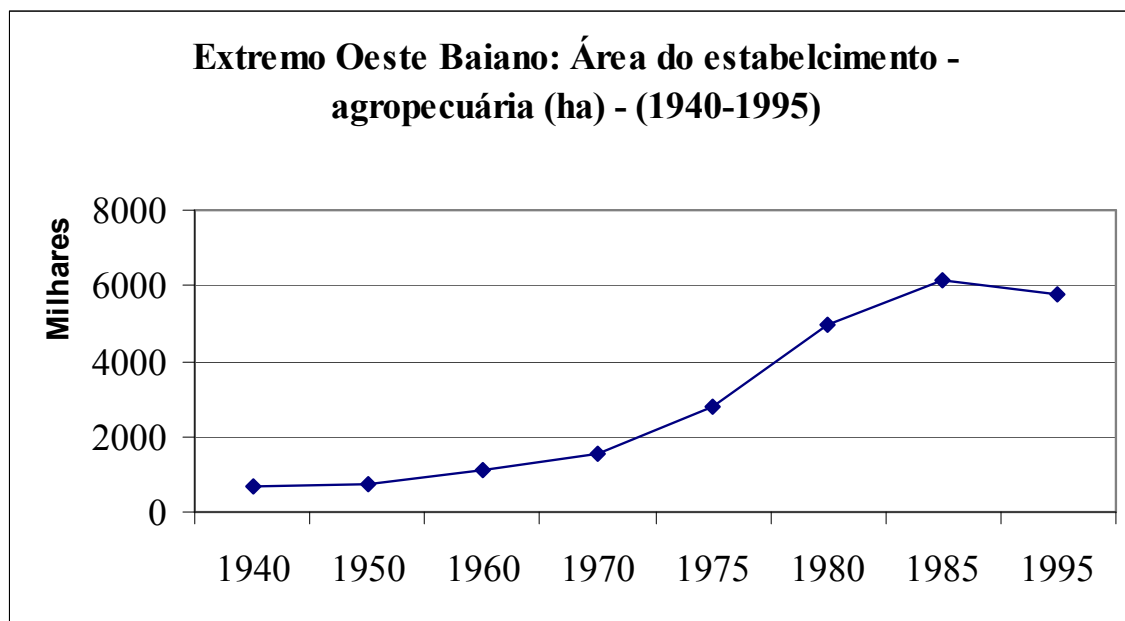
APÊNDICE 02: ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

Gráfico 10. Área dos estabelecimentos agropecuários no Oeste Baiano (1940-1995). Fonte: IPEADATA. Elaboração: SANTANA, J.M. A. de, 2008. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acessado em: 12 de maio de 2007.

APÊNDICE 03: OESTE BAIANO - POPULAÇÃO MUNICIPAL POR MICRORREGIÕES (1970 - 2007)

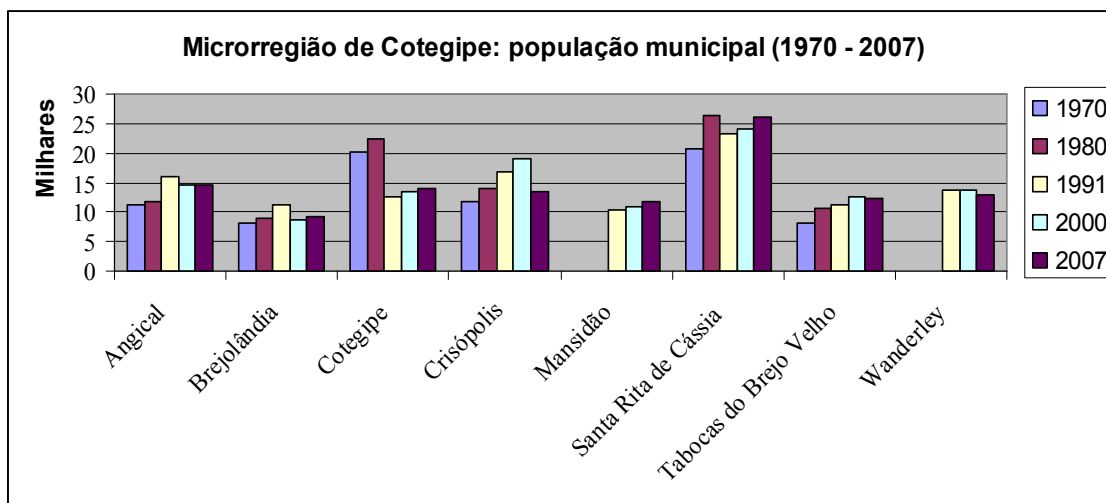


Gráfico 11a. Microrregião de Cotegipe: população municipal. Elaboração: SANTANA, J. M. A. de. 2008. Fonte: IBGE.

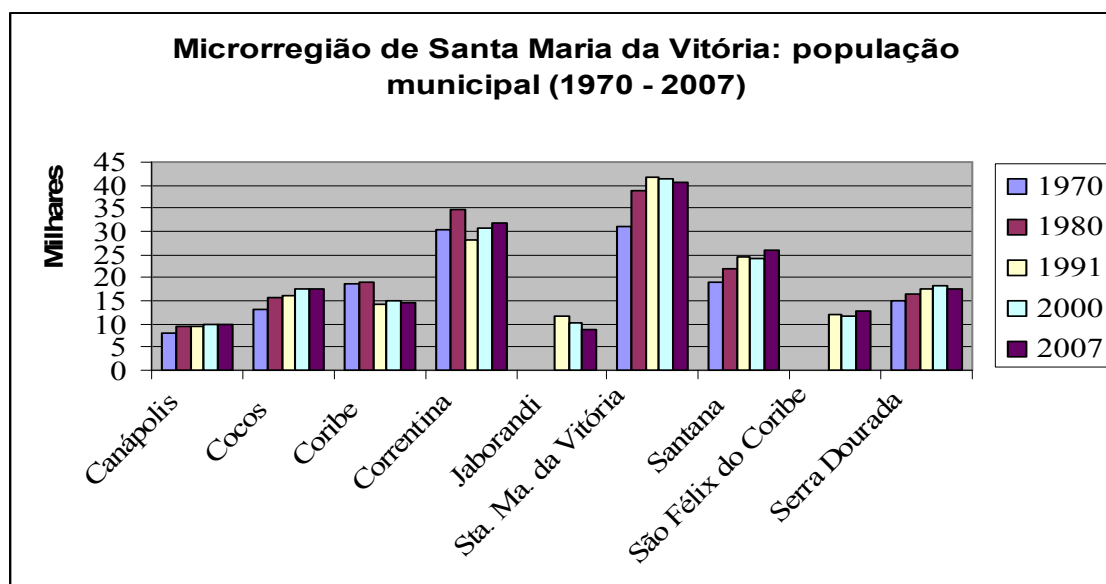


Gráfico 11b. Microrregião de Santa Maria da Vitória: população municipal. Elaboração: SANTANA, J. M. A. de. 2008. Fonte: IBGE.

APÊNDICE 04:

APÊNDICE 05: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA TRABALHO DE CAMPO

Questionário padrão

PROGRAMAS E FINANCIAMENTOS

Para BNB

Nome, idade, profissão e cargo do entrevistado.

1. Todos os recursos financeiros do Banco provêm do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE?
2. Especificamente para o produtor rural, quais são os programas existentes? Quais os valores liberados e quais as taxas de juros?
3. Qual o perfil do produtor atendido? Disponibilizam-se esses dados por tamanho da propriedade e rendimento anual?
4. Qual o volume de recursos recebidos e aplicados anualmente?
5. Qual o papel do BNB no processo de modernização agropecuária do Oeste Baiano?
6. Em quais municípios do Oeste Baiano o Banco financia projetos? (Se possível, disponibilizar o valor e percentual direcionado a cada município).
7. Um estudo do IPEA, de Almeida, et al (Mansueto Facundo), conclui que os empréstimos dos fundos constitucionais de financiamento não são direcionados prioritariamente para os municípios mais pobres, mas para os mais dinâmicos. Isso ocorre aqui no Oeste? (Se sim, qual a causa?).

Para Banco do Brasil

Nome, idade, profissão e cargo do entrevistado.

1. Quais os programas de financiamento existentes para o produtor rural? E fontes dos recursos?
2. Quais os valores liberados e quais as taxas de juros?
3. Qual o perfil do produtor atendido? Disponibilizam-se esses dados por tamanho da propriedade e rendimento anual?
4. Qual o volume de recursos recebidos e aplicados anualmente?
5. Qual o papel do BB no processo de modernização agropecuária do Oeste Baiano?
6. Em quais municípios do Oeste Baiano o Banco financia projetos? (Se possível, disponibilizar o valor e percentual direcionado a cada município).
7. Quais as exigências para o produtor ter acesso aos financiamentos?

8. Dos programas voltados para o NE e Cerrados quais tiveram maior repercussão no Oeste Baiano, quanto ao volume de recursos gerenciados pelo BB?

Questionário padrão

Representante da AIBA

Nome, idade, profissão e cargo do entrevistado.

1. Quais os principais objetivos da Associação?
2. Quantos são os associados?
3. Têm dados sobre o perfil dos produtores associados – quanto a propriedade, rendimento anual e região de origem?
4. Qual a atuação da Associação no processo de modernização produtiva do Oeste Baiano?
5. Existe alguma parceria com os governos Estadual e Federal? Como são as parcerias?
6. Quais os programas de financiamento estaduais que financiam os produtores? (Verificar as especificidades de cada cultura).
7. Quais as taxas de juros e condições de pagamento (adimplência)?
8. Quais as dificuldades principais enfrentadas pela Associação e pelos produtores?
9. Quais as exigências para os produtores terem acesso aos programas de financiamento?
10. Pode apontar alguns fatores determinantes para a reorganização produtiva da região a partir do final dos anos 1970?
11. Se não for citado, perguntar sobre os incentivos do Estado.

Questionário padrão

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Nome, idade, profissão e cargo do entrevistado.

1. Como é a atuação do Sindicato?
2. São quantos os filiados?
3. Têm dados sobre o perfil dos produtores filiados – quanto à propriedade, rendimento anual, região de origem? (Se tiver, verificar a possibilidade de acesso aos dados).
4. Os produtores rurais têm acesso a crédito e aos programas estaduais?
5. Se afirmativo, quais os programas de financiamento existentes para os pequenos produtores?
6. Quais as principais dificuldades para o produtor ter acesso aos programas?

7. As mudanças ocorridas na região, a partir do final da década de 1970, atingiram o pequeno produtor, de que forma? Teve impactos positivos? Quais? E impactos negativos?
8. Em sua opinião, o que foi determinante para a reestruturação produtiva do Oeste baiano (modernização produtiva na agropecuária)?
9. O Sindicato tem registro de conflitos no campo envolvendo seus filiados?
10. Caso positivo na questão anterior, quais os tipos de conflitos e suas motivações?

Questionário padrão

EBDA

Nome, idade, profissão e cargo do entrevistado.

1. Quais os trabalhos desenvolvidos pela EBDA?
2. Qual (quais) a (s) fonte (s) de recursos da Empresa?
3. Dentre os trabalhos desenvolvidos pela EBDA, quais os mais significativos para a modernização da produção agrícola no Oeste Baiano?
4. Qual o papel efetivo nesse processo?
5. Quais os projetos desenvolvidos atualmente?
6. Houve alguma mudança na política da empresa e do poder público nos últimos anos, a partir do início da década de 1990? Se afirmativo, quais?
7. Os projetos desenvolvidos atendem qual perfil de produtor?
8. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Empresa?

Questionário padrão

Codevasf

Nome, idade, profissão e cargo do entrevistado.

1. Quais os projetos desenvolvidos pela Companhia?
2. Quais as primeiras atuações aqui no Oeste Baiano?
3. Das ações desenvolvidas pela Companhia, existe alguma (s) que tenha (m) sido fundamental para a modernização ou reestruturação produtiva da região?
4. Quais as fontes de recursos da Companhia e quais os valores?
5. Quais requisitos e pré-requisitos para a execução de projeto pela Codevasf?
6. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela Companhia?

7. É possível apontar mudanças na orientação política nos últimos anos, a partir da década de 1990 e no governo Luis Inácio Lula da Silva?
8. Verificar os projetos desenvolvidos no Oeste Baiano.

ANEXOS

ANEXO 01: PRODUÇÃO DE SOJA – BRASIL, NORDESTE, BAHIA E OESTE BAIANO (1990 – 2007).

Tabela 03: **SOJA: QUANTIDADE PRODUZIDA (1990 -2007)**

	Oeste Baiano	Nordeste	Brasil	Bahia
1990	220.402	225.502	19.897.804	220.416
1991	441.000	451.887	14.937.806	441.000
1992	480.000	504.748	19.214.705	480.000
1993	592.269	682.746	22.590.978	592.269
1994	873.384	1.024.430	24.931.832	873.384
1995	1.072.911	1.255.571	25.682.637	1.072.911
1996	700.211	860.032	23.166.874	700.211
1997	1.013.541	1.275.616	26.392.636	1.013.541
1998	1.188.000	1.528.306	31.307.440	1.188.000
1999	1.150.000	1.641.753	30.987.476	1.150.000
2000	1.508.115	2.063.859	32.820.826	1.508.115
2001	1.407.600	2.026.998	37.907.259	1.407.600
2002	1.464.000	2.117.026	42.107.618	1.464.000
2003	1.555.500	2.525.363	51.919.440	1.555.500
2004	2.364.480	3.659.065	49.549.941	2.365.290
2005	2.393.472	3.959.940	51.182.074	2.401.872
2006	1.983.600	3.467.918	52.464.640	1.991.400
2007	2.295.000	3.909.240	58.038.033	2.298.000

Tabela 03: Soja quantidade produzida. Fonte: IBGE: Disponível em: www.ibge.gov.br. Organizado por SANTANA, J. M. A. de. 2008.

ANEXO 02: VALOR DOS FINANCIAMENTOS, POR ATIVIDADE E FINALIDADE (1969 – 2003).

ANEXO 03: OESTE BAIANO – POPULAÇÃO RESIDENTE (1970-2007)

Tabela 05: OESTE BAIANO - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO - 1970 - 2007
Variável: População residente (Pessoas)

	1970	1980	1991	2000	2007
Angical	11.310	11.865	16.052	14.701	14.693
Baianópolis	8.698	9.606	13.823	12.179	12.582
Barreiras	20.864	41.454	92.640	131.849	173.759
Canápolis	8.198	9.439	9.475	9.743	9.912
Catolândia	1.940	3.170	3.274	3.092	3.370
Cocos	13.239	15.730	15.983	17.611	17.455
Coribe	18.575	18.849	14.167	15.148	14.533
Correntina	.	34.783	39.697	40.871	40.597
Cotegipe	20.085	22.556	26.117	27.023	26.748
Crisópolis	11.638	14.116	16.778	19.037	13.595
Formosa do Rio Preto	8.979	11.883	15.418	18.288	20.910
Riachão das Neves	14.693	18.292	20.282	21.917	22.507
Santa Maria da Vitória	31.216	38.759	53.444	53.019	53.435
Santana	19.118	21.898	24.669	24.139	25.871
Santa Rita de Cássia	20.627	26.362	33.530	35.072	37.766
São Desidério	12.790	14.926	18.977	19.006	25.146
Serra Dourada	14.885	16.641	17.473	18.347	17.610
Tabocas do Brejo Velho	8.017	10.669	11.281	12.619	12.290

Tabela 05. Oeste Baiano população residente. Nota: Com remembramento dos municípios: Wanderley foi desmembrado de Cotegipe e Barra, em 1985. Mansidão foi desmembrado de Santa Rita de Cássia, em 1985. São Félix do Coribe desmembrado de Santa Maria da Vitória e Coribe, em 1989. Jaborandi foi desmembrado do município de Correntina, em 1985.

Fonte: IBGE: Disponível em: www.ibge.gov.br. Organizado por SANTANA, J. M. A. de. 2008.

Tabela 04: BRASIL: VALOR DOS FINANCIAMENTOS, POR ATIVIDADE E FINALIDADE

(Milhões de UMC¹)

Ano	UM C ¹	Custeio			Investimento			Comercialização			Total Agrícola	Total pecuária	Total geral
		Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total			
1969	NCr	2.610	395	3.006	693	1.116	1.809	1.160	467	1.628	4.464	1.978	6.442
1970	Cr\$	3.604	520	4.124	1.137	1.373	2.510	1.899	714	2.613	6.640	2.607	9.247
1971	Cr\$	4.867	734	5.601	1.811	1.985	3.796	2.531	941	3.472	9.209	3.660	12.869
1972	Cr\$	6.754	1.018	7.773	3.362	2.812	6.175	3.319	1.402	4.721	13.436	5.233	18.669
1973	Cr\$	11.184	1.770	12.954	4.820	5.217	10.037	5.271	2.072	7.343	21.275	9.059	30.334
1974	Cr\$	18.824	2.911	21.735	7.497	7.115	14.612	8.485	3.441	11.926	34.805	13.467	48.273
1975	Cr\$	30.610	8.836	39.446	15.727	12.397	28.123	17.125	5.302	22.428	63.462	26.535	89.997
1976	Cr\$	46.994	7.963	54.958	21.703	20.513	42.217	24.256	8.796	33.052	92.953	37.273	130.226
1977	Cr\$	68.213	10.216	78.428	25.827	14.409	40.236	35.157	12.037	47.194	129.197	36.661	165.859
1978	Cr\$	94.938	16.628	111.566	32.719	25.705	58.424	43.612	20.341	63.952	171.269	62.674	233.942
1979	Cr\$	195.756	29.938	225.694	57.626	54.479	112.105	73.201	37.731	110.932	326.583	122.147	448.731
1980	Cr\$	439.403	46.754	486.157	100.316	60.856	161.172	159.399	52.465	211.865	699.118	160.075	859.193
1981	Cr\$	834.888	82.402	917.290	163.432	78.324	241.757	339.578	65.465	405.043	1.337.899	226.192	1.564.090
1982	Cr\$	1.731.652	172.565	1.904.217	243.344	144.897	388.241	555.201	112.614	667.815	2.530.198	430.075	2.960.273
1983	Cr\$	3.202.945	333.649	3.536.593	708.950	240.676	949.627	998.521	203.044	1.201.566	4.910.416	777.370	5.687.786
1984	Cr\$	7.371.835	479.501	7.851.336	946.814	424.076	1.370.890	1.574.468	341.972	1.916.440	9.893.116	1.245.549	11.138.666
1985	Cr\$	34.636	2.129	36.765	4.545	2.157	6.701	8.167	72	8.239	47.347	4.358	51.705.203
1986	CZ\$	95.102	9.387	104.490	31.039	28.817	59.856	22.370	65	22.435	148.511	38.269	186.780
1987	CZ\$	305.597	29.947	335.544	53.794	27.978	81.772	60.431	531	60.962	419.822	58.457	478.279
1988	CZ\$	1.705	96	1.801	363	62	424	409	14	423	2.477	172	2.648.107
1989	NCr	26.493	969	27.463	3.005	605	3.610	3.170	93	3.263	32.668	1.667	34.335
1990	Cr\$	392.608	24.420	417.028	35.276	25.778	61.054	78.563	444	79.007	506.447	50.642	557.089
1991	Cr\$	2.293.200	139.052	2.432.253	156.632	94.719	251.350	272.891	1.849	274.740	2.722.723	235.619	2.958.343
1992	Cr\$	21.123.293	1.430.748	22.554.041	3.259.847	1.019.366	4.279.213	8.884.674	81.412	8.966.086	33.267.813	2.531.526	35.799.339
1993	CR\$	345.719	30.911	376.629	97.527	41.723	139.249	154.034	7.523	161.556	597.279	80.156	677.435
1994	R\$	4.356	322	4.678	1.025	608	1.633	2.505	106	2.610	7.886	1.036	8.922
1995	R\$	3.382	634	4.016	693	712	1.405	1.022	38	1.060	5.097	1.385	6.482
1996	R\$	3.908	489	4.396	560	948	1.509	351	37	388	4.819	1.474	6.293
1997	R\$	5.608	1.337	6.945	867	1.139	2.006	861	28	889	7.336	2.503	9.840
1998	R\$	6.192	1.268	7.461	890	1.264	2.154	1.204	315	1.519	8.286	2.848	11.134
1999	R\$	6.701	1.289	7.989	1.057	969	2.026	1.418	353	1.771	9.176	2.610	11.786
2000	R\$	7.280	1.639	8.919	1.224	1.110	2.335	2.162	364	2.526	10.666	3.114	13.780
2001	R\$	8.405	2.191	10.596	1.761	1.949	3.710	3.098	538	3.636	13.265	4.678	17.943
2002	R\$	10.948	2.626	13.574	2.688	2.163	4.851	3.444	574	4.018	17.080	5.363	22.443
2003	R\$	15.738	3.160	18.898	4.347	2.656	7.003	4.217	818	5.035	24.302	6.634	30.936

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural (www.bacen.gov.br).

Nota:

¹ UMC = Unidade Monetária Corrente.

Elaboração: Secretaria de Política Agrícola/MAPA.

APÊNDICE 04: GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR MESORREGIÕES DA BAHIA (2000 – 2007)

